

PLANO^{de} MANEJO

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Ponte Nova – MG
Março de 2015



Ponte Nova
Prefeitura Municipal
Você participa, a cidade avança!



PLANO^{de} MANEJO

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

**Ponte Nova – MG
Março de 2015**



Ponte Nova
Prefeitura Municipal
Você participa, a cidade avança!



Paulo Augusto Malta Moreira
Prefeito Municipal

Alessandra Regina Gomes
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Lucas Mattos Martins
Gerente do Parque Municipal Tancredo Neves

Conselho Consultivo de Gestão do Parque:

Lucas Mattos Martins
Guilherme Rezende Tavares
Reinaldo Vitarelli Andrade
Arlindo Ferreira de Faria
Michelle Guimarães dos Santos
Magna Aparecida Dias
Rafael Pacheco da Silva
Luiz Gustavo dos Santos Cota
Tania Maria Sasse
Paulo Sérgio da Silva
Eugênio Souza da Silva
Marcelo Marques Gonçalves
Jânio dos Santos Drumond
Izabella Otoni Ferreira
Efigênia de Castro da Gama Catarino
Carlos José da Cruz
Thamires da Silva Santos
Marcelo Correia Viana
Weslei Costa Melo



Apresentação

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves, mais conhecido pela comunidade ponte-novense pelo nome de Parque do Passa Cinco, foi criado em 1982 e conta hoje com 255 hectares de mata atlântica protegidos pela Prefeitura Municipal de Ponte Nova.

A elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Passa Cinco é uma obrigação da Gestão Municipal perante o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e os órgãos públicos de fiscalização e monitoramento ambiental do nosso país.

Nesse sentido, buscamos uma parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), um dos mais renomados centros de pesquisa do país, para elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Passa Cinco.

O documento é mais um passo certo no sentido de recuperar esse lugar maravilhoso de nossa cidade e assim garantir a proteção da biodiversidade ali presente e proporcionar atividades de lazer, contemplação e descanso para a população do município.

Paulo Augusto Malta Moreira (Guto Malta)
Prefeito Municipal

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL
LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

Equipe Técnica

Coordenação Geral

Gumercindo Souza Lima
Engenheiro Florestal

Marcello Pinto de Almeida
Engenheiro Florestal

Fábio Fernandes Maia
Engenheiro Florestal

Apoio Técnico

Geraldo Magela de Araújo Mol
Técnico Agrícola

Zoneamento e Programas de Manejo

Gumercindo Souza Lima
Engenheiro Florestal

Marcello Pinto de Almeida
Engenheiro Florestal

Fábio Fernandes Maia
Engenheiro Florestal

Sebastião Lopes Sobrinho
Dendrólogo

Israel de Sousa Brandão Edmundo
Geógrafo

Carlos Tiago Azevedo
Graduando em Ciências Sociais

Execução Administrativa e Financeira
Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE

Projeto Gráfico e Diagramação
Pedro Eni Lourenço Rodrigues

Apresentação Técnica

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves, conhecido na região como Parque do Passa Cinco, está localizado no Município de Ponte Nova, MG e com seus 256 hectares representa um dos maiores patrimônios ambientais do Município de Parque Natural Municipal Tancredo Neves, MG, pois abriga um remanescente importante de Floresta Estacional Semi-decidual, tipologia associada à Mata Atlântica, no limite da área urbana da cidade.

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves encontra-se protegido pelo Município desde 1982, quando foi criado em 07/12/1982 pela Lei Municipal nº 1272 (ANEXO I), com uma área de 300 ha. Em 1986, foi aprovado o Regulamento do Parque Natural Municipal Tancredo Neves através da Lei Municipal nº 1356/1986 (ANEXO II).

Em 26 de junho de 2005 foi aprovada pelo Codema - Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente de Ponte Nova a desafetação de 23,3043 ha para instalação do Complexo Penitenciário Estadual de Ponte Nova, horta comunitária e outras atividades de interesse da Administração Municipal.

Em 2008, através da Lei Municipal nº 3207 (ANEXO III), foi estabelecida a regularização fundiária do Parque, definindo sua área em 255,9254ha.

O Município de Ponte Nova destaca-se por ser um dos principais centros de comércio da Zona da Mata, com forte presença de mercados atacadistas, além de indústrias de papel, suinoculturas, frigoríficos, indústrias açucareiras e de laticínios.

Ponte Nova está localizada em área de domínio da Mata Atlântica, com predomínio da Floresta Estacional semidecídua. O Município sofreu grande pressão de desmatamento e uso alternativo de solo, para estabelecimento da cultura canavieira e pastagens em suas terras, apresentando hoje alto grau de fragmentação florestal.

Ponte Nova está localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Sub-bacia do Rio Piranga, principal curso d'água que corta o município. O Rio Piranga tem hoje sua importância destacada em função do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Empresa Samarco, localizada no Município de Mariana. Praticamente toda a vida do Rio Doce a Jusante da Barragem do Fundão, rompida em novembro de 2015 foi extinta, restando, assim, a possibilidade de recolonização do Rio Doce através dos remanescentes mantidos intactos no Rio Piranga, na região de Ponte Nova.

O Município de Ponte Nova foi fundado em 12 de dezembro de 1770, tendo sido emancipado em 30 de outubro de 1866, abrange uma área de

471,07 km² e possui altitudes médias de 430 m. Segundo IBGE (2010), possui uma população de 57.390 habitantes. A densidade demográfica da região está em torno de 121,94 hab/km² e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,717.

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves, por se constituir em remanescente de Mata Atlântica, possui grande relevância ambiental para o Município e para o meio científico estimulou o Laboratório de Conservação da Natureza da Universidade Federal de Viçosa para participar deste estudo e elaboração do Plano de Manejo do Parque.

Em Minas Gerais, a Mata Atlântica cobria 49% da área do Estado, estando reduzida a 7% de sua cobertura original. A maior parte do que restou da vegetação de Mata Atlântica no Estado se encontra em remanescentes muito pequenos e em posse de proprietários particulares, confinadas em pequenos fragmentos especialmente localizados nos topos de morro, em áreas menos propícias à agricultura ou de difícil acesso.

Entretanto, apesar de tão fragmentada, a Mata Atlântica de Minas ainda abriga uma alta diversidade de espécies da flora e da fauna, incluindo várias espécies endêmicas e ameaçadas. A Mata Atlântica que ocorre em Minas Gerais é bastante heterogênea, com uma fisionomia vegetacional que vai desde a floresta ombrófila densa até as florestas estacionais semidecíduais. Minas Gerais abriga cerca de 70% das espécies de mamíferos que ocorrem em todo o Domínio da Mata Atlântica.

Dessa forma, consideramos de grande relevância, para a sociedade brasileira, a conservação desse importante fragmento de Mata Atlântica, localizado no Município de Ponte Nova, o Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

Prof. Gumerindo Souza Lima
D.S. em Manejo de Áreas Protegidas
Coordenador do Laboratório de Conservação da Natureza
Departamento de Engenharia Florestal
Universidade Federal de Viçosa

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARQUE.....	04
2.1. <i>Enfoque Internacional</i>	04
2.2. <i>Enfoque Nacional</i>	05
2.3. <i>Enfoque Regional</i>	08
3. INFORMAÇÕES GERAIS	12
3.1. <i>Acesso</i>	12
3.2. <i>Histórico</i>	13
3.3. <i>Ficha-Resumo</i>	15
4. DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL	16
4.1. <i>Metodologia Geral do Diagnóstico</i>	16
4.2. <i>Caracterização da Área</i>	17
5. PLANEJAMENTO.....	51
5.1. <i>Oficinas de Planejamento</i>	51
5.2. <i>Objetivos Específicos de Manejo</i>	52
5.3. <i>Zoneamento</i>	55
6. PROGRAMAS DE MANEJO	60
6.1. <i>PROGRAMA DE PROTEÇÃO</i>	60
6.2. <i>Programa de Pesquisa e Manejo dos Recursos</i>	61
6.3. <i>Programa de Uso Público</i>	63
6.4. <i>Programa de Administração</i>	64
7. REGULAMENTO DO PARQUE.....	66
8. EFETIVIDADE DE MANEJO	71
8.1. <i>Resultados da Análise de Efetividade</i>	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

Lista de Tabelas

<i>Tabela 1 - Tipos de unidades de conservação, de acordo com a Lei Nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)</i>	<i>02</i>
<i>Tabela 2 - Lista dos Parques Municipais da Região Sudeste, com área maior que o Parque Natural Municipal Tancredo Neves, localizado em Ponte Nova, MG.</i>	<i>08</i>
<i>Tabela 3 - Área coberta pela flora nativa do Estado de Minas Gerais em 2005, por tipologia.....</i>	<i>10</i>
<i>Tabela 4 - Ficha-Resumo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, localizado no Município de Ponte Nova, MG.</i>	<i>15</i>
<i>Tabela 5 - Número de espécies por famílias botânicas para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves em Ponte Nova, MG.</i>	<i>18</i>
<i>Tabela 6 - Lista das espécies do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG, agrupadas por famílias botânicas.</i>	<i>19</i>
<i>Tabela 7 - Levantamento de Mastofauna realizado no Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG (SERTO, 2010).....</i>	<i>26</i>
<i>Tabela 8 - Levantamento de Avifauna realizado no Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG (SERTO, 2010).....</i>	<i>27</i>
<i>Tabela 9 - Levantamento de Herpetofauna realizado no Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG (SERTO, 2010).....</i>	<i>30</i>
<i>Tabela 10 - Levantamento de ictiofauna realizado no Parque Natural Municipal Tancredo Neves, ponte Nova, MG.....</i>	<i>31</i>
<i>Tabela 11 - Resultados de análise da qualidade da água no Parque Natural Municipal Tancredo Neves (SERTO, 2010).....</i>	<i>40</i>
<i>Tabela 12 - Classificação da população de Ponte Nova – MG, no ano de 2010, por gênero, faixa etária e pela residência, rural ou urbana. Adaptado (IBGE,2010).....</i>	<i>45</i>
<i>Tabela 13 - Dados econômicos de produção agropecuária, da indústria e do setor de serviços do município de Ponte Nova, MG.</i>	<i>45</i>
<i>Tabela 14 - Forças e fraquezas, definidas a partir da aplicação da metodologia Matriz FOFA, junto ao Conselho Consultivo de</i>	

<i>Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves</i>	<i>51</i>
<i>Tabela 15 - Ameaças e Oportunidades, definidas a partir da aplicação da metodologia Matriz FOFA, junto ao Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves</i>	<i>51</i>
<i>Tabela 16 - Visão e Missão, definidas a partir da aplicação da metodologia Matriz FOFA, junto ao Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves</i>	<i>52</i>
<i>Tabela 17 - Objetivos de curto prazo, definidos pelo Conselho Consultivo de Gestão para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves</i>	<i>53</i>
<i>Tabela 18 - Objetivos de médio prazo, definidos pelo Conselho Consultivo de Gestão para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves</i>	<i>54</i>
<i>Tabela 19 - Objetivos de longo prazo, definidos pelo Conselho Consultivo de Gestão para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves.</i>	<i>54</i>
<i>Tabela 20 - Zonas de manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves e suas respectivas extensões territoriais.....</i>	<i>59</i>
<i>Tabela 21 - Critérios para definição dos graus de efetividade, implementabilidade e vulnerabilidade do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.....</i>	<i>71</i>
<i>Tabela 22 - Critérios para análise dos graus de efetividade, implementabilidade e vulnerabilidade do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.....</i>	<i>71</i>
<i>Tabela 23 - Parâmetros utilizados para definição da situação de cada unidade quanto a efetividade de manejo, implementabilidade e vulnerabilidade.....</i>	<i>72</i>
<i>Tabela 24 - Resultados da análise da efetividade de manejo, de Implementabilidade e de vulnerabilidade do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.....</i>	<i>72</i>

Lista de Figuras

<i>Figura 1 - Distribuição dos Biomas no Estado de Minas Gerais.</i>	<i>11</i>
<i>Figura 2 - Mapa de áreas de importância ecológica no Estado de Minas Gerais Fonte: Atlas de Conservação da Biodiversidade, Fundação Biodiversitas (Drumond et al. 2005).....</i>	<i>11</i>
<i>Figura 3 - Mapa de localização do Município de Ponte Nova. ..</i>	<i>12</i>
<i>Figura 4 - Localização do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, no Município de Ponte Nova, MG.</i>	<i>13</i>
<i>Figura 5 - Mapa de localização e perímetro do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG.....</i>	<i>15</i>
<i>Figura 6 - Mapa de Uso e Ocupação do Solo no Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG.....</i>	<i>16</i>
<i>Figura 7 - Mapa Geológico de Ponte Nova e Região (SERTO, 2010).....</i>	<i>33</i>
<i>Figura 8 - Classes de Solos ocorrentes no Parque Natural Municipal Tancredo Neves: A) Latossolo Vermelho Amarelo 5 YR 5/8. B) Argiloso Vermelho Amarelo 5YR 5/6. C) Cambissolo. ..</i>	<i>34</i>
<i>Figura 9 - Modelo digital de elevação do Parque Natural Municipal Tancredo Neves (SERTO,2010).....</i>	<i>35</i>
<i>Figura 10 - Mapa de localização dos recursos hídricos na área Parque Natural Municipal Tancredo Neves.</i>	<i>36</i>
<i>Figura 11 - A) Nascente 2. B) Nascente 4. C) Represa próxima ao viveiro. D) Nascente 07. E) Fonte desativada próxima a entrada do parque. F) Represa B. G) Represa D. H) Bois às margens da represa D. (Fonte: SERTO,2010).</i>	<i>38</i>
<i>Figura 12 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você já Ouviu falar do Parque do Passa Cinco”?.....</i>	<i>46</i>
<i>Figura 13 - Resultado por Bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você já Ouviu falar do Parque do Passa Cinco”?.....</i>	<i>46</i>
<i>Figura 14 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você já visitou Parque do Passa Cinco”?</i>	<i>46</i>
<i>Figura 15 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Com que frequência você visita o Parque do Passa Cinco”?</i>	<i>47</i>
<i>Figura 16 - Resultado por bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você já visitou o Parque do Passa Cinco e com que frequência”?.....</i>	<i>47</i>

<i>Figura 17 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe a quem pertence o Parque do Passa Cinco”?</i>	47
<i>Figura 18 - Resultado por bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe a quem pertence o Parque do Passa Cinco”?</i>	48
<i>Figura 19 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe com que objetivo foi criado o Parque do Passa Cinco”?</i>	48
<i>Figura 20 - Resultado por bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe com que objetivo foi criado o Parque do Passa Cinco”?</i>	48
<i>Figura 21 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe qual a importância de se preservar o Parque do Passa Cinco”?</i>	49
<i>Figura 22 - Resultado por bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe qual a maior importância do Parque do Passa Cinco”?</i>	49
<i>Figura 23 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe qual a maior importância do Parque do Passa Cinco”?</i>	49
<i>Figura 24 - Resultado por bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe qual a importância de se preservar o Parque do Passa Cinco”?</i>	50
<i>Figura 25 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe qual o maior problema do Parque do Passa Cinco”?</i>	50
<i>Figura 26 - Resultado por bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe qual o maior problema do Parque do Passa Cinco”?</i>	50
<i>Figura 27 - Zoneamento do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova-MG.</i>	55

Lista de Siglas

Sigla - Correspondência

AER - Avaliação Ecológica Rápida

APA - Área de Proteção Ambiental

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

CBCN - Centro Brasileiro para a Conservação da Natureza

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DAP - Diâmetro à altura do peito

EMPRAPE - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

ESEC - Estação Ecológica

FLONA/FE/FM - Floresta Nacional/Estadual/Municipal

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MEC - Ministério da Educação

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MN - Monumento Natural

PARNA - Parque Nacional

PIB - Produto Interno Bruto

PNM - Parque Natural Municipal

RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO - Reserva Biológica

RESEX - Reserva Extrativista

ROI - Relatório de Ocorrência de Incêndios

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS - Refúgio de Vida Silvestre

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC - Unidades de Conservação

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

UNESCO - Organização das Nações Unidas para
a Educação, a Ciência e a Cultura

1. Introdução

A Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentou o artigo 225 da constituição brasileira, e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definindo 12 categorias de unidades de conservação, divididas em dois grupos, Proteção Integral e Uso Sustentável (TABELA 01). Esta Lei, ainda definiu as condições para criação, implantação e manejo das unidades de conservação. Como uma de suas principais diretrizes básicas, o SNUC determina que logo após a sua criação as Unidades de Conservação devem dispor do “Plano de Manejo”. No caso das unidades de proteção integral, esse instrumento de planejamento e gestão deve contemplar uma zona de amortecimento e os corredores ecológicos, apresentando medidas que promovam a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento regional, através do zoneamento e dos programas de manejo da área.

Conforme o SNUC, o Plano de Manejo trata-se de um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade de Conservação”. Os Planos de Manejo são construídos dentro de um processo de planejamento integrado e multidisciplinar. Ao estabelecer normas, diretrizes, programas e zoneamento da UC, o documento auxilia no planejamento adequado de gestão da área, de modo a garantir o cumprimento das finalidades para as quais foi criada.

A ideia de basear a gestão de unidades de conservação em documentos norteadores, é uma metodologia de ação adotada no Brasil há algum tempo. No Brasil, as primeiras tentativas de elaboração e implementação de Planos de Manejo para Unidades de Conservação se deram em 1976, no antigo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), um dos órgãos que veio a constituir o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1989. Em 1996, num esforço de sistematização, visando unificar conceitos e orientações, o IBAMA estabeleceu o roteiro metodológico para o desenvolvimento dos Planos de Manejo, onde ordena o planejamento em diferentes fases, levando em consideração o nível de conhecimento sobre a unidade em questão (IBAMA & GTZ, 1996). Em 2002, esse roteiro metodológico foi atualizado, incorporando novos princípios introduzidos pelo SNUC (IBAMA, 2002).

Conforme o “Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica” (IBAMA, 2002), o Plano de Manejo caracteriza-se por demandar constante atualização, através da incorporação de novas informações à medida que vai aumentando a quantidade e a qualidade das informações sobre os meios biótico e abiótico que a unidade protege.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Tabela 1 - Tipos de unidades de conservação, de acordo com a Lei Nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

GRUPO	CATEGORIA	POSSE
Proteção Integral	Reserva Biológica (REBIO)	Pública
	Estação Ecológica (ESEC)	Pública
	Parque Nacional (PARNA)	Pública
	Parque Natural Municipal (PNM)	Pública
	Monumento Natural (MN)	Pública e Particular
	Refúgio de Vida Silvestre (RVS)	Pública e Particular
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental (APA)	Pública e Particular
	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Pública e Particular
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Pública
	Floresta Nacional (FLONA, FE, FM)	Pública
	Reserva Extrativista (RESEX)	Pública
	Reserva de Fauna	Pública
	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Particular

O Plano de Manejo é elaborado sob um enfoque multidisciplinar, com características particulares diante de cada objeto específico de estudo. Ele deve refletir um processo lógico de diagnóstico e planejamento.

Ao longo do processo devem ser analisadas informações de diferentes naturezas, tais como dados bióticos e abióticos, socioeconômicos, históricos e culturais de interesse sobre a Unidade de Conservação e como estes se relacionam. A interpretação do diagnóstico se relacionará com a definição de objetivos específicos de manejo, definições de zonas para as diferentes modalidades de usos, normas gerais e programas de manejo.

O Plano de Manejo é um documento de planejamento onde se elaboram ações para um cenário futuro, baseando-se em levantamentos de campo, que constituem um diagnóstico socioambiental da área. Estes levantamentos correspondem, em geral, às Avaliações Ecológicas Rápidas (AER), método descrito por Sayre et al. (2000), que permite a obtenção de algum conhecimento sobre uma área onde não tenham sido feitos estudos anteriores mais detalhados.

Trata-se de uma boa opção quando se reúnem simultaneamente duas situações: uma área sobre a qual não existem, ou quase não existem informações e uma equipe de especialistas de alto nível, capazes de extrair toda a informação possível de um local onde jamais estiveram. No caso do Parque

Natural Municipal Tancredo Neves os estudos socioambientais foram realizados através de consultoria contratada pela Prefeitura Municipal de Ponte Nova no ano de 2010. Como houve poucas alterações na área nesse período de tempo, optou-se por manter os estudos e complementar alguns dados relativos ao meio social e biótico.

Após a elaboração do diagnóstico da UC, são feitas proposições com a finalidade de diagnosticar situações de potencial conflito e otimizar as demais situações, levando a um planejamento adequado.

Outra instância importante neste processo é a constituição de um Conselho Consultivo, que deve ser composto por diversos atores sociais ligados à UC, das esferas governamentais (federal, estadual e municipal) e da sociedade civil organizada, presidido pelo Chefe da Unidade. A instalação do Conselho Consultivo antes, ou no início da elaboração do Plano de Manejo, permite que as propostas contidas no documento contemplem os anseios dos segmentos da sociedade, desde que estes não conflitem com as finalidades da UC.

O Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, é constituído por 14 membros, da sociedade civil organizada e das esferas públicas municipal, estadual e federal, tendo sido nomeados pelo Decreto Municipal nº 9434/2014.

O SNUC (BRASIL, 2000) estabelece 13 (treze) objetivos básicos das unidades de conservação que, de forma resumida são:

- i. Contribuir para a manutenção da diversidade biológica;
- ii. Proteger espécies ameaçadas;
- iii. contribuir para a preservação e recuperação da diversidade de ecossistemas;
- iv. promover o desenvolvimento sustentável;
- v. promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- vi. proteger paisagens de notável beleza cênica;
- vii. proteger características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- viii. proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- ix. recuperar ou restaurar ecossistemas degradados
- x. incentivar a pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- xi. valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- xii. favorecer a educação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- xiii. proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Os objetivos de Conservação do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, definidos pela segunda Lei Municipal nº 1.356/1986 são:

- i. preservação dos recursos e belezas cênicas naturais com objetivos científicos, educativos, culturais e recreativos;
- ii. possibilitar a realização de estudos, pesquisas e trabalhos concernentes às ciências naturais;
- iii. oferecer condições para a organização e manutenção de banco de sementes, Museu e Centro de Pesquisas e Treinamento, de acordo com o zoneamento;
- iv. possibilitar a recreação, o turismo, bem como atividades de acampamento, nas zonas de Turismo e Administração, de acordo com o zoneamento;
- v. possibilitar realização de atividades de educação e conscientização florestal.

2. Contextualização do Parque

2.1. Enfoque Internacional

Uma das grandes estratégias internacionais de conservação ambiental no planeta é o modelo de Criação de Reservas da Biosfera, instituído pela Unesco. A Reserva da Biosfera é um instrumento de conservação que favorece a descoberta de soluções para problemas como o desmatamento das florestas tropicais, a desertificação, a poluição atmosférica, o efeito estufa, entre outros. A Reserva privilegia o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas assim protegidas e tem por objetivo promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta. Cada Reserva da Biosfera é uma coleção representativa dos ecossistemas característicos da região onde se estabelece. Criadas pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - em 1972, as Reservas da Biosfera, espalhadas hoje por 110 países, têm sua sustentação no programa “O Homem e a Biosfera” (MAB) da UNESCO, desenvolvido com o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com a UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e com agências internacionais de desenvolvimento (MMA, 2015a).

Uma das reservas da Biosfera, reconhecidas pela Unesco é a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. A criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), que abriga os principais remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados do Ceará ao Rio Grande do Sul, foi reconhecida pela Unesco em várias fases consecutivas, entre 1991 e 1993. As Reservas da Biosfera têm três prioridades como base em todos os trabalhos a serem nelas desenvolvidos: a conservação da natureza e de sua biodiversidade, o desenvolvimento social sustentado das populações que vivem na área, com ênfase

para as comunidades tradicionais, e o aprofundamento da educação ambiental e do conhecimento científico.

Para viabilizar esses objetivos, as Reservas da Biosfera devem obedecer a um zoneamento que está centrado em três áreas principais: - a zona núcleo, que deve ser uma unidade de conservação de proteção integral ou uma RPPN. Nesse sentido, o Parque Natural Municipal Tancredo Neves pode se constituir em uma Zona Núcleo ou um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA, na Zona da Mata de Minas Gerais.

2.2. Enfoque Nacional

A Mata Atlântica é, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, patrimônio nacional da população brasileira. Sua conservação deve ser estimulada pelo poder público, cabendo, ainda segundo a Constituição da República, artigo 225, parágrafo 1º, inciso III “definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos”. A Mata Atlântica brasileira, hoje reduzida a menos de 8% de sua extensão original, perfazia cerca de 1.400.000 km² do território nacional, e estende-se desde o Nordeste Brasileiro até o Rio Grande do Sul (Fundação SOS Mata Atlântica & INPE, 2002). Essa região é de grande importância para o país, pois abriga mais de 60% da população brasileira e é responsável por quase 70% do PIB nacional. A devastação da Mata Atlântica é um reflexo da ocupação territorial e exploração desordenada dos recursos naturais. Os sucessivos impactos resultantes de diferentes ciclos de exploração, da concentração da população e dos maiores núcleos urbanos e industriais levaram a uma drástica redução na cobertura vegetal natural, que resultou em paisagens hoje fortemente dominadas pelo homem (Dean, 1996; Mittermeier et al., 2004).

A Mata Atlântica possui hoje mais de 800 unidades de conservação públicas e privadas, totalizando cerca de 13.000.000 ha. Considerando somente as unidades de conservação de proteção integral, menos de 2% (cerca de 2,5 milhões de hectares) da extensão do bioma se encontra oficialmente dedicado a esse objetivo.

O SNUC dividiu as categorias de unidades de conservação em dois grupos: as unidades de proteção integral e as de uso sustentável. As Unidades de Proteção Integral são constituídas para preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves pertence ao grupo de proteção integral, na categoria de manejo “Parque”, sendo definida como

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é regido por diretrizes que:

- Assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente.
- Assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação.
- Assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.
- Busquem o apoio e a cooperação de organizações não governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação.
- Incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional.
- Assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação.
- Permitam o uso das unidades de conservação para a conservação *in situ* de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres.
- Assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais.
- Considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais.
- Garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.
- Garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos.
- Busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira.
- Busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.

uma área que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. A posse e domínio dos Parques devem ser públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a legislação pertinente. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento e as pesquisas científicas dependem de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade.

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves contextualiza-se no Domínio da Mata Atlântica, bioma que apresenta percentual reduzido de remanescentes florestais protegidos sob a forma de unidades de conservação. A fragmentação e perda de habitats na Mata Atlântica têm implicado na necessidade de adoção de estratégias para a manutenção dos processos ecológicos. Outro fator relevante considerado foi o tamanho das áreas protegidas existentes nesse bioma, que em sua maioria são de tamanho reduzido, fato que geralmente conduz a alteração da composição e estrutura da vegetação principalmente no que tange ao efeito de borda, a que essas áreas são normalmente submetidas.

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves, em conjunto com as demais unidades de conservação que existem no bioma da Mata Atlântica, contribuem para a conservação da diversidade biológica por meio do delineamento de instrumentos que viabilizem a participação efetiva das populações locais em sua gestão, bem como oportunizem o apoio e a cooperação de organizações não governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, que garantam os processos ecológicos.

No entanto, ressalta-se que, em função de sua dimensão reduzida, torna-se imprescindível a adoção de estratégias que viabilizem a proteção das espécies e dinâmicas ambientais neste ecossistema, influenciado por atividades antrópicas. Isto se torna ainda mais importante pelo fato do Parque encontrar-se inserido na área limite da malha urbana da cidade de Ponte Nova e rodeada por áreas de produção agropecuária, especialmente por pastagens.

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves ocupa a 17ª posição, em termos de área protegida, na lista de Parques Municipais da Região Sudeste. Sendo que praticamente todos esses Parques Municipais apresentam características semelhantes ao Parque Natural Municipal Tancredo Neves, em termos de localização, pois são em sua maioria, Parques periurbanos, conforme TABELA 02.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Tabela 2 - Lista dos Parques Municipais da Região Sudeste, com área maior que o Parque Natural Municipal Tancredo Neves, localizado em Ponte Nova, MG.

NOME DA UNIDADE	MUNICÍPIO	UF	ÁREA (ha)
Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis	Teresópolis	RJ	4.397
Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo	C. do Mato Dentro	MG	3.150
Parque Natural Municipal do Curió	Paracambi	RJ	1.100
Parque Natural Municipal Medanha	Rio de Janeiro	RJ	1.052
Parque Natural Municipal Salão das Pedras	C. do Mato Dentro	MG	857
Parque Natural Municipal do Pedroso	Santo André	SP	857
Parque Natural Municipal do Grumari	Rio de Janeiro	RJ	805
Parque Natural Municipal Atalaia	Macaé	RJ	704
Parque Natural Municipal do Trabiju	Pindamonhangaba	SP	604
Parque Natural Municipal do Aricanga	Aracruz	ES	578
Parque Natural Municipal das Andorinhas	Ouro Preto	MG	557
Parque Natural Municipal Fazenda Carmo	São Paulo	SP	447
Parque Natural Municipal Monte Mochuara	Cariacica	ES	436
Parque Natural Municipal Paranapiacaba	Santo André	SP	426
Parque Natural Municipal Jacarenena	Vila Velha	ES	346
Parque Natural Municipal Mata Atlântica	S. Pedro da Aldeia	RJ	269
Parque Natural Municipal Tancredo Neves	Ponte Nova	MG	256

FONTE: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (MMA,2015b)

2.3. Enfoque Regional

O Estado de Minas Gerais detém cerca de 7% do território do país, e abriga parcelas expressivas da extensão original dos domínios da Mata Atlântica e do Cerrado.

Minas Gerais é um dos Estados da Federação que protege uma das mais significativas porções da biodiversidade brasileira, incluindo diversas espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção. Seu território é ocupado por três grandes biomas e seus ecossistemas associados: o Cerrado, ocupando a maior parte do Estado, seguido pela Mata Atlântica e, em menor extensão, pela Caatinga (Figura 01).

A Mata Atlântica, considerada um dos ecossistemas mais diversos do mundo, ocupava, originalmente, 38% do território mineiro. Esse bioma

abrangia toda a porção oriental (leste-sudeste) do Estado, em um magnífico conjunto de formações florestais: Floresta Estacional Semidecidual; Floresta Baixo-Montana; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Densa; Floresta Estacional Decidual em determinadas latitudes, bem como os campos de altitude.

A Floresta Atlântica é um dos biomas brasileiros onde o processo de fragmentação está mais avançado. Esta floresta se estendia ao longo da costa brasileira sobre a imensa cadeia montanhosa litorânea, formando uma faixa de largura variável desde o Estado do Rio Grande do Sul até o Ceará. Sua área central reside nas grandes Serras do Mar e da Mantiqueira, abarcando os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (RIZZINI, 1979).

Grande parte dos remanescentes de Floresta Atlântica encontra-se ao longo da costa, tipologia caracterizada como Floresta Ombrófila. Sendo que da tipologia Floresta Semidecídua, devido às expansões industriais, urbanas e agrícolas, restam somente 280.000 ha de remanescentes florestais, correspondendo a 2% da sua cobertura vegetal original e constituindo-se no ambiente mais fragmentado e ameaçado do Domínio da Floresta Atlântica (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1993; INPE, 1993); VIANA & TABANEZ, 1996).

Originalmente, as Florestas Semidecíduas cobriam a maior parte dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo (PASSOS, 1998), e atualmente são fragmentos moldados pelo isolamento, extrativismo seletivo e incêndios, além dos reflexos das atividades agrícola, industrial e urbana (VIANA & TABANEZ, 1996); porém, ainda sustentam grande diversidade vegetal (PAGANO, 1987; QUINTELA, 1990).

No Estado de Minas Gerais, a Mata Atlântica encontra-se reduzida a cerca de 4% da área original, e mesmo assim, o maior fragmento tem apenas 35 mil hectares, localizado no Parque Estadual do Rio Doce. A devastação continua acelerada, e entre 1990 e 1995, por exemplo, houve perda de 89 mil hectares. Do cerrado, restam em Minas Gerais cerca de 25% da cobertura original, mesmo assim bastante alterados por incêndios e expansão da cobertura por gramíneas exóticas. O Cerrado sofre, em comparação à Mata Atlântica e outros biomas, em função do baixo apelo que desperta no público leigo a sua destruição ou conservação. Este baixo apelo pode ser creditado em parte ao fato de o Cerrado abrigar poucas espécies endêmicas restritas, em comparação com a Mata Atlântica e com os campos rupestres.

De acordo com o Mapeamento da Flora Nativa de Minas Gerais (Scolforo e Carvalho, 2006), o Estado ainda detém 33% de sua cobertura vegetal original, sendo 20% de remanescente do Cerrado e cerca de 12% da Mata Atlântica (Tabela 03).

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

As ameaças à biodiversidade da Floresta Atlântica agravam-se devido ao fato de que a região abriga aproximadamente 70% dos 169 milhões de brasileiros. A maioria deles vive em grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, cerca de 80% do Produto Interno Bruto brasileiro é gerado na região da Mata Atlântica, que abriga os maiores centros industriais e de silvicultura do Brasil (GALINDO-LEAL; CÂMARA, 2005).

Esse bioma abriga uma grande quantidade de espécies de animais e plantas. Das 633 espécies animais ameaçadas de extinção no Brasil, 383 ocorrem na Floresta Atlântica. Além de proteger cerca de 20 mil espécies de plantas, incluindo as medicinais, palmáceas, erva-mate e madeiras, geralmente exploradas de forma ilegal (MANTOVANI, 2009).

As formações florestais que constituem as paisagens brasileiras estão sendo afetadas pelo processo de fragmentação florestal, devido à forma desordenada de ocupação do território e pelo uso indiscriminado dos recursos naturais, sendo que a maior parte dos fragmentos da Floresta sofreu algum tipo de perturbação antrópica nos últimos séculos. Em consequência desse processo, os efeitos da fragmentação têm influenciado na qualidade de vida da população, além de produzirem uma sequência de perturbações ao meio ambiente, que interferem no equilíbrio e sustentabilidade dos diferentes ecossistemas naturais (Moreira, 2014).

Desta forma, juntamente com outras áreas protegidas existentes na região, o Parque Natural Municipal Tancredo Neves busca resguardar e proteger amostra de floresta estacional semidecidual e diversas espécies importantes da flora e fauna mineira.

Tabela 3 - Área coberta pela flora nativa do Estado de Minas Gerais em 2005, por tipologia.

FISIONOMIA	ÁREA (ha)	%
Campo	3.872.318	6,60
Campo Rupestre	617.234	1,05
Campo Cerrado	1.501.992	2,56
Cerrado Sensu Stricto	5.560.615	9,48
Cerradão	355.011	0,61
Veredas	406.887	0,69
Floresta Estacional Decidual	2.040.920	3,48
Floresta Estacional Semidecidual	5.222.582	8,90
Floresta Ombrófila	224.503	0,83
Total	19.802.061	33,76

Fonte: Scolforo e Carvalho (2006)

PLANO DE MANEJO: Parque Natural Municipal Tancredo Neves

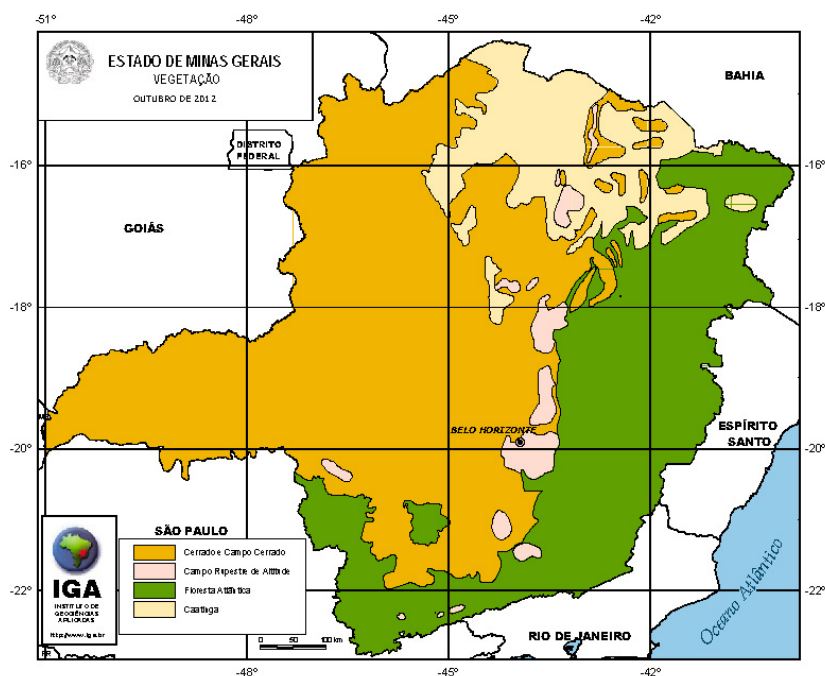


Figura 1 - Distribuição dos Biomas no Estado de Minas Gerais.

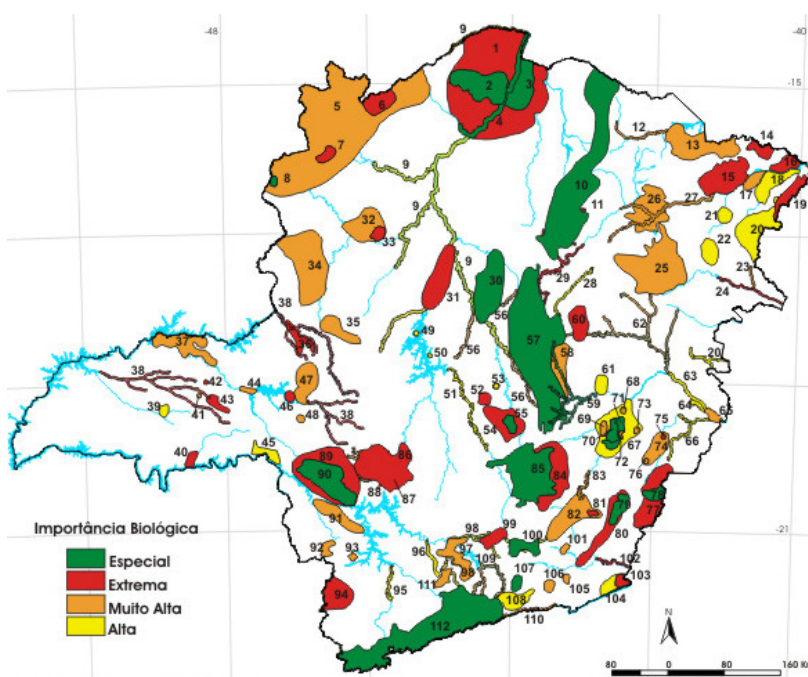


Figura 2 - Mapa de áreas de importância ecológica no Estado de Minas Gerais
Fonte: Atlas de Conservação da Biodiversidade, Fundação Biodiversitas (Drumond et al. 2005).

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

3. Informações Gerais

3.1. Acesso

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves está localizado no Município de Ponte Nova, MG, tendo como coordenadas centrais 21°34'25 S e 45°24' 2 O.

O município de Ponte Nova possui uma área de 470,6 km² e conta com 57 390 habitantes, segundo o último censo realizado no município no último censo, com estimativa de população para 2015 de 60.015 habitantes. (IBGE, 2015). A densidade demográfica é de 121,9 habitantes por km². É vizinho dos municípios de Santa Cruz do Escalvado, Urucânia, Oratórios, Amparo do Serra, Teixeira, Guaraciaba, Acaiaca, Barra Longa e Rio Doce e se situa a 38 km de Viçosa. Encontra-se situado a 439 metros de altitude, com coordenadas geográficas de Latitude: 20° 24' 42" Sul e Longitude: 42° 53' 49" Oeste (IBGE,2015).



Fonte: Site cidades.IBGE.gov.br. (<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=315210>). Acesso em 30/10/2015.

Figura 3 - Mapa de localização do Município de Ponte Nova.

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves tem sua portaria principal localizada no Bairro São Pedro. Distância cerca de 3,0 km do centro de Ponte Nova, tendo como acesso principal, a partir do centro da cidade, os bairros Palmeiras, São Pedro e Fátima ou através da BR-120 (em direção a

Viçosa) através do Distrito Industrial e Estrada do Complexo Penitenciário (Figura 04). Atualmente, o acesso principal se dá pela rua. Cel. Emílio Martins – Bairro de Fatima, no perímetro urbano da cidade de Ponte Nova – MG. Porém os estudos do Plano de manejo recomendam que a Portaria principal seja instalada no acesso da BR 120 e Distrito Industrial.

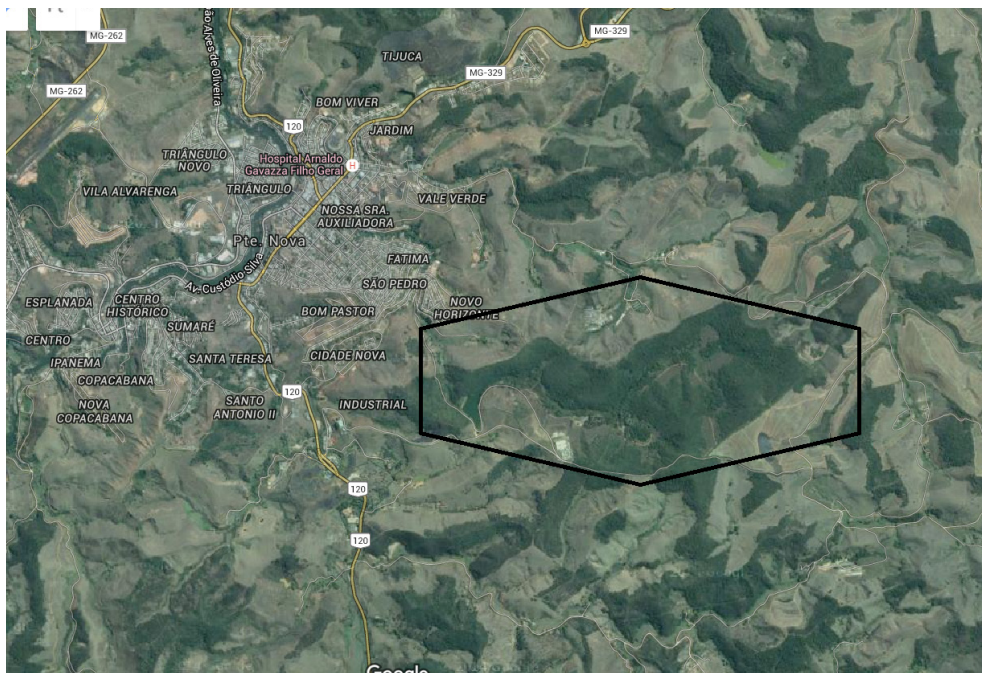


Figura 4 - Localização do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, no Município de Ponte Nova, MG.

3.2. Histórico

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves encontra-se protegido pelo Município desde 1982 quando foi criado em 07/12/1982 pela Lei Municipal nº 1272 (ANEXO I), com uma área de 300 ha. Em 1986, foi aprovado o Regulamento do Parque Natural Municipal Tancredo Neves através da Lei Municipal nº 1356/1986 (ANEXO II).

Em 26 de junho de 2005 foi aprovada pelo Codema - Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente de Ponte Nova a desanexação de 23,3043 ha para instalação do Complexo Penitenciário Estadual de Ponte Nova, horta comunitária e outras atividades de interesse da Administração Municipal.

Em 3 de Julho de 2008, através da Lei Municipal nº 3207 (ANEXO III), foi estabelecida a regularização fundiária do Parque, estabelecendo definitivamente sua área em 255,9254ha.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

A Lei Municipal nº 1272/1982, apresenta, como anexo, a seguinte justificativa para criação do Parque:

“O Parque Natural Tancredo Neves, é uma área de 300 ha de terra, pertencentes à Prefeitura Municipal de Ponte Nova, propícia ao lazer e composta de área de preservação (mata nativa secundária), esta em torno de 70% do total. É privilegiada em termos de potencial hídrico, possuindo várias nascentes próprias que dão origem a 03 represas de médio porte que completam o embelezamento e riqueza do Parque. Com um viveiro de mudas que em Convênio com o IEF, atende a micro região em essências nativas, (mata ciliar), paisagismo, eucalipto e outras. Somente no município de Ponte Nova em 1996, foram plantadas 50.000 mudas de essências nativas numa área de 50 ha atendendo a um programa do Governo Estadual/Municipal de implantação de matas ciliares. O Parque Natural Tancredo Neves, também possui uma flora e fauna riquíssima e diversificada composta de: FLORA: garapa, sapucaia, jequitibá, angico, ipê, quaresmeira, canela, bromélias, entre outras. FAUNA: lontra, capivara, macacos, jaguatirica, gato do mato, paca, veado, tatu, lobo guará, cachorro do mato, irara, preá, ouriço caxeiro, lagarto, inhambu, pombos, jacu, garça, siriemã, sabiá, chau baeta, bem-te-vi, joão-de-barro, marrecos e patos selvagens, gaviões, entre outros. É bom salientar que, o Parque Natural Tancredo Neves é uma área que vale a pena preservar em função do seu potencial nos aspectos de educação ambiental e de lazer, ou seja: Garantir a preservação e a intocabilidade dos recursos naturais; Possibilitar a realização de estudos, pesquisas e trabalhos de interesses científicos; Oferecer condições para recreação, turismo e realização de atividades educacionais e de conscientizações ecológicas. Por outro lado, o referido Parque se encontra próximo 03 bairros carentes (São Pedro, Fátima e Novo Horizonte), e que tem levado a uma depredação de sua FLORA E FAUNA de forma incontrollável devido a falta de recursos visando um trabalho de educação ambiental e uma fiscalização efetiva (Polícia Florestal permanente no Parque e Guardas Municipais).”

Através do Decreto Municipal nº 9434/2014 (anexo) foi nomeado o Conselho consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, sendo que o Conselho ora presente foi empossado no dia 22 de março de 2014 (anexo).

3.3. Ficha-Resumo

Tabela 4 - Ficha-Resumo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, localizado no Município de Ponte Nova, MG.

Nome da Unidade	Parque Natural Municipal Tancredo Neves
Posse/Proprietário	Prefeitura Municipal de Ponte Nova
Nome do representante / Contato	Alessandra Regina Gomes – Secretária Municipal de Meio Ambiente.
Endereço para correspondência	Avenida Caetano Marinho, 306. Centro. Ponte Nova, Minas Gerais
Área documental do Parque	255,9254 hectares
Localização	Limítrofe aos Bairros Novo Horizonte, Fátima, São Pedro e Distrito Industrial.
Coordenadas Geográficas	21°34'25 S e 45°24' 2 O
Data da criação e Número da Lei	Lei Municipal nº 1272, de 07/12/1982
Marcos e referências importantes nos limites e confrontantes	Complexo Penitenciário Estadual de Ponte Nova e Distrito Industrial de Ponte Nova
Bioma	Mata Atlântica, Tipologia de Floresta Estacional Semi-Decidual.

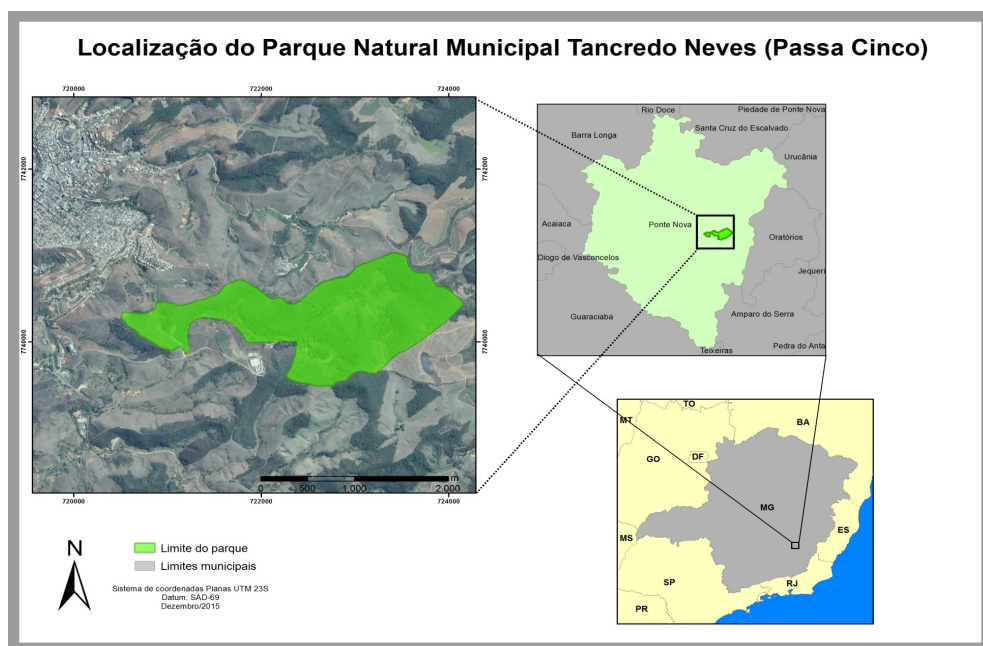


Figura 5 - Mapa de localização e perímetro do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

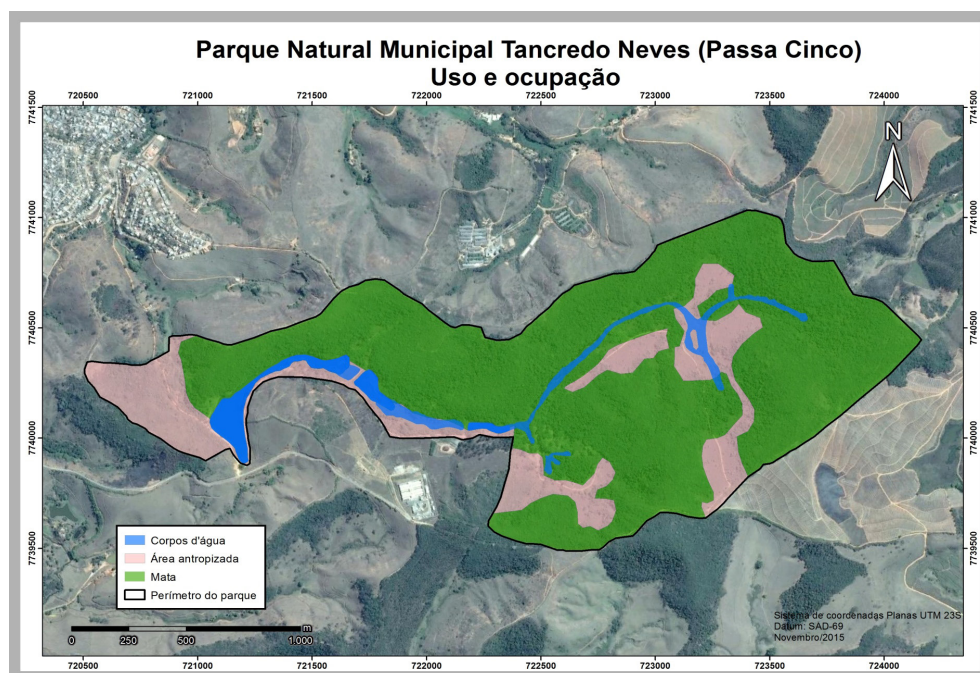


Figura 6 - Mapa de Uso e Ocupação do Solo no Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG.

4. Diagnóstico Socioambiental

4.1. Metodologia Geral do Diagnóstico

Para o diagnóstico socioambiental da área do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, utilizou-se a técnica Estudo Ecológico Rápido, uma vez que o objetivo é a caracterização geral do ambiente, sendo que o aprofundamento das informações se dará em projetos específicos futuros de pesquisas e monitoramento ambiental do parque.

No Estudo Ecológico Rápido são utilizados levantamentos de curta duração, adotando-se técnicas de amostragem definidas em áreas pré-selecionadas, visando obter maior densidade de dados em um menor tempo de campo. Esses dados são comparados entre os diversos meios e discutidos entre os especialistas que compõem a equipe multidisciplinar de elaboração do plano de manejo.

Para a caracterização física do Parque Passa Cinco e socioeconômica da população do entorno foram utilizadas preferencialmente as informações contidas no documento “Relatório de Estudos Técnicos: Parque Municipal Tancredo Neves - Passa Cinco”, elaborado pela empresa SERTO LOCACOES

E SERVICOS LTDA e apresentado à PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA no ano de 2010.

A expedição de reconhecimento e caracterização da fauna também foi realizada pela equipe de trabalho da empresa SERTO e aconteceu durante cinco dias do mês de novembro de 2010. Segundo o relatório da SERTO o esforço do levantamento foi de 70 horas de trabalho de campo mais 1080 horas de armadilhamento fotográfico, porém a incidência de captura foi comprometida, devido a grande quantidade de chuva durante o estudo de campo, o que fez com que ocorresse menor deslocamento dos animais em geral. Outro fator a ser considerado foi a grande movimentação de pessoas nas trilhas internas do parque, que interferiu de forma negativa na eficácia do levantamento fotográfico.

Para a caracterização da flora e para o estudo do meio social (percepção ambiental), as informações contidas no relatório da SERTO foram complementadas através de novo estudo, realizados em 2015.

4.2. Caracterização da Área

4.2.1. Meio Biótico

4.2.1.1. Flora

Metodologia

Para levantamento das espécies arbóreas ocorrentes no Parque Natural Municipal Tancredo Neves foram efetuadas caminhadas de reconhecimento pelas estradas, aceiros e algumas trilhas presentes na área da unidade de conservação. Durante o caminhar os indivíduos arbóreos foram identificados através de suas características dendrológicas e a cada constatação de nova espécie encontrada esta foi acrescentada à lista de espécies ocorrentes.

Alguns indivíduos não puderam ser reconhecidos até o nível de espécie, seja por não apresentarem as partes essenciais ao reconhecimento, como ramos com folhas ou inflorescência, ou por estarem danificadas pelo fogo. Estes indivíduos então foram reconhecidos até o nível de gênero ou família botânica.

Após concluída a lista contendo as espécies arbóreas do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, esta foi comparada com a lista obtida através do estudo conduzido pela empresa SERTO no ano de 2010.

Resultados

No levantamento realizado pela empresa SERTO em 2010 foram encontradas 71 espécies arbóreas na área do Parque Natural Municipal Tancredo Neves. Na ocasião da elaboração deste plano de manejo (2015) foram levantadas 135 espécies, sendo que 88 inéditas, ou seja, que não apareceram no estudo processado pelo SERTO.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Ao todo, nos dois estudos citados, foram encontradas 159 espécies arbóreas pertencentes a 124 gêneros e 46 famílias botânicas (TABELA 05). A família botânica com maior representação foi a Fabaceae, também chamada Leguminosae, com 41 espécies, seguida por Euphorbiaceae com 11 e Bignoniaceae com 9 espécies (TABELA 06). Das 41 espécies representantes da família Fabaceae 15 são classificadas como pertencentes à subfamília Caesalpinioideae, 14 da subfamília Mimosoideae e 12 da subfamília Faboideae.

Tabela 5 - Número de espécies por famílias botânicas para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves em Ponte Nova, MG.

FAMÍLIA	Nº ESPÉCIES	FAMÍLIA	Nº ESPÉCIES
Fabaceae / Caesalpinioideae	15	Chrysobalanaceae	2
Fabaceae / Mimosoideae	14	Elaeocarpaceae	2
Fabaceae / Faboideae	12	Poaceae	2
Euphorbiaceae	11	Rosaceae	2
Bignoniaceae	9	Salicaceae	2
Anacardiaceae	5	Siparunaceae	2
Asteraceae	5	Achariaceae	1
Lauraceae	5	Agavaceae	1
Rubiaceae	5	Aquifoliaceae	1
Annonaceae	4	Araliaceae	1
Lecythidaceae	4	Boraginaceae	1
Malvaceae	4	Burseraceae	1
Meliaceae	4	Casuarinaceae	1
Moraceae	4	Combretaceae	1
Sapindaceae	4	Erythroxylaceae	1
Lamiaceae	3	Hypericaceae	1
Melastomataceae	3	Lacistemataceae	1
Myrtaceae	3	Malpighiaceae	1
Rutaceae	3	Pinaceae	1
Solanaceae	3	Primulaceae	1
Urticaceae	3	Proteaceae	1
Apocynaceae	2	Rhamnaceae	1
Areaceae	2	Strelitziaceae	1
Cannabaceae	2	Verbenaceae	1
TOTAL			159

Tabela 6 - Lista das espécies do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG, agrupadas por famílias botânicas.

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO / NOME COMUM	OBSERVAÇÃO	2010	2015
<i>Achariaceae</i>	<i>Carpotroche brasiliensis</i> / <i>sapuainha</i>	endêmica		X
<i>Agavaceae</i>	<i>Yucca</i> sp. / <i>iuca</i>	exótica		X
<i>Anacardiaceae</i>	<i>Astronium fraxinifolium</i> / <i>gibatão</i>	-		X
	<i>Rhus</i> sp. / <i>charão</i>	exótica		X
<i>Achariaceae</i>	<i>Carpotroche brasiliensis</i> / <i>sapuainha</i>	endêmica		X
<i>Agavaceae</i>	<i>Yucca</i> sp. / <i>iuca</i>	exótica		X
<i>Anacardiaceae</i>	<i>Astronium fraxinifolium</i> / <i>gibatão</i>	-		X
	<i>Rhus</i> sp. / <i>charão</i>	exótica		X
	<i>Schinus terebinthifolius</i> / <i>aroeirinha</i>	-		X
	<i>Spondias mombin</i> / <i>cajá-mirim</i>	-		X
	<i>Tapirira</i> sp. / <i>pombeiro</i>	-		X
	<i>Annona cacans</i> / <i>araticum-cagão</i>	-	X	X
<i>Annonaceae</i>	<i>Annona</i> sp. / <i>anona</i>	-		X
	<i>Xylopia brasiliensis</i> / <i>pindaíba-vermelha</i>	endêmica / quase ameaçada		X
	<i>Xylopia sericea</i> / <i>pimenteira</i>	-	X	X
<i>Apocynaceae</i>	<i>Himatanthus</i> sp. / <i>agoniada</i>	-		X
	<i>Tabernaemontana hystrix</i> / <i>esperta-brava</i>	endêmica	X	X
<i>Aquifoliaceae</i>	<i>Ilex cerasifolia</i> / <i>chá-preto</i>	endêmica		X
<i>Araliaceae</i>	<i>Schefflera morototoni</i> / <i>morototó</i>	-		X
<i>Arecaceae</i>	<i>Astrocaryum aculeatissimum</i> / <i>brejaúva</i>	endêmica	X	X
	<i>Syagrus romanzoffiana</i> / <i>coquinho-babão</i>	-	X	X
<i>Asteraceae</i>	<i>Piptocarpha macropoda</i> / <i>vassourão</i>	endêmica	X	
	<i>Vernonanthura discolor</i> / <i>vassourão-branco</i>	-	X	
	<i>Vernonanthura divaricata</i> / <i>pau-fumo</i>	-		X
	<i>Vernonanthura patens</i> / <i>assa-peixe</i>	-	X	
<i>Burseraceae</i>	<i>Protium warmingiana</i> / <i>protium</i>	exótica		X
<i>Boraginaceae</i>	<i>Cybistax antisiphilitica</i> / <i>ipê-verde</i>	-	X	X
	<i>Handroanthus chrysotrichus</i> / <i>ipê-mulato</i>	-	X	X
	<i>Handroanthus impetiginosus</i> / <i>ipê-roxo-de-sete-folhas</i>	quase ameaçada		X
	<i>Handroanthus serratifolius</i> / <i>ipê-amarelo</i>	-		X
	<i>Handroanthus</i> sp. / <i>ipê</i>	-		X
	<i>Jacaranda puberula</i> / <i>carobinha</i>	-		X

(Continua)

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Tabela 6 - Lista das espécies do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG, agrupadas por famílias botânicas (Continuação)

FAMILIA	NOME CIENTÍFICO / NOME COMUM	OBSERVAÇÃO	2010	2015
Boraginaceae	<i>Sparattosperma leucanthum</i> / caroba-branca	-	X	
	<i>Spathodea campanulata</i> / espatódea	exótica		X
	<i>Zeyheria tuberculosa</i> / ipê-preto	vulnerável		X
Boraginaceae	<i>Cordia sellowiana</i> / poleiro-de-morcego	endêmica		X
Cannabaceae	<i>Celtis</i> sp. / grão-de-galo	-		X
	<i>Trema micrantha</i> / crindiúva	-	X	X
Casuarinaceae	<i>Casuarina</i> sp. / casuarina	-		X
Chrysobalanaceae	<i>Licania</i> sp. / bafo-de-boi	-		X
	<i>Licania tomentosa</i> / oiti	endêmica		X
Combretaceae	<i>Terminalia catappa</i> / sete-copas	naturalizada		X
Elaeocarpaceae	<i>Sloanea</i> sp1 / carrapicho-do-mato	-		X
	<i>Sloanea</i> sp2 / carrapicho-do-mato 2	-		X
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum pelleterianum</i> / sessenta-e-um	-		X
	<i>Aparisthmium cordatum</i> / gelol	-		X
	<i>Croton floribundus</i> / capichingui	endêmica		X
	<i>Croton urucurana</i> / sangra-d'água	-	X	X
	<i>Hevea brasiliensis</i> / seringueira	-		X
	<i>Joannesia princeps</i> / cutieira	endêmica		X
	<i>Mabea fistulifera</i> / canudo-de-pito	-	X	X
	<i>Manihot pilosa</i> / mandioca-brava	-	X	X
	<i>Maprounea guianensis</i> / vaquinha-branca	-		X
Euphorbiaceae	<i>Sapium glandulosum</i> / leiteiro	-		X
	<i>Sparattosperma leucanthum</i> / cinco-folhas-branca	-		X
	<i>Apuleia leiocarpa</i> / garapa	vulnerável	X	X
	<i>Bauhinia forficata</i> / pata-de-vaca	-		X
	<i>Caesalpinia echinata</i> / pau-brasil	endêmica / em perigo		X
	<i>Cassia ferruginea</i> / chuva-de-ouro	-	X	X
	<i>Copaifera langsdorffii</i> / copaíba	-	X	
	<i>Hymenaea courbaril</i> var. <i>stilbocarpa</i> / jatobá	-	X	X
	<i>Libidibia ferrea</i> / pau-ferro	endêmica		X
Fabaceae / Caesalpinioideae	<i>Melanoxylon brauna</i> / braúna	vulnerável		X
	<i>Peltophorum dubium</i> / canafístula	-	X	X

(Continua)

Tabela 6 - Lista das espécies do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG, agrupadas por famílias botânicas (Continuação)

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO / NOME COMUM	OBSERVAÇÃO	2010	2015
Fabaceae / Caesalpinioideae	<i>Poincianella pluviosa</i> / sibipiruna	-		X
	<i>Schizolobium parahyba</i> / guapuruvú	-	X	X
	<i>Sclerolobium rugosum</i> / mamoneira-vermelha	-		X
	<i>Sclerolobium</i> sp. / ingazeiro	-		X
	<i>Senna macranthera</i> / fedegoso	-	X	X
	<i>Senna multijuga</i> / canafístula	-		X
Fabaceae / Faboideae	<i>Clitoria fairchildiana</i> / sombreiro	-		X
	<i>Dalbergia nigra</i> / jacarandá-caviúna	endêmica / vulnerável	X	X
	<i>Erythrina verna</i> / mulungu	endêmica	X	
	<i>Lonchocarpus</i> sp. / rabo-de-mico	-		X
	<i>Machaerium aculeatum</i> / bico-de-pato-vermelho	endêmica		X
	<i>Machaerium brasiliense</i> / sangue-de-burro	-	X	X
	<i>Machaerium hirtum</i> / jacarandá-bico-de-pato	-	X	
	<i>Machaerium nyctitans</i> / bico-de-pato	-		X
	<i>Platymiscium pubescens</i> / tamboril	-		X
	<i>Platypodium elegans</i> / jacarandá-branco	-		X
	<i>Swartzia</i> sp. / saco-de-burro	-		X
	<i>Albizia polycephala</i> / farinha-seca	endêmica		X
Fabaceae / Mimosoideae	<i>Anadenanthera peregrina</i> / angico-vermelho	-	X	X
	<i>Dimorphandra mollis</i> / farinha-seca	-	X	
	<i>Enterolobium contortisiliquum</i> / orelha-de-negro	-	X	
	<i>Inga cylindrica</i> / ingá-feijão	-		X
	<i>Inga edulis</i> / ingá 3	-	X	
	<i>Inga</i> sp. / ingá 1	-		X
	<i>Inga</i> sp. / ingá 2	-		X
	<i>Inga vera</i> / ingá 4	-	X	
	<i>Piptadenia gonoacantha</i> / jacaré	-	X	X
	<i>Plathymenia foliolosa</i> / vinhático	-	X	X
	<i>Pseudopiptadenia contorta</i> / angico-branco	endêmica	X	X
	<i>Samanea inopinata</i> / sete-cascas	-		X
	<i>Stryphnodendron polyphyllum</i> / barbatimão	endêmica		X

(Continua)

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Tabela 6 - Lista das espécies do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG, agrupadas por famílias botânicas (Continuação)

FAMILIA	NOME CIENTÍFICO / NOME COMUM	OBSERVAÇÃO	2010	2015
<i>Lacistemataceae</i>	<i>Lacistema pubescens</i> / espeto-branco	endêmica	X	X
	<i>Aegiphila integrifolia</i> / papagaio; pau-fumo	-	X	X
<i>Lamiaceae</i>	<i>Vitex megapotamica</i> / maria-preta	-		X
	<i>Vitex polygama</i> / tarumã	endêmica		X
	<i>Nectandra membranacea</i> / canela-saligna	-		X
	<i>Nectandra oppositifolia</i> / canela-amarela	-	X	X
<i>Lauraceae</i>	<i>Nectandra reticulata</i> / canela 1	-	X	
	<i>Ocotea corymbosa</i> / canela 2	-	X	
	<i>Ocotea odorifera</i> / canela-sassafrás	endêmica / em perigo		X
	<i>Cariniana estrellensis</i> / jequitibá-rosa	-		X
	<i>Cariniana legalis</i> / jequitibá-branco	endêmica / em perigo		X
<i>Lecythidaceae</i>	<i>Lecythis lurida</i> / jarana	endêmica	X	
	<i>Lecythis pisonis</i> / sapucaia	endêmica		X
<i>Malpighiaceae</i>	<i>Byrsonima</i> sp. / murici	-	X	X
	<i>Ceiba speciosa</i> / paineira-rosa	-	X	
	<i>Eriotheca</i> sp. / catuaba	-		X
<i>Malvaceae</i>	<i>Luehea grandiflora</i> / açoita-cavalo	-	X	
	<i>Pachira glabra</i> / castanha-mineira	naturalizada	X	
	<i>Miconia cinnamomifolia</i> / quaresminha	endêmica	X	X
<i>Melastomataceae</i>	<i>Miconia</i> sp. / zumbi	-		X
	<i>Tibouchina granulosa</i> / quaresma-roxa	endêmica	X	X
	<i>Cabralea canjerana</i> / canjerana	-		X
<i>Meliaceae</i>	<i>Cedrela fissilis</i> / cedro-rosa	vulnerável	X	X
	<i>Guarea guidonia</i> / cura-madre	-	X	X
	<i>Trichilia pallida</i> / catiguá	-	X	X
	<i>Ficus gomelleira</i> / gameleira-branca	-	X	X
<i>Moraceae</i>	<i>Maclura tinctoria</i> / tajuba	-		X
	<i>Sorocea bonplandii</i> / folha-de-serra	-		X
	<i>Eucalyptus</i> sp. / eucalipto	exótica		X
<i>Myrtaceae</i>	<i>Myrcia splendens</i> / jambo-vermelho	-		X
	<i>Psidium guajava</i> / goiabeira	naturalizada	X	X
<i>Pinaceae</i>	<i>Pinus</i> sp. / pinus	exótica		X
<i>Poaceae</i>	<i>Dendrocalamus giganteus</i> / bambú-gigante	exótica	X	X

(Continua)

Tabela 6 - Lista das espécies do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG, agrupadas por famílias botânicas (Continuação)

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO / NOME COMUM	OBSERVAÇÃO	2010	2015
Poaceae	<i>Phyllostachys aurea</i> / bambú-cana-da-índia	exótica	X	
Primulaceae	<i>Myrsine</i> sp. / pororoca	-		X
Proteaceae	<i>Grevillea robusta</i> / grevilha	exótica		X
Rhamnaceae	<i>Colubrina glandulosa</i> / sobrasil	-		X
Rosaceae	<i>Eriobotrya japonica</i> / ameixeira	exótica		X
	<i>Prunus myrtifolia</i> / pessegueiro-bravo	-	X	
	<i>Amaioua guianensis</i> / azeitona-do-mato	-		X
	<i>Bathysa nicholsonii</i> / colher-de-pau	-	X	X
Rubiaceae	<i>Genipa americana</i> / jenipapeiro	-	X	
	<i>Guettarda viburnoides</i> / castanheira-do-mato	-		X
	<i>Rudgea sessilis</i> / cafezinho	endêmica	X	X
	<i>Dictyoloma vandellianum</i> / brauninha	-	X	X
Rutaceae	<i>Hortia brasiliana</i> / para-tudo	quase ameaçada		X
	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i> / mama-de-porca	-	X	X
Salicaceae	<i>Casearia</i> sp. / espeto	-		X
	<i>Casearia sylvestris</i> / café-do-mato	-	X	X
	<i>Allophylus racemosus</i> / três-folhas	-	X	
Sapindaceae	<i>Cupania vernalis</i> / pau-de-cantil	-	X	
	<i>Matayba elaeagnoides</i> / catuá-de-folha-miúda	-	X	X
Siparunaceae	<i>Siparuna guianensis</i> / folha-santa	-	X	X
	<i>Siparuna</i> sp. / folha-santa	-		X
	<i>Solanum cernuum</i> / panacéia-braço-de-mono	endêmica	X	X
Solanaceae	<i>Solanum granulosoaleprosum</i> / capoeira-branca	-	X	
	<i>Solanum lycocarpum</i> / lobeira	-	X	
Strelitziaceae	<i>Ravenala madagascariensis</i> / árvore-do-viajante	exótica		X
	<i>Cecropia glaziovii</i> / embaúba-vermelha	endêmica	X	X
Urticaceae	<i>Cecropia hololeuca</i> / embaúba-branca	endêmica	X	X
	<i>Cecropia</i> sp. / embaúba-miúda	-		X
Verbenaceae	<i>Aloysia virgata</i> / canela-de-velho	-		X

*As classificações apresentadas dos itens: risco de extinção, exotismo e endemia são as adotadas pelos estudos do Programa REFLORE do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Das espécies levantadas, 11 foram avaliadas como correndo risco de extinção pelos pesquisadores do Programa Reflora mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Três espécies são consideradas como em perigo de extinção: *Caesalpinia echinata*, *Cariniana legalis* e *Ocotea odorifera*; outras três como quase ameaçadas: *Handroanthus impetiginosus*, *Hortia brasiliiana* e *Xylopia brasiliensis* e cinco como vulneráveis: *Apuleia leiocarpa*, *Cedrela fissilis*, *Dalbergia nigra*, *Melanoxylon brauna* e *Zeyheria tuberculosa*.

A presença de *Caesalpinia echinata* no Parque Natural Municipal Tancredo Neves deve ser melhor estudada uma vez que a área de ocorrência natural desta espécie são as Florestas Ombrófilas no domínio da Mata Atlântica (LORENZI, 1992) e o município de Ponte Nova está localizado em outra tipologia da Mata Atlântica denominada Floresta Estacional Semidecidual.

O levantamento apontou a presença de 31 espécies endêmicas do Brasil na área do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, ou seja, espécies que apenas ocorrem em território nacional.

Foram encontradas oito espécies lenhosas exóticas: *Dendrocalamus giganteus*, *Eriobotrya japônica*, *Eucalyptus sp.*, *Ficus benjamina*, *Grevillea robusta*, *Phyllostachys aurea*, *Pinus sp.*, *Ravenala madagascariensis*. Recomenda-se o combate imediato de espécies exóticas com comportamento de invasoras, como o bambú-cana-da-índia (*Phyllostachys aurea*).

A metodologia utilizada nos dois estudos oferece uma estimativa satisfatória, garantindo boa representatividade das espécies ocorrentes na área de estudo nos dois períodos estudados (anos de 2010 e 2015). Contudo, por se tratar de metodologia amostral, a presença de espécies não descritas neste documento pode ser uma realidade. Por este motivo recomenda-se manter na área do Parque, pesquisas que envolvam o monitoramento da flora a fim de acrescentar na lista as possíveis espécies não relatadas neste estudo e também as espécies que possam surgir naturalmente no decorrer na sucessão ecológica.

4.2.1.2. Mastofauna

O levantamento de Mastofauna mais recente realizado para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves foi desenvolvido pela Empresa Serto Locacoes e Servicos Ltda (SERTO, 2010), apresentado a seguir neste Plano.

O levantamento em questão utilizou a metodologia de captura por armadilhas do tipo Tomahawk, armadilhas de interceptação do tipo pitfall, registros fotográficos com Câmeras-Trap, identificação de vestígios, como pegadas, fezes, pelos e carcaças.

Dos 26 mamíferos amostrados, 8 espécies estão listadas com algum grau de ameaça ou no Brasil ou no Estado de Minas Gerais (TABELA 07). As principais causas da diminuição das espécies encontradas na **área** deve-se a vários fatores, como a fragmentação dos habitats gerada por fatores como avanço de fronteiras agrícolas e crescimento urbano desordenado, a caça predatória também atua como fator considerável na redução dessas espécies e indivíduos, fatores estes bastante observados na **área** do parque.

4.2.1.3. Avifauna

O levantamento de Avifauna mais recente realizado para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves foi desenvolvido pela Empresa Serto Locacoes e Servicos Ltda, apresentado a seguir neste Plano.

Foi instalada uma rede de neblina de 3 metros de altura por seis metros de comprimento e malha de 17 mm, por dois dias na parte da manhã de 5:30 as 9:00 hs e dois dias na parte da tarde de 16:30 às 19:00 hs, pois esses são horários de grande movimentação de aves. As aves retidas na rede foram imediatamente retiradas da malha com cautela, fotografadas para identificação e registro, e em seguida liberadas.

Foram identificados 62 espécies de aves, pertencentes a 16 ordens, sendo apenas duas espécies classificadas com algum grau de ameaça nas listas de animais ameaçados de extinção do Brasil e de Minas Gerais (TABELA 8). A grande quantidade de animais sem informações sobre os status de conservação deve-se a falta de estudos, uma vez que as aves são as espécies mais contrabandeadas no Brasil. Em Minas Gerais o tráfico de animais silvestres é muito expressivo, principalmente os passeriformes, como o trinca ferro, curió e o canário da terra. Nesse trabalho foi observado a captura de trinca ferro na **área** do parque. A prática, segundo funcionários do parque, tem sido observada rotineiramente.

4.2.1.4. Herpetofauna

O levantamento de herpetofauna mais recente realizado para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves foi desenvolvido pela Empresa Serto Locacoes e Servicos Ltda, apresentado a seguir neste Plano.

Para a identificação da herpetofauna foram utilizadas armadilhas de Interceptação e Queda com auxilio de cercas-guia e gravação da vocalização emitida.

Foram identificadas sete espécies da classe reptila e ordem squamata, cinco espécies da classe Amphibia e ordem Anura (TABELA 09). A **área** do parque por possuir muitas lagoas abriga uma grande quantidade de espécies de anfíbios e serpentes.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Tabela 7 - Levantamento de Mastofauna realizado no Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG (SERTO, 2010)

Ordem:	Classe: Mammalia	Família:	Nome Científico / Nome Vulgar	Tipo de Registro	Status (Brasil/ MG)
Carnívora	Canidae		<i>Cerdocyon thous</i> / Cachorro do mato	Relato	SI / SI
			<i>Lycalopex vetulus</i> / Raposinha do campo	Relato	SI / VU
			<i>Chrysocyon brachyurus</i> / Lobo guará	Relato	VU/ VU
	Felidae		<i>Leopardus tigrinus</i> / Gato do mato	fezes e relato	VU / EM
			<i>Leopardus pardalis</i> / Jaguatirica	fezes e relato	VU / CR
			<i>Puma yaguarondi</i> / Gato mourisco	relato e fezes	SI / SI
	Procyonidae		<i>Procyon cancrivorus</i> / Mão Pelada	Relato	SI/SI
	Mustelidae		<i>Mustela putorius</i> / Furão	Relato	SI/SI
			<i>Eira barbara</i> / Irara	Relato	SI/SI
	Procyonidae		<i>Nasua nasua</i> / Quati	Relato e pegada	SI/SI
Pilosa	Myrmecophagidae		<i>Tamandua tetradactyla</i> / Tamanduá Mirim	Relato	EN /SI
Artiodactila	Cervidae		<i>Mazama gouazoubira</i> / Veado Catinguero	Relato	EN/SI
Didelphimorpha	Didelphidae		<i>Didelphis marsupialis</i> / Gambá	Captura	SI/SI
			<i>Marmosops incanus</i> / Cuica	Captura	EM/SI
Cingulata	Dasypodidae		<i>Dasypus novemcinctus</i> / Tatu galinha	Relato	SI/SI
			<i>Euphractus sexcinctus</i> / Tatu peba	Relato	SI/SI
Rodentia	Cuniculidae		<i>Agouti paca</i> / Paca	Relato	SI/SI
	Erethizontidae		<i>Coendou prehensilis</i> / Ouriço caxeiro	Relato	SI/SI

Tabela 8 - Levantamento de Avifauna realizado no Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG (SERTO, 2010)

Ordem	Família	Nome Científico / Nome Vulgar	Tipo de Registro	Status (Brasil/ MG)
	Turdidae	<i>Turdus rufiventris</i> / Sabiá Laranjeira	visualização	SI/SI
		<i>Turdus leucomelas</i> / Sabiá-barranco	relato	SI/SI
		<i>Turdus amaurochalinus</i> / Sabiá poca	visualização	SI/SI
		<i>Sicalis flaveola</i> / Canário da terra	visualização	SI/SI
		<i>Sporophila caerulea</i> / Coleirinho	visualização	SI/SI
	Emberizidae	<i>Volatinia jacarina</i> / Tiziu	visualização	SI/SI
		<i>Sporophila angolensis</i> / Curió	visualização	SI/CR
	Dendrocolaptidae	<i>Lepidocolaptes squamatus</i> / Arapaçu-escamado	relato	VU/SI
	Hirundinidae	<i>Pygochelidon cyanoleuca</i> / Andorinha-pequena-de-casa	visualização	SI/SI
		<i>Cyanocorax cristatellus</i> / Gralha do campo	relato	SI/SI
Passeriformes	Corvidae	<i>Tyrannus savana</i> / Tesourinha	visualização	SI/SI
		<i>Fluvicola nengeta</i> / Viuvinha	visualização	SI/SI
		<i>Pitangus sulphuratus</i> / Bem-ti-vi	visualização	SI/SI
		<i>Legatus leucophaius</i> / Bem-ti-vi rajado	visualização	SI/SI
		<i>Knipolegus lophotes</i> / Maria preta de penacho	relato	SI/SI
	Tyrannidae	<i>Elaenia sp.</i> / Guarácava	Captura	SI/SI
		<i>Leptopogon amaurocephalus</i> / Cabeçudo	Captura	SI/SI
		<i>Myiarchus sp.</i> / Maria cavaleira	Captura	SI/SI
		<i>Lathrotricus euleroi</i> / Enferrujado	Captura	SI/SI
		<i>Saltator similis</i> / Trinca ferro	visualização	SI/SI
Thraupidae		<i>Thraupis sayaca</i> / Sanhaço	visualização	SI/SI
		<i>Tersina viridis</i> / Sai andorinha	visualização	SI/SI
	Cardinalidae	<i>Cyanocompsa brissonii</i> / Azulão	relato	SI/SI

(Continua)

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Tabela 8 - Levantamento de Avifauna realizado no Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG (SERTO, 2010) (Continuação)

Ordem	Família	Nome Científico / Nome Vulgar	Tipo de Registro	Status (Brasil/MG)
Passeriformes	Pipridae	<i>Manacus manacus</i> / Rendeira	relato	SI/SI
	Furnariidae	<i>Phacellodomus rufifrons</i> / João-de-pau	relato	SI/SI
		<i>Furnarius rufus</i> / João-de-barro	visualização	SI/SI
Columbiformes	Columbidae	<i>Columbina passerina</i> / Rolinha cinzenta	visualização	SI/SI
		<i>Patagioenas picazuro</i> / Pomba trocal	visualização	SI/SI
		<i>Zenaida auriculata</i> / pomba de bando	visualização	SI/SI
		<i>Leptolila verrouxi</i> / Juriti - pupu	relato	SI/SI
		<i>Butorides striata</i> / Socózinho	relato	SI/SI
Ciconiiformes	Ardeidae	<i>Egretta thula</i> / Garça branca pequena	visualização	SI/SI
Gruiformes	Rallidae	<i>Pardirallus maculatus</i> / Saracura carijó	visualização	SI/SI
Coraciiformes	Alcedinidae	<i>Chloroceryle inda</i> / Martin pescador	visualização	SI/SI
Pisciformes	Picidae	<i>Colaptes campestris</i> / Pica-pau do campo	visualização	SI/SI
		<i>Colaptes melanochloros</i> / Pica-pau vermelho	visualização	SI/SI
		<i>Picumnus cirratos</i> / Pica-pau anão	visualização	SI/SI
		<i>Pteroglossus aracari</i> / Araçari	visualização	SI/SI
		<i>Ramphastos toco</i> / Tucano	Relato	SI/SI
Psittaciformes	Psittacidae	<i>Primolius maracana</i> / Maracanã verdadeira	visualização	SI/SI
		<i>Aratinga leucophthalma</i> / Periquitão maracanã	visualização	SI/SI
		<i>Melopsittacus undulatus</i> / Periquito tuim	visualização	SI/SI
		<i>Brotogeris chiriri chiriri</i> / Periquito estrela	visualização	SI/SI

(Continua)

Tabela 8 - Levantamento de Avifauna realizado no Parque Natural Tancredo Neves, Ponte Nova, MG (SERTO, 2010) (Continuação)

Ordem	Família	Nome Científico / Nome Vulgar	Tipo de Registro	Status (Brasil/MG)
Pelicaniformes	Phalacrocoracidae	<i>Phalacrocorax brasilianus</i> / Biguá	visualização	SI/SI
		<i>Amazilia versicolor</i> / Beija-flor de banda branca	visualização	SI/SI
Apodiformes	Trochilidae	<i>Aphantochroa cirrochloris</i> / Beija-flor cinza	visualização	SI/SI
		<i>Amazilia fimbriata</i> / Beija-flor de garganta verde	relato	SI/SI
Caprimulgiformes	Caprimulgidae	<i>Nyctidromus albitollis</i> / Bacural	visualização	SI/SI
		<i>Tyto alba</i> / Coruja Suindara	visualização	SI/SI
Strigiformes	Strigidae	<i>Megascops choliba</i> / Coruja do Mato	visualização	SI/SI
		<i>Athene cunicularia</i> / Coruja Buraqueira	visualização	SI/SI
Cuculiformes	Cuculidae	<i>Piaya cayana</i> / Alma de gato	visualização	SI/SI
		<i>Crotophaga ani</i> / Anú preto	visualização	SI/SI
Charadriiformes	Charadriidae	<i>Vanellus chileis</i> / Quero quero	visualização	SI/SI
		<i>Milvago chimachima</i> / Gavião Carrapateiro	visualização	SI/SI
Falconiformes	Falconidae	<i>Caracara plancus</i> / Gavião Carcará	visualização	SI/SI
		<i>Buteo magnirostris</i> / Gavião Carijó	visualização	SI/SI
		<i>Buteo albicaudatus</i> / Gavião de Rabo branco	relato	SI/SI
		<i>Ictinia plumbea</i> / Gavião Sovi	visualização	SI/SI
Gruiformes	Rallidae	<i>Rostrhamus sociabilis</i> / Gavião Caramujeiro	visualização	SI/SI
		<i>Gallinula chloropus</i> / Frango d'agua	visualização	SI/SI
Craciformes	Cracidae	<i>Cariama cristata</i> / Seriema	visualização	SI/SI
		<i>Penélope obscura</i> / Jacú	visualização	SI/SI

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Tabela 9 - Levantamento de Herpetofauna realizado no Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova, MG (SERTO, 2010)

	Família	Nome Científico / Nome Vulgar	Tipo de Registro	Status (BR/MG)
Classe Reptilia Ordem: Squamata	Elapidae	<i>Micrurus sp.</i> / Coral verdadeira	visualização	SI/SI
	Colubridae	<i>Philodryas olfersii</i> / Cobra cipó	relato	SI/SI
		<i>Spilotes pullatus</i> / Caninana	relato	SI/SI
		<i>Crotalus durissus</i> / Cascavel	relato	SI/SI
		<i>Bothrops jararacuçu</i> / Jararacuçu	relato	SI/SI
		/		
	Viperidae	<i>Bothrops jararaca</i> / Jararaca	relato	SI/SI
	Teiidae	/		
		<i>Tupinambis merianae</i> / Teiú	visualização	SI/SI
Classe Amphibia Ordem: Anura	Família: Hylidae	<i>Scinax cuspidatus</i> / Perereca verde	visualização	SI/SI
		<i>Bokermannohyla cf.</i> / Sapo cabeçudo	visualização	SI/SI
		/ Sapo cabeçudo	visualização	SI/SI
		<i>circumdata</i> / Sapo cabeçudo	visualização	SI/SI
		<i>Scinax fuscomarginatus</i> / Rã verde	vocalização	SI/SI
		<i>Scinax crospedopilus</i> / Rã d'água	vocalização	SI/SI
	Microhylidae	<i>Elachistocleis ovalis</i> / Rã grilo	vocalização	SI/SI
		<i>Elachistocleis ovalis</i> / Rã grilo	vocalização	SI/SI
		<i>Elachistocleis ovalis</i> / Rã grilo	vocalização	SI/SI

4.2.1.5. Ictiofauna

O levantamento de ictiofauna mais recente realizado para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves foi desenvolvido pela Empresa Serto Locacoes e Servicos Ltda, apresentado a seguir neste Plano.

Para o levantamento da ictiofauna local foi realizada a captura utilizando varas de pesca, observação noturna com foco de luz de longo alcance nas beiras dos lagos e entrevistas das pessoas que praticavam a pesca, que forneceram grande quantidade de dados sobre as espécies de peixes presentes na região.

Foi levantada a presença de nove espécies de peixes, sendo as mais pescadas a tilápia, cará, lambarí e a traíra (TABELA 10). Segundo funcionários e pescadores há uma grande quantidade de espécies de peixes existentes nos lagos do parque, sendo muitos deles introduzidos e considerados espécies exóticas para a região, como a própria tilápia e a carpa.

Tabela 10 - Levantamento de ictiofauna realizado no Parque Natural Municipal Tancredo Neves, ponte Nova, MG.

Ordem	Família	Nome Científico / Nome vulgar	Tipo de registro	Status (brasil/mg)
Perciformes	Cichlidae	Geophagus brasiliensis / Cará	captura	SI/SI
		Hoplias malabaricus / Traíra	captura	SI/SI
		Oreochromis niloticus / Tilápia	relato	SI/SI
Characiformes	Characidae	Astianax spp / Lambarí	captura	SI/SI
	Erythrinidae	Synbrachus marmoratus / Mussum	captura	SI/SI
	Characidae	Piaractus sp. / Pacú	relato	SI/SI
Cypriniformes	Cyprinidae	Cyprinus Carpio / Carpa	visualização	SI/SI
Siluriformes	Bagridae	Bragre sp. / Bagre	relato	SI/SI
Gymnotiformes	Gymnotidae	Gymnotus carapo / Sarapó	captura	SI/SI

4.2.1.6. Meio Físico

A caracterização do meio físico foi realizada no ano de 2010 pela Empresa Serto, contratada pela Prefeitura e como não houve nenhuma alteração no meio físico nesse período de tempo foram utilizados os dados já levantados nessa pesquisa. (SERTO, 2010)

4.2.1.7. Clima

De acordo com a classificação climática de Köppen, ocorrem na região do município de Ponte Nova dois tipos climáticos: Cwa - úmido de verões quentes e o tipo Aw semi-úmido. O clima é dito temperado, apresentando temperatura média anual entre 24 e 33 °C (NATALI, 1999).

4.2.1.8. Geologia, Geomorfologia e Pedologia

O entendimento da geologia é importante para a compreensão de como as rochas e suas estruturas controlam as feições geomorfológicas (relevo), os tipos e composição de solos, os reservatórios subterrâneos de água e o condicionamento das águas superficiais, a qualidade dos maciços como substrato para a construção de obras civis e o potencial geoeconômico (recursos minerais). O estudo das rochas, sua deformação e estruturação, idade e potencial econômico, além de suas inter-relações com o meio físico são os objetivos da geologia.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Na FIGURA 07, nota-se que o município de Ponte Nova está inserido em três compartimentos geológicos:

- Complexo Granito-gnaiss-migmatito e Granulitos;
- Sequências Vulcanossedimentares proterozóicas dobradas; metamorfizadas de baixo a alto grau;
- Complexo Granitóides não-deformados.

A região na qual o Parque Natural Municipal Tancredo Neves está inserido, Complexo Granito-gnaiss-migmatito e Granulitos, apresenta como tipos litológicos principais Hornblenda-biotita gnaiss e Anfibolito, com predominância de gnaiss ortoderivado, podendo ou não conter porções migmatíticas (CPRM, 2006).

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves, bem como o município de Ponte Nova, está inserido no domínio de Morros e Serras Baixas. Segundo o IBGE (2007), Ponte Nova apresenta 20% de áreas planas, 60% de onduladas e 20% de montanhosa. Verifica-se um rebaixamento do relevo em direção à sua parte central. Nas cabeceiras, os vales são encaixados, embora sejam mais comuns os vales abertos, com fundos planos. Os afloramentos de rocha são mais frequentes na porção ocidental do município (MARCHI et al, 2005).

A declividade normalmente é de 15° a 35°, enquanto que a amplitude altimétrica neste domínio varia de 80 a 200 m. Foi gerado um Modelo Digital de Elevação (MDE) do Parque Natural Municipal Tancredo Neves (FIGURA 09). A partir de sua análise, obtém-se a amplitude altimétrica do local, que foi de 120m, havendo uma média topográfica de 538,2 m.

Na Zona da Mata, em termos gerais, conforme constatado por Baruqui (1982), os principais solos das elevações são os Latossolos Vermelho-Amarelo distrófico e os Argissolos Vermelho-Amarelo predominantemente eutrófico. Ocorre, ainda localmente, Nitossolos, associados os diques de rochas máficas. Nas baixadas, na posição de terraço, são encontrados os Argissolos Vermelho-Amarelos Câmbico distrófico e eutrófico; nos leitos maiores dos cursos de água, os solos aluviais, quase sempre eutróficos, e nas partes mais rebaixadas, os solos hidromórficos, geralmente distrófico. Observa-se que os Latossolos ocorrem de forma predominante, ocupando 88 % da área, seguido dos Argissolos com 6 %, e em menor proporção aparecem os Cambissolos Háplicos e Neossolos Litólicos (CETEC, 2008).

Para o levantamento das classes de solos dentro do Parque Natural Municipal Tancredo Neves foram abertos cinco perfis de solo, em diferentes locais, levando-se em consideração o mosaico de paisagens do parque. Em cada perfil coletaram-se amostras de solo dos horizontes A e B para posterior análise de sua matiz de cor, utilizando-se a caderneta de Munsell. Foram encontradas três classes de solos Parque Natural Municipal Tancredo Neves, que são caracterizadas a seguir e ilustradas na FIGURA 08.

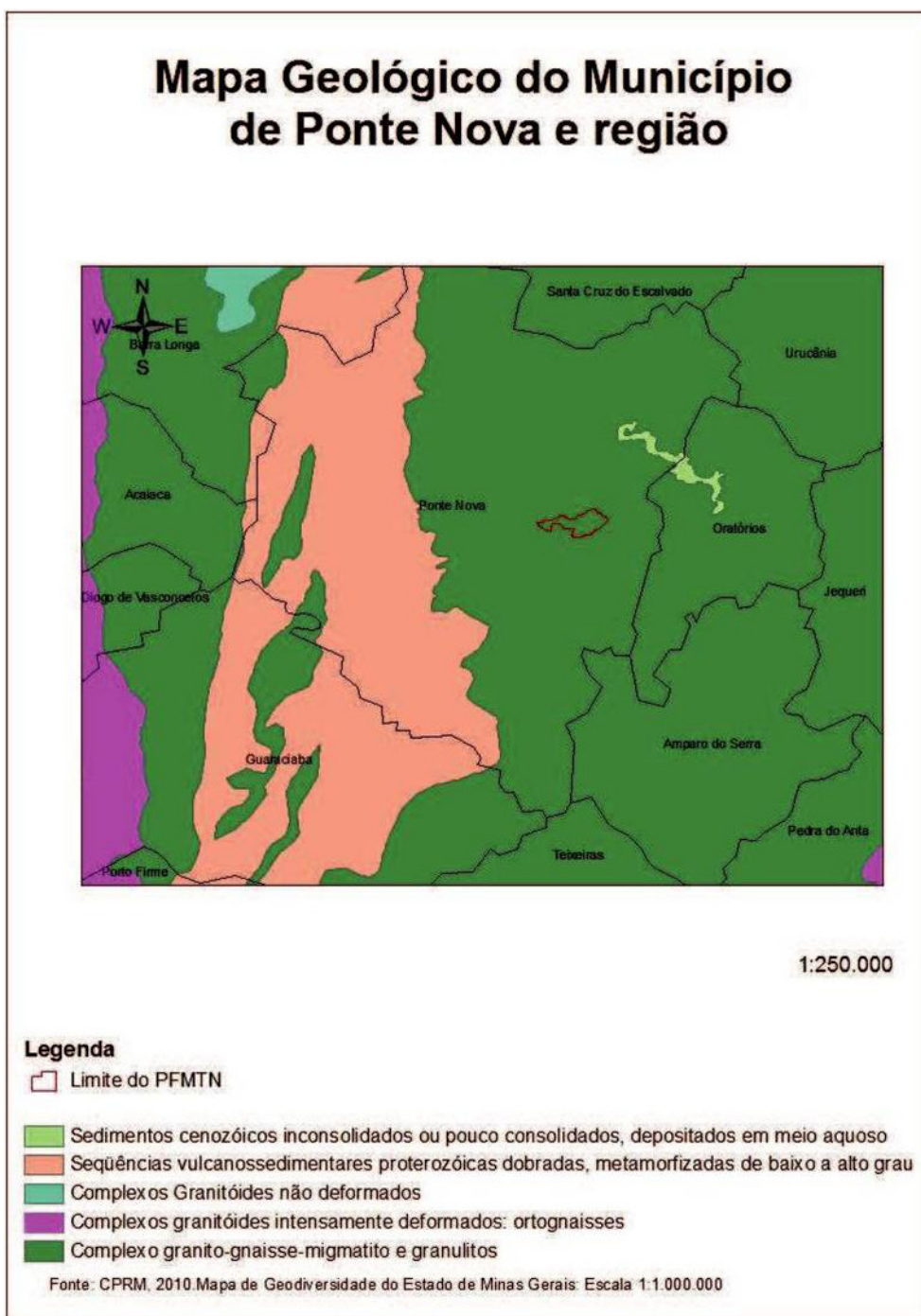


Figura 7 - Mapa Geológico de Ponte Nova e Região (SERTO, 2010)

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

LATOSSOLO: Solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte A, dentro de 200 cm da superfície do solo ou dentro de 300 cm, se o horizonte A apresenta mais que 150 cm de espessura. O incremento de argila do horizonte A para o B é pouco acentuado, de maneira que a relação textural B/A é, na grande maioria dos casos, próximo à unidade, não podendo ultrapassar a 1,5. Trata-se da classe de solos de maior expressão geográfica do país e com ampla distribuição ao longo do território nacional.

ARGISSOLO VERMELHO AMARELO (5YR 5/6): São solos constituídos por material mineral caracterizados pela presença do horizonte diagnóstico B textural de argila de atividade baixa (Tb), distrófico ou eutrófico. Ocupam uma grande área do Brasil, nas mais diversas condições de relevo e cobertura vegetal. A relação textural mais elevada dos Argissolos normalmente relaciona-se com uma descontinuidade marcante do sistema poroso com a profundidade. Assim, são mais porosos no horizonte A (mais macroporos) que no B (Poros maiores “ocupados” por argila, com redução de macroporos) o que os tornam muito susceptíveis à erosão mesmo em situação de pequenos declives.

CAMBISSOLO: São solos minerais pouco evoluídos, com sequência de horizonte A, Bi, C, em que o horizonte Bi tenha no mínimo 10 cm de espessura e textura seja mais fina que franco-arenosa. Os Cambissolos apresentam, em geral, significativos teores de minerais primários facilmente intemperizáveis, os quais podem constituir apreciável reserva de nutrientes para as plantas, particularmente de K+ lábil além de serem susceptíveis à erosão.

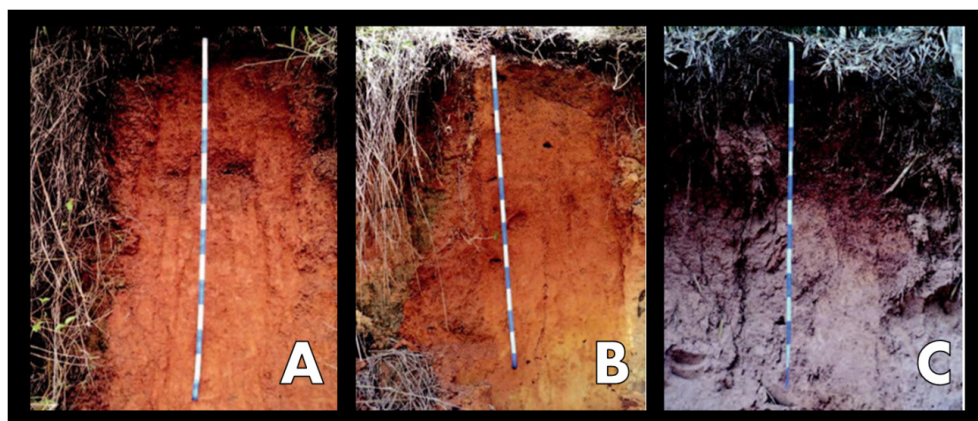


Figura 8 - Classes de Solos ocorrentes no Parque Natural Municipal Tancredo Neves: A) Latossolo Vermelho Amarelo 5 YR 5/8. B) Argiloso Vermelho Amarelo 5YR 5/6. C) Cambissolo.

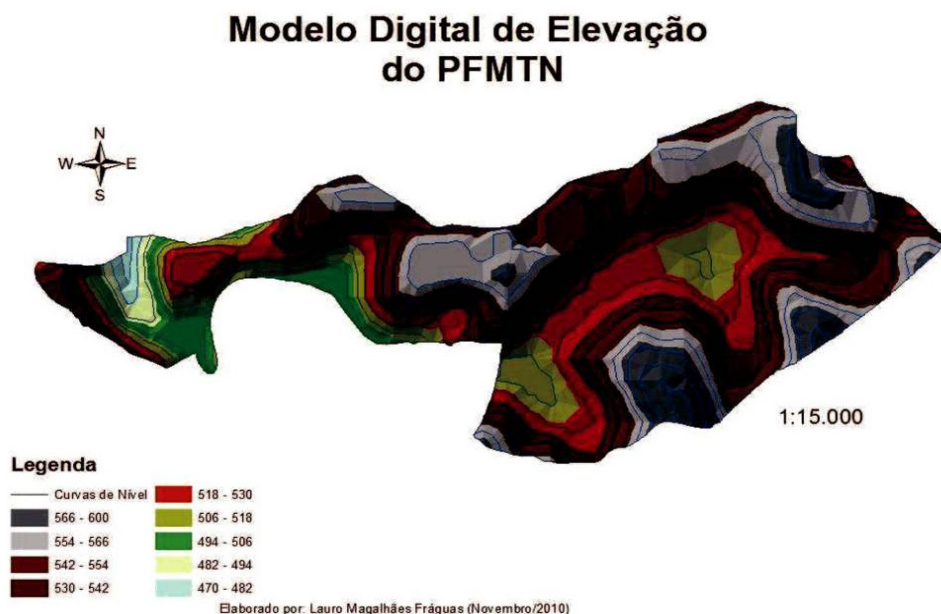


Figura 9 - Modelo digital de elevação do Parque Natural Municipal Tancredo Neves (SERTO,2010)

4.2.1.9. Recursos Hídricos

A água é um dos recursos naturais mais intensamente utilizados. É fundamental para a existência e manutenção da vida e, para isso, deve estar presente no ambiente em qualidade e quantidades apropriadas.

No Parque Natural Municipal Tancredo Neves, a água é importante para irrigação do viveiro, equilíbrio biológico da fauna e flora, além de propiciar bem-estar aos visitantes, seja através da pesca ou da própria beleza cênica proporcionada pelas represas. Para descrever os recursos hídricos, foram realizados diagnósticos das nascentes e represas e avaliação da qualidade da água. Foram encontradas sete nascentes e quatro represas no Parque Natural Municipal Tancredo Neves. Essas estão localizadas na FIGURA 10.

As nascentes 1, 2 e 3 estão localizadas numa área alagadiça coberta por macrófitas aquáticas, especialmente a taboa. São as principais contribuintes para a vazão das represas. Estão em áreas de difícil acesso, portanto, relativamente protegidas dos impactos negativos da presença humana e de animais domésticos de grande porte. Porém a cobertura vegetal ao redor das nascentes é constituída predominantemente de taboa, capins e algumas espécies arbustivas.

Próximo ao viveiro de mudas da SEMAM existem mais três nascentes (4, 5 e 6), estas abastecem pequenas represas, onde é feita a captação da água

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

utilizada no viveiro. Cada uma das nascentes está inserida dentro de três pequenas grotas. As nascentes 4 e 6 apresentam uma pequena estrutura para acúmulo inicial de água. A nascente 5 não apresenta nenhuma estrutura deste tipo, sendo a área um alagadiço. As três nascentes apresentam boa cobertura vegetal, e o acesso de animais de grande porte é difícil, dada as condições de vegetação e do terreno.

A nascente 7 está situada ao lado da entrada do parque, na meia encosta do morro. Nesta nascente têm-se uma estrutura de concreto para acúmulo de água e uma canalização até a parte mais baixa do terreno. Existe uma trilha que passa ao lado da nascente e vai até o alto do morro, prejudicando a vegetação próxima e também compactando o solo, diminuindo a infiltração da água. Esta nascente abastecia uma fonte, que não é mais utilizada, pois as estruturas para o abastecimento não se encontram em condições adequadas.



Figura 10 - Mapa de localização dos recursos hídricos na área Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

As represas foram nomeadas de A, B, C e D, sendo a represa A localizada na região mais à montante e a represa D localizada na região mais à jusante, próxima a entrada do parque. As áreas à montante de cada represa são caracterizadas por brejos, com elevada presença de macrófitas aquáticas, como a taboa.

A represa A está à montante do viveiro de mudas, é a represa com menor visitação humana. Apresenta cobertura vegetal abundante nas margens. A água nessa represa apresenta uma coloração escura, devido ao grande aporte

te de material orgânico (restos vegetais), estes ao serem decompostos liberam ácidos húmicos e fúlvicos, que conferem essa cor a água, no entanto isso não afeta a qualidade ambiental da represa, seria um inconveniente apenas se esta servisse para a captação de água para abastecimento humano.

A represa B está localizada à jusante do viveiro de mudas, também apresenta uma boa cobertura vegetal nas margens, porém nela já se verifica uma presença maior da atividade humana, como restos de material de pesca e lixo. Há presença marcante de ninféias e também exemplares da fauna como o frango d'água comum e o gavião caramujeiro foram encontrados nessa represa.

Na represa C se observa que boa parte da área está ocupada com macrofitas aquáticas, apresentando um processo mais intenso de eutrofização. Nesta represa há atividade de pesca mais intensa, comparando-se com a represa anterior. Na margem direita a mata ciliar se encontra em bom estado de conservação e após a mata uma trilha passa paralela à margem. Na margem esquerda, passa a estrada de acesso ao viveiro de mudas, e a mata ciliar não apresenta vegetação significativa.

A represa D é a que apresenta maior presença de atividade humana, a pesca é freqüente e também foram observadas pessoas se banhando próximo às margens. Há uma quantidade considerável de lixo deixado por pescadores. A maior parte da infra-estrutura do parque, como a sede administrativa e o playground, se encontram às margens dessa represa. A estrada passa perto da margem e algumas áreas próximas a estrada apresentam solo exposto e início de processo erosivo, que acaba carreando material particulado para dentro da represa, podendo causar assoreamento. Das quatro represas, é a que apresenta melhores condições para a balneabilidade, como a utilização de pedalinhas por exemplo. Nessa represa era feita a captação de água pela antiga estação de tratamento de água, que abastecia o município de Ponte Nova.

Para a avaliação da qualidade da água no parque foram coletadas duas amostras (coleta 01 e coleta 02). A escolha dessas regiões foi motivada para se ter uma percepção das alterações ocorridas na qualidade da água ao longo do seu percurso, desde as nascentes mais à montante até represa na entrada do parque, próximo ao exutório da bacia de contribuição.

O local da coleta 01 é um córrego logo após a saída de água de um brejo que drena as águas das nascentes 1, 2 e 3. Sendo considerado o início do percurso da água no parque. A coleta 02 foi realizada na represa D, que está localizada próxima a entrada do PNMTN, onde era feita a captação pela antiga estação de tratamento de água. O procedimento de coleta para cada região foi distinto em função das características ambientais presentes.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves



Figura 11 - A) Nascente 2. B) Nascente 4. C) Represa próxima ao viveiro. D) Nascente 07. E) Fonte desativada próxima a entrada do parque. F) Represa B. G) Represa D. H) Bois às margens da represa D. (Fonte: SERTO,2010).

Na coleta 01 foi obtida uma amostra simples para análises físico-químicas e uma amostra simples para análises microbiológicas. Para as análises físico-químicas foram coletados dois litros de água em recipiente de plástico escuro após ser feita a ambiência, que consiste na pré-lavagem do recipiente três vezes com a própria água do córrego. O recipiente foi mergulhado o máximo possível (aproximadamente 10 cm), com a boca virada para o sentido contra a corrente. Este foi totalmente preenchido, sem presença de ar, para evitar a interferência na medição de oxigênio dissolvido.

A coleta da amostra para análise microbiológica foi realizada com um recipiente plástico esterilizado, depois de feita a ambiência, e a água foi acondicionada num saco plástico esterilizado com capacidade de 100 ml próprio para análises microbiológicas. As amostras foram armazenadas em recipientes de isopor separados.

Para a análise dos parâmetros físico-químicos da qualidade da água na represa D foi coletada uma amostra composta, essa coleta foi constituída de quatro pontos. Para escolha dos pontos foram priorizados locais onde a água não se encontrasse estagnada. Foram coletados 500 ml em cada ponto utilizando uma garrafa de plástico com esse mesmo volume. Esta foi mergulhada com a boca para baixo até uma profundidade de 30 cm e em seguida foi virada paralelamente a superfície e movimentada para frente, para opreenchimento com água. Em seguida a água coletada nessas garrafas foi transferida para o recipiente plástico escuro com dois litros de capacidade, que também foi preenchido totalmente. Todas as coletas foram realizadas a uma distância de cerca de um metro da margem.

Para a análise microbiológica na represa D, foi coletada uma amostra simples de 100 ml, pois como citado na NBR 9898, amostras compostas para análises microbiológicas não são representativas. As amostras foram coletadas a 30 cm de profundidade e a cerca de um metro da margem. Os recipientes utilizados para a coleta nessa região foram idênticos aos utilizados na coleta 01, assim como o acondicionamento.

O tempo decorrido da coleta das amostras e entrega ao laboratório responsável pelas análises foi de cerca de uma hora. As análises físico-químicas e microbiológicas das amostras de água coletadas foram realizadas de acordo com as metodologias descritas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, 21ª edição 2005 e metodologias Hach Company.

Os parâmetros escolhidos para a caracterização da qualidade da água no parque foram os seguintes: Demanda bioquímica de oxigênio; Oxigênio dissolvido; pH; Sólidos totais; Fósforo total; Nitrogênio total e Coliformes totais. A escolha destes parâmetros se deu em função de sua elevada capacidade em fornecer indícios de contaminação fecal decorrente da falta de esgotamento sanitário adequado e da contaminação proveniente de atividades agropecu-

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

árias. Através da avaliação dos resultados obtidos no laboratório é possível identificar a contaminação por matéria orgânica, nutrientes e material fecal, bem como as condições ambientais dos corpos d'água analisados.

A amostragem para as análises qualitativas da água foi realizada em uma única etapa, sendo as amostras coletadas no início do período chuvoso (13/11/2010). Portanto uma ressalva quanto à variação sazonal deve ser feita. Pois para uma caracterização qualitativa mais próxima da realidade dos corpos d'água seriam necessárias amostragens efetuadas ao longo do ano, onde seriam verificadas as alterações da qualidade da água em diferentes fases do ciclo hidrológico anual. O presente trabalho apresenta um retrato momentâneo da qualidade da água nos pontos amostrados, podendo os resultados obtidos apresentar um quadro de qualidade hídrica diferentes dos períodos de estiagem (de abril a agosto) e dos períodos de chuva mais intensas (de dezembro a março), assim como de outros horários ao longo do mesmo dia.

Segundo a resolução CONAMA 357/05 as águas destinadas a preservação do ambiente aquático em unidades de conservação de proteção integral devem ser enquadradas na classe especial. É vetado, portanto, qualquer tipo de lançamento de efluentes ou disposição de resíduos domésticos, agropecuário, de aquicultura, industriais e de quaisquer outras fontes de poluentes, mesmo que tratados. Nessas águas devem ser mantidas as condições naturais do corpo d'água.

A seguir, na TABELA 11, são apresentados os resultados obtidos nas análises de qualidade da água nas duas regiões amostradas.

Tabela 11 - Resultados de análise da qualidade da água no Parque Natural Municipal Tancredo Neves (SERTO, 2010).

PARÂMETROS ANALISADOS	COLETA 01	COLETA 02
Oxigênio Dissolvido (mg/L)	2,8	7,6
Demanda Bioquímica de Oxigênio (mg/L)	ND	ND
pH	5,9	6,9
Sólidos Totais (mg/L)	75,5	41,0
Nitrogênio Total (mg/L)	1,0	2,2
Fósforo Total (mg/L)	ND	ND
Escherichia coli (NMP/100 ml)	1,1 x 10 ²	3,5 x 10
Coliformes totais (NMP/100 ml)	2,4 x 10 ³	2,0 x 10 ³

O oxigênio dissolvido é importante na dinâmica dos ecossistemas aquáticos, sendo essencial a diversas espécies de organismos, desde bactérias até os peixes. É o principal parâmetro para caracterização da poluição por lançamentos orgânicos. O valor de oxigênio dissolvido para a coleta 01 foi muito baixo, uma vez que para águas de classe 1 o valor não pode ser inferior a 6,0

mg/L. Dois fatores podem explicar esse valor, primeiramente o fato da região constituir-se da saída da água de três nascentes, ou seja, é um afloramento de lençol freático, e por isso possuiria baixa concentração natural de oxigênio dissolvido. A outra explicação é a presença abundante de taboa a montante do ponto de coleta, o que gera uma grande quantidade de restos vegetais, que ao sofrerem a decomposição pela microbiota aquática consomem o oxigênio dissolvido na água. Na coleta 02, o valor encontrado para o oxigênio dissolvido foi representativo de uma água de boa qualidade, ainda mais considerando o horário (por volta das nove horas da manhã) e as condições climáticas (nublado), pois a concentração deste gás na água é maior nas horas mais quentes do dia, quando há maior insolação e conseqüente maior atividade fotossintética da comunidade fitoplanctônica.

A demanda bioquímica de oxigênio (DBO) é a quantidade de oxigênio necessária à oxidação da matéria orgânica por ação de bactérias aeróbias. Representa, portanto, a quantidade de oxigênio que seria necessário fornecer às bactérias aeróbias, para consumirem a matéria orgânica presente em um líquido. Sendo assim, esse parâmetro é indicativo da presença de matéria orgânica na água, valores elevados de DBO representam poluição por compostos biodegradáveis, como esgotos domésticos por exemplo. O limite de detecção de DBO pela metodologia utilizada é de 5 mg/L. Portanto a água coletada nas duas regiões apresentam valores inferiores a esse, o que atenderia no mínimo ao padrão para águas de classe 2.

O pH nos permite verificar a ocorrência de situações como poluição por matéria orgânica e eutrofização no corpo d'água, devido a dinâmica da decomposição do material orgânico e também da fotossíntese em ambientes aquáticos. O valor do pH na coleta 01 apresentou-se levemente ácido, tendo a resolução CONAMA 357/05 estabelecido valores de pH variando de 6,0 a 9,0. Como a região é próxima as nascentes, a qualidade da água está intimamente relacionada ao tipo de solo do local, que pode apresentar um caráter ácido, sendo a acidez detectada na amostra, própria das condições naturais da água. Outra razão para esse valor é a decomposição dos restos vegetais das taboas, que geram substâncias como os ácidos húmicos e fúlvicos. E ainda têm-se a pouca atividade fotossintética no local, já que a comunidade fitoplanctônica ainda não se estabeleceu totalmente, esta atividade consome o dióxido de carbono presente na água, elevando assim o pH, pois não há a formação do ácido carbônico. Na coleta 02 o valor de pH ficou dentro da faixa estabelecida na legislação. Como esta região é um ambiente lântico, há um incremento na atividade fotossintética, e como explicado anteriormente esta atividade tem papel fundamental no aumento do valor de pH na água.

O parâmetro sólidos totais é um importante indicativo das condições ambientais dos corpos d'água, uma vez que pode causar problemas como assoreamento e danos à vida aquática em geral, pois podem danificar os leitos

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

de desova de peixes e ainda reter bactérias e resíduos orgânicos no fundo, gerando decomposição anaeróbia, que acaba por liberar gases como o metano e o gás sulfídrico. Além desses impactos negativos, a presença elevada de sólidos totais na água interfere na atividade fotossintética, diminuindo a incidência da luz a maiores profundidades. Os valores encontrados para sólidos totais nas duas regiões foram bem baixos, o fato da coleta 01 apresentar valor mais elevado é devido a sua condição de ambiente lótico, e ainda de pouca profundidade, havendo ressuspensão de sedimentos.

O nitrogênio está presente na água em diversas formas (amônia, nitrato, nitrito e nitrogênio orgânico), sendo um importante macronutriente para o ecossistema aquático. A presença de elevados teores de nitrogênio na água pode levar a ocorrência da eutrofização, que consiste no aumento exagerado da produtividade primária no corpo d'água, levando a um aumento na atividade dos organismos decompositores (responsáveis pela degradação da matéria morta), consumindo assim o oxigênio dissolvido, podendo também liberar toxinas na água. As principais fontes antrópicas de nitrogênio na água são os efluentes domésticos, os fertilizantes e efluentes industriais. Os valores encontrados para nitrogênio total nas duas coletas foi muito baixo, evidenciando a proteção do ambiente quanto a lançamentos de efluentes domésticos e fertilizantes que possam estar sendo usados nas propriedades agrícolas do entorno do parque.

O fósforo também é um macronutriente para os ecossistemas aquáticos, portanto também está envolvido nos processos de eutrofização, sendo em geral o nutriente limitante da produtividade primária. As principais fontes antrópicas de fósforo são o esgoto sanitário, detergentes, fertilizantes, pesticidas e efluentes industriais. Não foi detectada a presença de fósforo nas amostras, sendo o limite de detecção para o fósforo total pela metodologia adotada foi de 1,0 mg/L. Na coleta 01, colabora também para valores baixos de fósforo, o fato de à montante do ponto de coleta haver a presença marcante de taboas, e essas acabam por assimilar o fósforo que por ventura esteja presente na água. Na coleta 02 não foi observado a ocorrência de um processo de eutrofização, podendo inferir com isso que a concentração de fósforo na água não se encontra em nível preocupante.

A *Escherichia coli* é exclusiva do trato intestinal de humanos e de animais homeotérmicos, é encontrada em águas naturais e solos que tenham recebido contaminação fecal recente. Portanto a simples detecção de *E. coli* deve ser interpretada como indicação de contaminação fecal. Mesmo em ambientes bem protegidos não se pode desconsiderar a importância da detecção de *E. coli*, pois na melhor das hipóteses, indicaria contaminação originária de animais silvestres, que podem ser vetores de agentes patogênicos ao ser humano. A região da coleta 01 é aparentemente mais bem protegida, mas apresentou um valor mais elevado para *E. coli*, provavelmente esse valor é

decorrente da presença de fezes de bovinos encontradas perto do ponto de coleta. Na coleta 02, a presença de *E. coli* pode ser atribuída a intensa presença humana nas margens da represa (pescadores), que possam por ventura vir a defecar em regiões próximas às margens. Também foi verificada a ocorrência de trânsito de animais domésticos, como bovinos e cães, nas margens das represas. Apesar dessas fontes de contaminação, para efeito de comparação, a qualidade da água em relação à *E. coli* está na faixa considerada excelente pela Resolução CONAMA 274/00, onde é preconizado que em 80% ou mais de um conjunto de amostras obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, colhidas no mesmo local, houver, no máximo, 200 NMP de *Escherichia coli* em 100 ml.

O grupo pertencente aos coliformes totais inclui bactérias de vida livre, e que consequentemente podem ser encontradas em águas sem qualquer contaminação fecal. Portanto esse parâmetro nos fornece apenas indícios sobre esse tipo de contaminação, quanto mais protegido o curso d'água, mais os coliformes totais mantêm o atributo de indicadores de contaminação, pois nesses ambientes se espera uma concentração pequena dessas bactérias. As concentrações encontradas para coliformes totais nas duas coletas não são características de ambientes contaminados, sendo próprias de corpos d'água com boa qualidade.

A qualidade da água nos pontos amostrados apresentou boa qualidade, nenhum parâmetro analisado apresentou resultados que indiquem uma poluição significativa, alguns parâmetros atendem aos requisitos de águas de classes 1 e 2, previstos na resolução CONAMA 357/05. Quanto à qualidade microbiológica, os valores encontrados estão em consonância com valores de excelente qualidade para a balneabilidade descritos na resolução CONAMA 274/00, evidenciando que se trata de uma análise comparativa, não sendo obedecidos todos os requisitos para tal classificação da qualidade da água, considerando as duas resoluções.

Como explicado anteriormente, os resultados são produtos de uma única análise da qualidade momentânea dos recursos hídricos da região, não fornecendo subsídios suficientes para a caracterização da qualidade da água quanto à sua balneabilidade e o enquadramento do corpo d'água. Estudos mais detalhados e abrangentes (espacialmente e temporalmente) devem ser feitos para uma caracterização mais representativa da realidade dos recursos hídricos do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

4.2.2. Meio Social

Conhecer os visitantes potenciais de uma Unidade de Conservação é fundamental para o planejamento das atividades desta área. Considerando a população de Ponte Nova como principal público do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, buscou-se conhecer o perfil dos residentes descrevendo-os

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

quanto a faixa etária, escolaridade, renda e também a participação de cada um dos setores da economia na geração das receitas que sustentam o município.

Outra preocupação indissociável para se traçar o plano de gestão de uma Unidade de Conservação é estabelecer contato com os moradores do entorno para considerar as expectativas e necessidades que possam ser supridas pela existência e manutenção da área protegida.

Metodologia

As informações apresentadas sobre o perfil dos habitantes de Ponte Nova foram obtidas em consulta ao Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010. Os indicadores econômicos foram extraídos do relatório de monitoramento publicados no Portal Cidades (IBGE, 2015) do mesmo instituto, porém o ano base é 2012.

Na classificação da escolaridade e renda nominal mensal o IBGE considera apenas as pessoas com idade superior a 10 anos.

A percepção dos moradores do entorno do Parque Natural Municipal Tancredo Neves foi obtida através formulário semi-estruturado em consulta realizada diretamente à população tendo como referência os questionamentos apresentados no Anexo. Não foram apresentadas opções de respostas aos entrevistados que foram orientados a formular as respostas espontaneamente. Foram entrevistados moradores nos bairros São Pedro, Fátima, Novo Horizonte (vizinhos ao Parque), Palmeiras (maior bairro próximo ao Parque) e Centro da cidade.

Perfil dos Residentes em Ponte Nova-MG

Em 2010 a população registrada pelo IBGE em Ponte Nova era de 57.390 habitantes, sendo que o número de pessoas que residiam na zona rural era de 6.205 pessoas e no perímetro urbano era de 51.185 pessoas. Foram contabilizadas aproximadamente 16.594 famílias e a densidade populacional é de 121,94hab/km².

A taxa de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais no Município de Ponte Nova é de 7,0% abaixo da média nacional que é de 9,6%. Foram identificados que 26.987 pessoas com 10 anos ou mais foram enquadrados na condição de “sem instrução e fundamental incompleto. Os dados do IBGE apontam que 15.499 pessoas utilizam da rede pública de ensino, escolas ou creches. Já na Graduação de nível superior 1.290 pessoas frequentavam algum curso superior de graduação e dessas 837 estavam matriculadas em instituições particulares e 453 instituições públicas. O total de pessoas identificadas no ano de 2010 com nível superior foi de 4.041, entre as pessoas de nível superior apenas 15 fazem mestrado, e todos em instituição pública, e não foi identificado pelo IBGE nenhum doutorando.

Quanto ao saneamento básico foi apontado que 5,6% dos domicílios tem saneamento inadequado, em comparação com os dados nacionais que apontaram que 38,2% dos domicílios do Brasil tem saneamento inadequado.

Ocorre que o Município de Ponte Nova vem implementando medidas tecnológicas que visam melhorar a eficiência do Departamento Municipal de Água e Saneamento – DMAES – uma autarquia municipal, e se faz presente em todas as áreas urbanas do Município e nos distritos. O total da população, segundo o IBGE, residem em domicílios com saneamento inadequado é de 3.722 pessoas.

O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes na zona rural era de R\$ 402,86 (quatrocentos e dois reais e oitenta e seis centavos) enquanto na população urbana rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes era de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

Participação dos setores econômicos na formação do PIB – Produto Interno Bruto, de Ponte Nova.

No ano de 2012 o Produto Interno Bruto da cidade de Ponte Nova foi de R\$1.007.394 mil [IBGE/2012]. Os principais setores formadores do PIB foram a Agropecuária com 3,04%, Impostos sobre produtos líquidos de subsídios com 11,74% a Indústria com R16,96% e Serviços com 68,26%. O PIB per capita é de R\$ 17.457,35 (dezessete mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

Tabela 12 - Classificação da população de Ponte Nova – MG, no ano de 2010, por gênero, faixa etária e pela residência, rural ou urbana. Adaptado (IBGE,2010).

GRUPO ETÁRIO	MULHER	HOMEM
>1 ano	313	330
1 a 4 anos	1.409	1.421
5 a 9 anos	1.973	1.966
10 a 14 anos	2.308	2.215
15 a 19 anos	2.398	2.384
20 a 24 anos	2.376	2.376
25 a 29 anos	2.426	2.473
30 a 34 anos	2.307	2.383
35 a 39 anos	1.888	2.128
40 a 44 anos	2.011	2.207
45 a 49 anos	1.917	2.190
50 a 54 anos	1.689	1.875
55 a 59 anos	1.393	1.600
60 a 64 anos	995	1.233
65 a 69 anos	737	903
70 a 74 anos	517	740
75 a 79 anos	392	633
80 a 84 anos	273	448
85 a 89 anos	128	247
90 a 94 anos	37	108
95 a 99 anos	7	34
100 anos ou mais	1	1
ÁREA RURAL	3.456	2.749
ÁREA URBANA	24.039	27.146
Total	27.495	29.895

Tabela 13 - Dados econômicos de produção agropecuária, da indústria e do setor de serviços do município de Ponte Nova, MG.

Variável	Ponte Nova	Minas Gerais	Brasil
Agropecuária	30.570	15.568.048	105.163.000
Indústria	170.872	54.306.183	539.315.998
Serviços	687.686	97.398.820	1.197.774.001

Fonte: IBGE (2012)

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Destaca-se o setor de serviços pela localização central na microrregião do Vale do Piranga, onde os dois hospitais filantrópicos, detêm boas estruturas e são referência no Estado e atendem a uma população regional em torno de 200.000 pessoas. A cidade está a cerca de 185km da capital mineira e é cortada pelas: BR 120, MG 262, MGT 120, rodovias com um considerável volume de tráfego por serem alimentadoras de Rodovias Federais como a BR 040 e BR 262, principais escoadoras da produção da região e do estado.

Percepção da Unidade de Conservação pela população residente no entorno

A maioria da população entrevistada já ouviu falar da existência do Parque Natural Municipal Tancredo Neves (86% já ouviram falar do Parque Natural Municipal Tancredo Neves – FIGURA 12), percentual parecido (84%) dos moradores afirmam já terem visitado a área do Parque (FIGURA 14).

O maior percentual de moradores que já ouviram falar da existência do Parque Natural Municipal Tancredo Neves estão nos bairros vizinhos Novo Horizonte (100%), Fátima (95%) e São Pedro (91%), depois os bairros Centro (85%) e Palmeiras (64%), conforme FIGURA 13. Da mesma forma, os maiores percentuais de moradores que já visitaram o Parque seguem essa mesma tendência, as maiores taxas de visitas ao Parque estão nos bairros vizinhos Novo Horizonte (90%), Fátima (88%) e São Pedro (82%), depois os bairros Centro (78%) e Palmeiras (51%) (FIGURA 14).

Você já ouviu falar do Parque do Passa Cinco?

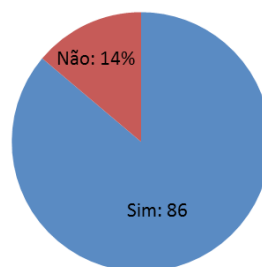


Figura 12 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você já Ouviu falar do Parque do Passa Cinco”?

Você já ouviu falar do Parque do Passa Cinco?

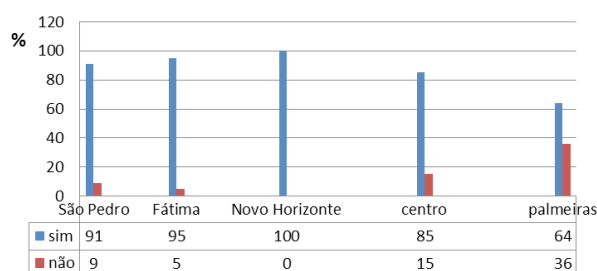


Figura 13 - Resultado por Bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você já Ouviu falar do Parque do Passa Cinco”?

Você Já visitou o Parque do passa Cinco

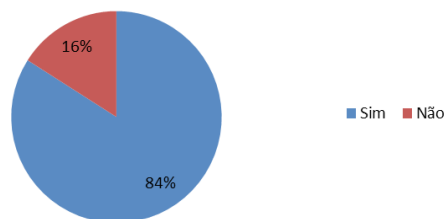


Figura 14 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você já visitou Parque do Passa Cinco”?

Frequencia de visita ao Parque do Passa Cinco

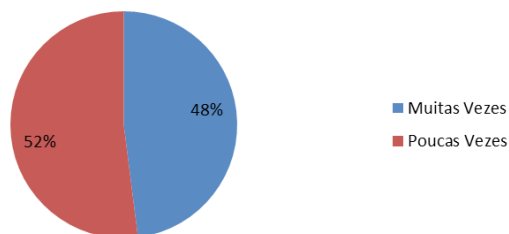


Figura 15 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Com que frequência você visita o Parque do Passa Cinco”?

Você já visitou o Parque do Passa Cinco?

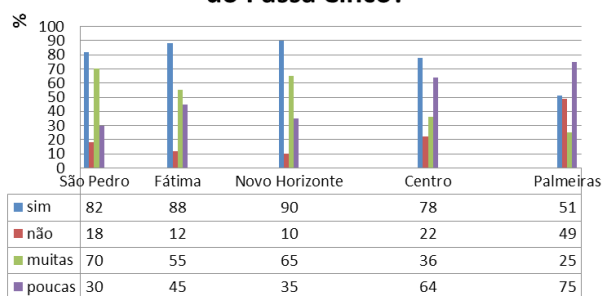


Figura 16 - Resultado por bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você já visitou o Parque do Passa Cinco e com que frequência”?

Você sabe a quem pertence o Parque do Passa Cinco?

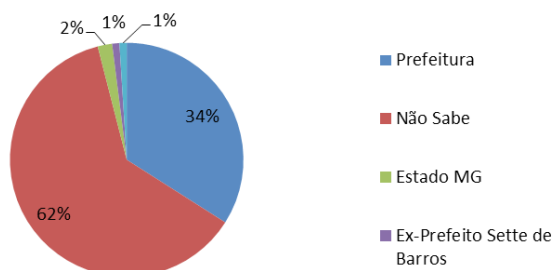


Figura 17 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe a quem pertence o Parque do Passa Cinco”?

Com relação aos que já visitaram o Parque, 52% disseram que já visitaram muitas vezes e 48% disseram que visitaram poucas vezes, sendo que a grande maioria das visitas referem-se ao período em que o Parque estava aberto a visitação pública oferecendo atividades de lazer e esportivas (FIGURA 15). O Bairro São Pedro foi o que apresentou maior percentual de pessoas que visitaram o Parque muitas vezes (70%) e por último o Bairro Palmeiras (25%) (FIGURA 16).

Outro ponto que deve ser destacado e que reflete a falta de informação da população de Ponte Nova sobre o Parque Natural Municipal Tancredo Neves é o desconhecimento a respeito do órgão gestor da área, 62% dos entrevistados disseram não saber quem ou qual órgão pertence a posse ou é responsável pela gestão do Parque. Apenas 34% disseram que a área pertence a Prefeitura de ponte Nova, 2% responderam que a entidade gestora era o Governo Estadual e 1% que era o ex-prefeito Sette de Barros e 1% a família do ex-Presidente Tancredo Neves (FIGURA 17). O Bairro Novo Horizonte foi o que apresentou maior percentual de moradores que sabiam que a posse da área pertence a prefeitura (52%) e e com 27% o Bairro palmeiras apresentou o menor percentual (FIGURA 18).

Foi perguntados aos moradores entrevistados se estes sabiam dos objetivos para os quais foi criado o Parque e 65% dos entrevistados afirmar não saber por que foi criado o Parque (FIGURA 19), tendo sido obtido os maiores percentuais nos bairros Novo Horizonte (52%) e São Pedro (50%) (FIGURA 20)

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Você sabe a quem pertence o Parque do Passa Cinco?

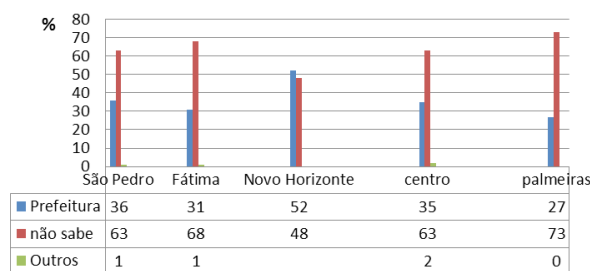


Figura 18 - Resultado por bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe a quem pertence o Parque do Passa Cinco”?

Você Sabe com que objetivo foi criado o Parque do Passa Cinco?

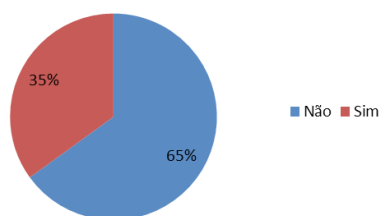


Figura 19 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe com que objetivo foi criado o Parque do Passa Cinco”?

Você Sabe com que objetivo foi criado o Parque do Passa Cinco?

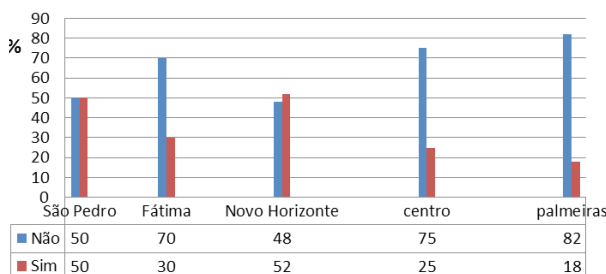


Figura 20 - Resultado por bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe com que objetivo foi criado o Parque do Passa Cinco”?

Ainda, em relação aos objetivos e importância do Parque foi perguntado aos moradores do Parque se sabiam a importância de se proteger o Parque e qual seria a maior importância do Parque o município. Apenas 14% afirmaram desconhecer a importância de se proteger o Parque (FIGURA 21) e dos 86% que disseram conhecer a importância 35% responderam que seria oferecer lazer para a população e 65% atribuíram alguma relação com a conservação ambiental, tais como proteger a biodiversidade a beleza cênica ou os recursos hídricos (FIGURA 23). O maiores índice de resposta afirmativa sobre conhecimento da importância de proteger o Parque foram no Centro e em Fátima, com 90% de respostas.

Ao se perguntar se sabiam apontar qual seria a maior importância de se proteger o Parque, os bairros de Palmeiras (73%) e Centro (68%) destacaram mais a importância da conservação ambiental e os Bairros São Pedro (52%), Fátima (40%) e Novo Horizonte (36%) deram mais importância ao lazer (FIGURA 22), isto se

deve a maior proximidade e a oportunidade de lazer para essas pessoas. Dentre as respostas obtidas observou-se algumas respostas nesse sentido, como por exemplo: “oferecer lazer para as pessoas pobres” ou “lazer para os bairros carentes”.

Buscou-se, ainda, conhecer se os moradores de Ponte Nova sabiam apontar os principais problemas que passa o Parque Natural Municipal Tancredo Neves e 71% dos moradores citaram que seria o abandono e 29% os risco à segurança (FIGURA 25). O problema da segurança foi menos citado nos bairros vizinhos ao parque (Fátima (10%) Novo Horizonte (17%) e São Pedro (23%) e mais citado no Centro (36%) e Pameiras (59%) (FIGURA 26).

Dos moradores que já visitaram o Parque 37% afirmaram ter visto algum animal silvestre no Parque e os mais citados foram capivara (25%), pássaros (14%), macaco (13%) e lagarto (9%). Ainda, se perguntou sobre que animais eles já ouviram que existem no Parque e os animais mais citados foram capivara (35%), pássaros (20%), macaco (15%), cobra (10%), onça (9%).

Você sabe qual a importância de se preservar o Parque do Passa Cinco?

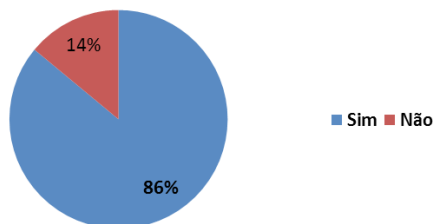


Figura 21 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe qual a importância de se preservar o Parque do Passa Cinco”?

Você sabe qual a importância de se preservar o Parque do Passa Cinco?

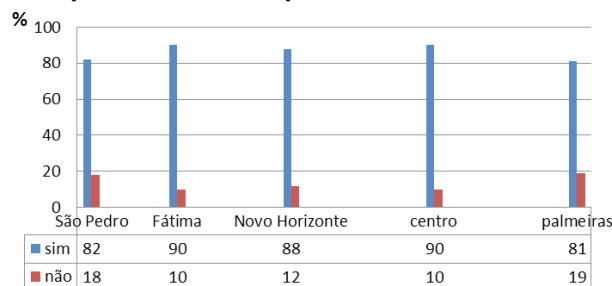


Figura 22 - Resultado por bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe qual a maior importância do Parque do Passa Cinco”?

Qual a maior Importância do Parque do Passa Cinco?

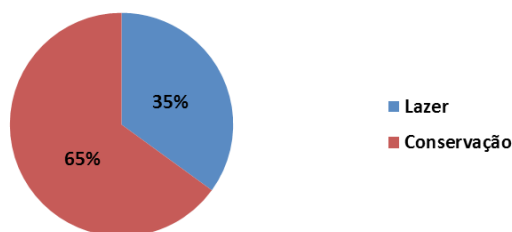


Figura 23 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe qual a maior importância do Parque do Passa Cinco”?

PLANO DE MANEJO:
Parque Natural Municipal Tancredo Neves

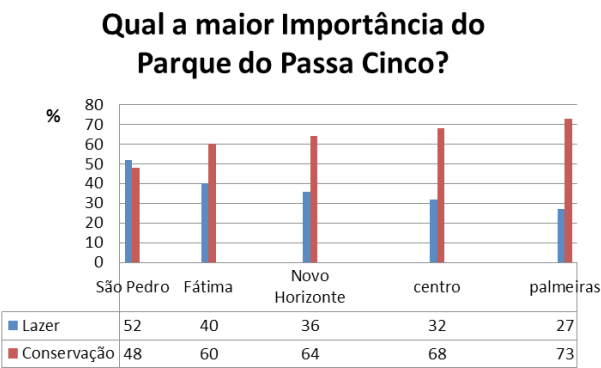


Figura 24 - Resultado por bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe qual a importância de se preservar o Parque do Passa Cinco”?

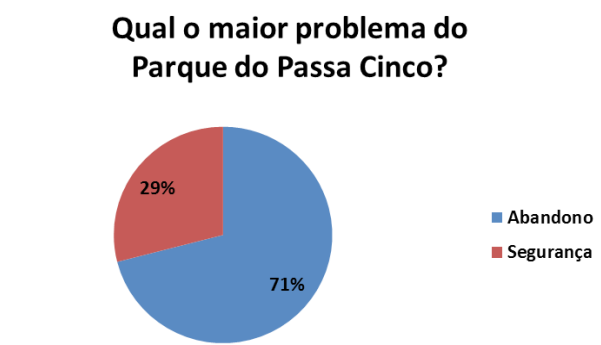


Figura 25 - Resultado geral para a cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe qual o maior problema do Parque do Passa Cinco”?

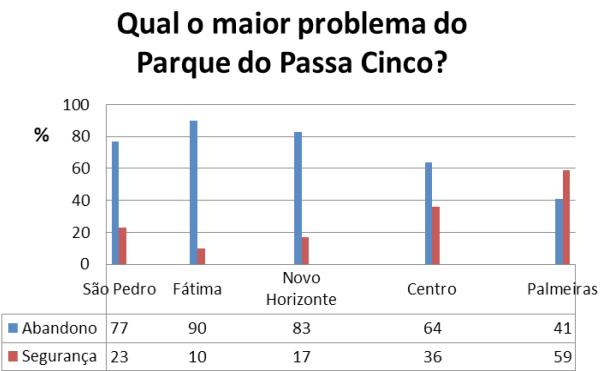


Figura 26 - Resultado por bairros da cidade de Ponte Nova à pergunta: “Você sabe qual o maior problema do Parque do Passa Cinco”?

5. Planejamento

5.1. Oficinas de Planejamento

Durante o processo de elaboração do Plano de Manejo foram realizadas quatro Oficinas de Planejamento com os membros do Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, onde se discutiu os principais problemas e o potencial da Unidade de Conservação, além de se construir coletivamente os objetivos de conservação do Parque.

5.1.1. Matriz F.O.F.A.

Durante as Oficinas de Planejamento foi utilizada a metodologia da Matriz FOFA, visando definir as Forças e fraquezas (Tabela 14) e as Ameaças e Oportunidades (Tabela 15) para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves. O objetivo da SWOT é definir estratégias para manter pontos fortes, reduzir a intensidade de pontos fracos, aproveitando oportunidades e protegendo-se de ameaças. Diante da predominância de pontos fortes ou fracos e de oportunidades e ameaças, pode-se adotar estratégias que busquem a sobrevivência, manutenção, crescimento ou desenvolvimento da organização (AZEVEDO & COSTA, 2001).

Tabela 14 - Forças e fraquezas, definidas a partir da aplicação da metodologia Matriz FOFA, junto ao Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Forças	Fraquezas
• Importância biológica do Parque • Atributos naturais do Parque • Regularização fundiária • Enquadramento - ICMS Ecológico • Produção hídrica • Potencial para lazer • Conselho de Gestão constituído • Presença do IFMG em Ponte Nova	• Falta de controle na circulação de veículos e pessoas dentro da UC • Conselho não consolidado • Falta de quadro próprio de pessoal • Quadro de pessoal insuficiente • Falta de manutenção das cercas • Falta de treinamento para combate à incêndios • Falta de equipamentos para combate à incêndios

Tabela 15 - Ameaças e Oportunidades, definidas a partir da aplicação da metodologia Matriz FOFA, junto ao Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Ameaças	Oportunidades
• Proximidade da penitenciária • Instabilidade política quando na mudança de gestão • Viveiro como ponto de irradiação de espécies exóticas • Entrada de gado na área do parque • Captura de pássaros	• Parceria com a penitenciária • Presença de empresas de médio e grande porte na cidade • Elaboração do Código Ambiental Municipal • Interesse da comunidade em prestar serviços dentro da UC • Possibilidade de expansão da área do parque • Viveiro como fonte de recursos financeiros para a UC • Viveiro como produtor de mudas para a RAD da UC

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

5.1.2. Visão e Missão do Parque

Através das oficinas realizadas com o Conselho Consultivo de Gestão, chegou-se aos conceitos de Visão e Missão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves (TABELA 16)

Tabela 16 - Visão e Missão, definidas a partir da aplicação da metodologia Matriz FOFA, junto ao Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves

VISÃO ONDE QUEREMOS CHEGAR? O QUE QUEREMOS SER?	MISSÃO QUAL NOSSO COMPROMISSO HOJE?
Ser referência em preservação, realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico	Garantir a preservação dos recursos naturais do parque e propiciar lazer, recreação e educação ambiental de forma harmoniosa.

5.1.3. Problemas Identificados

Durante as oficinas com o Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves foram identificados os problemas centrais que afetam a gestão da unidade, quais sejam: Falta de Recursos, Problemas de Segurança no Parque, Falta de valorização pela comunidade, Falta de Conhecimento sobre a importância do Parque, Qualidade visual do entorno e acesso ao parque, Imagem ruim do Parque, Falta de interesse político. Sendo que o problema “Falta de Interesse Político” foi apontado como o problema central que interfere no processo de Gestão do parque.

5.2. Objetivos Específicos de Manejo

Considerando os objetivos precípuos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) para a conservação da Biodiversidade e os resultados obtidos durante os diagnósticos que subsidiaram o presente Plano de Manejo, cabe a administração do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, buscar atingir os seguintes objetivos específicos:

5.2.1. Objetivos prescritos pelo SNUC para a Categoria Parque, ajustados para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves:

- Proteger, em estado natural as áreas de mata presentes no Parque.
- Proteger as comunidades faunísticas associadas
- Proteger áreas significativas das fitofisionomias de Mata Atlântica, preservando sua diversidade florística.
- Proteger, de forma especial, espécies de animais e plantas classificadas em algum nível de ameaça de extinção.
- Proteger a paisagem natural do parque.

- Promover a educação ambiental, com ênfase na proteção da biodiversidade da Floresta estacional semidecidual, tipologia da Mata Atlântica;
- Promover a conectividade entre os fragmentos de vegetação nativa do entorno do Parque, através da adoção de corredores ecológicos, beneficiando o fluxo gênico entre esses fragmentos.

5.2.2. Objetivos definidos nas oficinas de Planejamento do Conselho Consultivo de Gestão do Parque Natural Municipal Tancredo Neves:

Tabela 17 - Objetivos de curto prazo, definidos pelo Conselho Consultivo de Gestão para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Objetivos de curto prazo
1. Elaboração de Código Ambiental de proteção/preservação do parque 2. Inserir a comunidade em ação teóricas /práticas com relação ao parque 3. Institucionalizar quadro próprio de pessoal, preparado para trabalhar no parque 4. Criação de brigada de incêndio, plano de combate e aquisição de equipamentos de combate a incêndio 5. Criar a Identidade Visual do Parque(Logomarca, Mascote, Design Gráfico) 6. Promover a segurança para garantir investimento 7. Catalogação das espécies existentes do parque 8. Levantamento de áreas passíveis de serem incorporadas ao parque. 9. Divulgar os benefícios que a conservação do Parque pode proporcionar a população Pontenovense 10. Reformar as Cercas do Parque 11. Promoção de eventos esportivos 12. Consolidar o conselho 13. Instalação de câmeras de segurança 14. Criar um viveiro de mudas com fins medicinais 15. Elaborar o Plano de Manejo da Unidade de Conservação 16. Investir na sinalização no perímetro urbano para indicar os acessos do Parque 17. Sinalizar e nomear todas as trilhas do Parque 18. Levantamento das áreas degradadas do Parque 19. Recuperar as portarias de entradas 20. Elaborar Plano de controle de visitantes

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Tabela 18 - Objetivos de médio prazo, definidos pelo Conselho Consultivo de Gestão para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Objetivos de médio prazo

1. Firmar parcerias de investimentos com empresas de pequeno, médio e grande porte da cidade e região
2. Desenvolver atividade através de parcerias com escolas a fim de se trabalhar a Conservação do Parque
3. Fortalecimento do Conselho
4. Estabelecer calendário anual de atividades sócio-culturais
5. Estudar formas de geração de renda para o parque
6. Criação de atrativos para atrair público, corrida de aventura, ciclismo, remo e etc.
7. Exploração econômica do viveiro de mudas
8. Parcerias com entidades (Creas, Penitenciária,...) que possam conceder voluntários para trabalho no Parque
9. Conscientizar todos, principalmente moradores ao redor do Parque de sua importância, para nossa cidade
10. Ampliar o quadro de funcionários e Investir na qualificação dos funcionários do Parque
11. Investir em iluminação na estrada principal e entrada do Parque
12. Consolidar parcerias com instituições de ensino da região para promover trabalhos científicos na área do Parque
13. Executar o Plano de Manejo da Unidade de Conservação
14. Recuperar a área de lazer e Regularizar a Pesca
19. Desenvolver estudos para criação de corredores ecológicos ligando outros fragmentos ao Parque
20. Atualizar a metodologia de produção de mudas do Viveiro
21. Consolidar Parceria com o Complexo Penitenciário para regulamentar trabalhos de reeducando na área

Tabela 19 - Objetivos de longo prazo, definidos pelo Conselho Consultivo de Gestão para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

Objetivos de longo prazo

1. Expansão do Parque.
2. Presença de unidade do Instituto Federal de Minas Gerais nos limites do Parque
- Presença de unidade do Instituto Estadual de Florestas nos limites do Parque
3. Inserir a comunidade local no contexto da preservação, criando perspectivas rentáveis e lazer ambiental
4. Parque economicamente sustentável
5. Fazer estudo detalhado sobre impactos ambientais ocasionados pela circulação de veículos e pessoas
6. Regularizar o Parque (Conselho, Regimentos) para que mudanças de governo não inviabilizem a gestão.
7. Recuperação de áreas degradadas / Combate a espécies invasoras
8. Criação de ações para preservação da Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação
9. Contratar Segurança Terceirizada
10. Incluir o Parque nos roteiros turísticos estaduais de Unidade de Conservação

5.3. Zoneamento

O estabelecimento de setores ou zonas, cada qual com objetivos de manejo e normas específicas, é uma importante etapa do planejamento e gestão de unidades de conservação, como é o caso do Parque Natural Municipal Tancredo Neves. A definição destas zonas visa proporcionar os meios e as condições necessárias para que os objetivos de criação da unidade sejam cumpridos. Em seus 255 hectares, o Parque Natural Municipal Tancredo Neves apresenta características diferenciadas, nos meios biótico e abiótico, que permitem a proposição de zonas específicas de manejo, conforme detalhado a seguir e definidas de acordo com o Decreto nº 84.017, publicado em 1979 (BRASIL, 1979) e de acordo com a Figura 27.

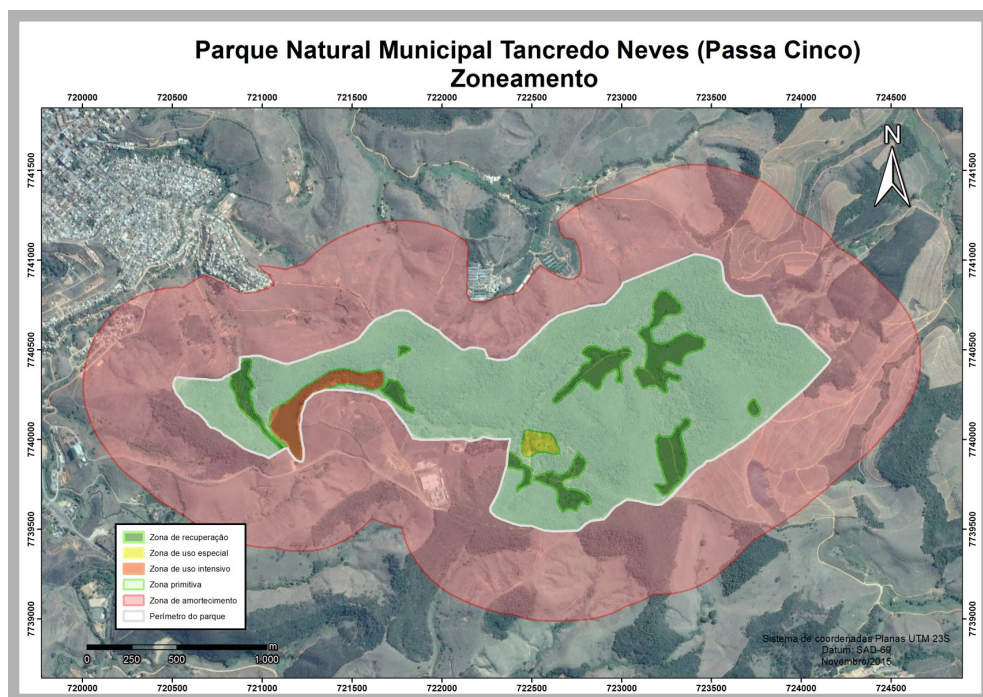


Figura 27 - Zoneamento do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, Ponte Nova-MG.

5.3.1. Zona Primitiva

É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Justificativa da escolha

A criação de um Parque, em qualquer das esferas administrativas (federal, estadual ou municipal) deve ter a preservação dos ecossistemas naturais como premissa. A Zona primitiva do Parque Natural Municipal Tancredo Neves apresenta uma área de 213,16 hectares, com cobertura florestal em condições satisfatórias de conservação, onde as intervenções humanas são mínimas ou inexistentes. Estas áreas possuem grande potencial para proteção da biodiversidade local, incluindo espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção.

Normas de Uso

- As atividades permitidas serão a preservação dos atributos naturais, a pesquisa, a educação ambiental, em trilha interpretativa monitorada e a fiscalização.
- As atividades na Zona Primitiva não poderão colocar em risco a integridade dos recursos naturais.
- Não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura de administração ou uso público, apenas intervenções para garantir a preservação, tais como trilhas de fiscalização e de educação ambiental, pesquisa e aceiros.
- Na realização de pesquisas na Zona Primitiva, alterações no ambiente, como aberturas de trilhas e demarcação de parcelas experimentais, deverão ter autorização específica da gerência do parque. Não será permitida a marcação invasiva de árvores, que provoque ferimentos ao tronco.

5.3.2. Zona de Recuperação

É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área.

Justificativa da escolha

O Parque Natural Municipal Tancredo Neves apresenta um histórico de distúrbios antrópicos observados desde a sua criação, causados pela ocorrência de incêndios florestais, por invasão de gado e de espécies vegetais exóticas, em especial as gramíneas de pastagem. Observa-se, ainda o assoreamento em lagoas na área do parque. As áreas que apresentam algum tipo de degradação aparente totalizam 291,12 hectares, sendo destinadas à ações de manejo que visem à recuperação dos recursos naturais a médio e longo prazo.

Normas de Uso

- As atividades de recuperação de áreas degradadas e a retirada de espécies exóticas devem ser consideradas como prioritárias, pois a recuperação da diversidade do Parque é objetivo primordial de sua criação.
- Deve-se priorizar a recuperação através da regeneração natural, com enriquecimento de espécies, para aceleração do processo sucessional.
- Não é permitido o plantio de espécies exóticas e a utilização de agrotóxicos. Para a recuperação ambiental, somente poderão ser utilizadas espécies nativas, priorizando-se aquelas que ofereçam maior diversidade de abrigo e alimento à fauna silvestre.
- Deverão ser estabelecidas normas para drenagem e contenção de encostas nas trilhas e acessos internos, realizando constante manutenção.
- Promover campanha educativa para evitar a entrada de plantas e soltura de animais exóticos dentro da área do Parque.
- As pesquisas sobre os processos de regeneração natural nas fitofisionomias típicas do Parque deverão ser incentivadas.
- Não serão instaladas infraestruturas nesta Zona, com exceção daquelas necessárias aos trabalhos de recuperação induzida e desde que sejam provisórias.

5.3.3. Zona de Uso Intensivo

É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.

Justificativa da escolha

O desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, são objetivos precípuos destas unidades de conservação, sejam elas Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais. Para tanto, é necessário destinar uma zona da unidade para receber a estrutura básica de apoio ao visitante. Neste sentido, áreas que já sofreram alterações em sua paisagem devem ser priorizadas na escolha da Zona de Uso Intensivo, evitando, dessa maneira, novas intervenções antrópicas no meio natural.

No Parque Natural Municipal Tancredo Neves, já encontra-se instalada uma infraestrutura composta de vários equipamentos, que encontram-se em estado precário de conservação, composta de Portaria, Sede Administrativa, Depósitos, Lanchonete, Restaurante, Banheiros e Vestiários, Laboratório, Estrutura de Coleta e Tratamento de Esgoto, Equipamentos de Recreação e

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Lazer. Essa infraestrutura atende a demanda prevista para o uso intensivo do Parque, que é altamente demandada pela sociedade pontenovense e deve ser imediatamente recuperada, disponibilizada e protegida, evitando novas depredações.

No total, esta zona compreende 8,52 hectares do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

Normas de Uso

- Poderá ocorrer a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.
- Poderão ser feitas obras de recuperação e manutenção infraestrutura, de acordo com as normas estabelecidas neste Plano de Manejo.
- As edificações, obras e a instalação de equipamentos de uso público não podem causar grande impacto ao meio ambiente e não podem contaminar os solos e os recursos hídricos.
- As edificações deverão respeitar a fragilidade dos terrenos e devem apresentar harmonia com a paisagem e utilizar tecnologias de economicidade de energia e água.
- Os esgotos deverão ser tratados, preferencialmente com tecnologias alternativas de baixo impacto, e o lixo deve ser separado, retirado e levado para local apropriado.
- A utilização desta zona deverá atender a estudo de capacidade de carga de uso público. A gerência do parque deverá imediatamente contratar um estudo de capacidade de carga turística, evitando assim o sobreuso das instalações e do ambiente.
- Esta zona deverá comportar sinalização educativa, interpretativa ou indicativa;
- É proibido o uso de buzinas, sons automotivos e quaisquer ruídos sonoros incompatíveis com os fins de conservação da área.

5.3.4. Zona de Uso Especial

É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia do Parque. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do Parque.

Justificativa da escolha

A infraestrutura existente no Parque Natural Municipal Tancredo Neves inclui uma sede administrativa. Além disso, dentro dos limites da unidade localiza-se um viveiro de mudas ornamentais. Somadas, essas duas áreas totalizam 2,3 hectares e possuem um regime específico de funcionamento,

por se tratar de locais que a administração do Parque utiliza para desenvolver suas atividades de gestão da unidade. Próximo ao Viveiro existem algumas casas abandonadas ou subutilizadas, que após reforma, podem servir de alojamento para pesquisador e apoio administrativo.

Normas de Uso

- O estacionamento de veículos nesta zona somente será permitido aos funcionários e prestadores de serviços;
- Esta Zona deverá conter locais específicos para a guarda e o depósito dos resíduos sólidos gerados na Unidade, os quais deverão ser removidos para fora da UC tendo como destino o aterro sanitário municipal;
- Os esgotos deverão ser tratados, preferencialmente com tecnologias alternativas de baixo impacto, e o lixo retirado e levado para local apropriado.
- É proibido o acesso do visitante às estruturas destinadas exclusivamente à administração e ao manejo do parque, sem a autorização prévia.

Tabela 20 - Zonas de manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves e suas respectivas extensões territoriais

ZONA	EXTENSÃO (ha)
Zona Primitiva	213,16
Zona de Recuperação	29,12
Zona de Uso Intensivo	8,52
Zona de Uso Especial	2,30
Zona de Amortecimento	516,90

5.3.5. Zona de Amortecimento

A Zona de Amortecimento de uma Unidade de Conservação é a área adjacente imediatamente contígua à seus limites, delimitada especificamente para cada Unidade, no seu Plano de Manejo, onde as atividades humanas estão sujeitas à normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a UC (SNUC,2000).

Considerou-se para o estabelecimento da Zona de Amortecimento do Parque Natural Municipal Tancredo Neves um raio a partir do seu limite. Em função da largura média do Parque, optou-se por um raio de 500 metros ao redor da unidade, excluindo-se as áreas já urbanizadas, onde se encontram instaladas suinocultura, residências e Complexo Penitenciário (Figura 24).

Em todas os empreendimentos a serem estabelecidos na Zona de Amortecimento e que necessitam de licenciamento ambiental, de qualquer natureza, o órgão autorizador ou licenciador deverá ouvir o Conselho Consultivo do Gestão do Parque, antes da emissão de licenças ou autorizações.

6. Programas De Manejo

6.1. PROGRAMA DE PROTEÇÃO

Este Programa tem como objetivo garantir a proteção ambiental da área do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, assegurando a preservação da biota existente no Parque e o desenvolvimento do processo sucessional dos ecossistemas, a segurança dos funcionários, visitantes e pesquisadores a preservação do patrimônio imobiliário e dos equipamentos existentes no Parque.

6.1.1. Subprograma de Proteção contra Incêndios

O Subprograma de proteção contra incêndios tem o objetivo de prevenir a ocorrência de incêndios florestais na área do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, seja evitando as causas prováveis e mais comuns de ignição dentro da área ou evitando a entrada de fogo das áreas vizinhas para a área interna do Parque.

6.1.1.1. Ações Propostas

- Elaborar e Implementar um Plano Operativo Prevenção e Combate a Incêndios Florestais para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves.
- Construção de aceiros em todo o perímetro do Parque e manutenção anual desses aceiros, com controle do crescimento da vegetação (material combustível).
- Manutenção das estradas e trilhas internas já existentes na área do Parque, para que venham funcionar como uma rede de aceiros internos, para controle da propagação do fogo e para deslocamento rápido de equipamentos de combate ao fogo.
- Aquisição de equipamentos de combate a incêndios, tais como: Ferramentas, enxadas, pás, rastelo, abafadores, chicote de tiras, bombas-costais, moto-bomba, mangueiras, pinga-fogo, radiocomunicação, máscaras, luvas, etc.
- Formação e Treinamento de Brigada de Incêndios.
- informar aos visitantes e demais usuários do local sobre a necessidade de proteção dos recursos naturais e instalações do Parque.
- recuperação das áreas de cercamento do Parque, evitando a entrada de pessoas por locais diversos das entradas oficiais.
- Realizar campanhas educativas sobre os riscos do uso do fogo, com as comunidades vizinhas.
- Implantação do ROI (Registro de Ocorrência de Incêndios). Para todos os incêndios florestais que afetarem diretamente a Unidade de Conservação deverão ser registrados em formulário próprio (ROI – ANEXO II), contendo dados como, causa, origem, área queimada, coordenada geográfica, tempo para o primeiro ataque, tempo de combate, número de pessoas e equipamentos envolvidos no combate.

- Realização de fiscalização e vigilância em toda a área do Parque, especialmente, nas épocas mais críticas de ocorrência de incêndios.
- Retirada de todo o material que vem sendo depositado na área do Parque, tais como: entulhos, restos de podas urbanas. Os restos de podas de árvores urbanas além de aumentar o risco de incêndio pela deposição de material combustível, ainda oferece sério risco de dispersão de espécies exóticas através de sementes e propágulos, que podem apresentar características invasoras, promovendo a contaminação biológica.

6.1.2. Subprograma de Controle de Invasão

O Subprograma de Controle de Invasão tem o objetivo de prevenir a entrada irregular ou a utilização do local para fins diversos daqueles previstos no Sistema Nacional Unidades de Conservação e no Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves. Existem vários vestígios no local de entrada de pessoas para utilização de drogas entorpecentes, retirada de madeira e provavelmente caça (Figura 25).

6.1.2.1. Ações propostas

- Elaborar e Implementar um Plano Operativo de Controle e Fiscalização para o Parque Natural Municipal Tancredo Neves.
- Recuperação das cercas de divisa do Parque, evitando a entrada de pessoas sem controle da administração do Parque, ficando a entrada restrita às portarias oficiais do Parque Natural Municipal Tancredo Neves. As cercas deverão ter passagens para fauna silvestre, nas partes leste, norte e nordeste do Parque.
- Desenvolvimento de uma rotina de vigilância e monitoramento das áreas de divisas.
- Combater ostensivamente a utilização do Parque Natural Municipal Tancredo Neves para consumo de drogas ou outras práticas ilícitas, evitando prejudicar a imagem do Parque, para que não afugentem os visitantes da área.

6.2. Programa de Pesquisa e Manejo dos Recursos

O Programa de Pesquisa e Manejo dos Recursos do Parque Natural Municipal Tancredo Neves tem como objetivo proporcionar a geração de informações e conhecimentos sobre o os meios físico, social e biótico da unidade de conservação. Tem ainda o objetivo de propor a criação de um setor de pesquisa no Parque, especialmente voltada para o estudo da biodiversidade em unidades de conservação periurbanas.

O conhecimento sobre o ecossistema local e as espécies que compõem esse ambiente são de grande importância nas tomadas de decisão de manejo em uma unidade de conservação de proteção integral, como é o caso do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

6.2.1. Ações Propostas

- Criação de um “Setor de Pesquisas” ou “Coordenadoria de Pesquisas” no Parque Natural Municipal Tancredo Neves, sendo que as pesquisas a serem desenvolvidas no local deverão ser autorizadas por esse setor.
- Buscar parcerias com Instituições de Pesquisas, como as ligadas às Universidades localizadas na região, para avaliação dos pedidos de pesquisa e realização de pesquisas no Parque.
- Desenvolver um Subprograma de Monitoramento da Biodiversidade no Parque Natural Municipal Tancredo Neves.
- Desenvolver um Subprograma de controle e erradicação de espécies exóticas e invasoras no Parque Natural Municipal Tancredo Neves.
- Desenvolver um Subprograma recuperação de áreas degradadas no Parque Natural Municipal Tancredo Neves.
- Criar uma biblioteca para reunir todos os trabalhos de pesquisa desenvolvidos no Parque Natural Municipal Tancredo Neves.
- Instalação de uma estação meteorológica no parque, visando auxiliar com dados projetos futuros de pesquisa e monitoramento das condições ambientais, como por exemplo, o risco de incêndio.
- Manter atualizado a avaliação da efetividade de manejo do Parque e o impacto do uso público na unidade.
- Realizar estudo sobre capacidade de carga de visitação ao Parque Natural Municipal Tancredo Neves.
- Desenvolver um guia de campo para identificação da fauna do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.
- Monitorar a predação de animais silvestres por cães do entorno do Parque.
- Desenvolver um estudo fitossociológico da vegetação do Parque, considerando o ciclo sazonal completo.
- Estimular pesquisas que visem conhecer as inter-relações entre a fauna e a flora como, por exemplo, a ação de polinizadores e dispersores na manutenção das espécies vegetais.
- Realizar estudos de identificação de potenciais trilhas terrestres e implicações para a utilização das mesmas (infraestrutura, segurança, capacidade de suporte);
- Monitorar a percepção ambiental dos visitantes do Parque e dos moradores do entorno.
- Monitorar todas as pesquisas realizadas no Parque por meio de software que gere banco de dados georreferenciados.
- Acompanhar a recuperação de habitats após as intervenções para sua recuperação.
- Monitorar a qualidade das águas presentes no Parque e no seu entorno.
- Adquirir “Câmeras-Trap” ou armadilhas fotográficas para monitoramento

permanente da fauna e da entrada de cães na área.

- Elaborar um formulário a ser preenchido pelos pesquisadores ao final de cada trabalho desenvolvido no Parque, contendo os resultados da pesquisa e sugestões para o manejo da área, em função de suas observações. Além, de exigir cópia das publicações, para compor o acervo da unidade.
- Identificar, priorizar e incentivar novas linhas de pesquisa orientadas para o manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves
- Promover seminários e incentivar periodicamente o “Encontro de Pesquisadores do Parque Natural Municipal Tancredo Neves”, para identificar novas linhas de pesquisa e monitorar as ações e resultados de pesquisas realizadas na unidade de conservação.
- Estabelecer anualmente a lista de pesquisas prioritárias para o Parque.

6.3. Programa de Uso Público

O Programa de Uso Público visa, entre outros objetivos, favorecer a aproximação entre a unidade de conservação e a população local e regional, por meio de atividades que estimulem a educação e interpretação ambiental e o ecoturismo. Contudo, ressalta-se a necessidade de ordenar as atividades de uso público, evitando ou mitigando os impactos negativos, presentes ou potenciais, decorrentes do uso da área. Assim, também torna-se necessário elencar ações de manejo com o intuito de controlar os efeitos negativos sobre o ambiente.

6.3.1. Subprograma de Educação Ambiental

Este subprograma tem como objetivo primordial estabelecer diretrizes e estratégias capazes de fomentar atividades de educação ambiental, buscando envolver diversos atores neste processo, tais como moradores do entorno, escolas e universidades da região, além de outras instituições interessadas.

6.3.1.1. Ações propostas

- Realizar campanhas educativas regulares no município de Ponte Nova, buscando favorecer o entendimento e a apropriação da unidade pela população.
- Estabelecer parcerias com escolas e outras instituições de ensino para o desenvolvimento de atividades na área do Parque.
- Produzir materiais impressos, tais como cartilhas, panfletos e cartazes, voltados à conscientização da população acerca de questões ambientais e da conservação do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.
- Elaborar projetos de políticas públicas de meio ambiente e educação para captar recursos.
- Promover reuniões periódicas (trimestrais, semestrais ou anuais) abertas à população do entorno para compartilhar os avanços e desafios na gestão da unidade.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

- Manter informado e atualizado o Conselho Consultivo de Gestão e divulgar as ações do Conselho para a comunidade..
- Promover cursos e oficinas de capacitação em educação e interpretação ambiental para professores da rede pública e privada de ensino.
- Criar um programa de estágio para estudantes universitários ou de escolas técnicas da região.

6.3.2. Subprograma de Ecoturismo

Este subprograma busca proporcionar as condições adequadas para a realização do ecoturismo na área do Parque, de modo a permitir que o visitante tenha a oportunidade de interagir de forma mais próxima com os recursos naturais, ao mesmo tempo em que visa garantir a integridade destes recursos.

6.3.2.1. Ações propostas

- Elaborar e aplicar questionário semiestruturado com o objetivo de levantar o perfil do visitante, suas expectativas e percepções acerca de sua experiência no Parque.
- Planejar e implantar trilhas interpretativas em locais apropriados, destinados aos diferentes perfis de visitantes.
- Realizar estudos técnicos de capacidade de carga antrópica para as trilhas abertas ao público e para os locais de maior visitação, tais como o entorno da lagoa.
- Estabelecer e monitorar indicadores da qualidade do ambiente, sobretudo nos percursos onde se desenvolvem atividades frequentes, sejam elas realizadas por pesquisadores, visitantes ou mesmo por funcionários.
- Implementar e reformar a infraestrutura básica de apoio ao uso público: portaria; centro de visitantes, lanchonete, sanitários e bebedouros, localizados na Zona de Uso Intensivo.

6.4. Programa de Administração

O Programa de Administração do Parque Natural Municipal Tancredo Neves visa apresentar propostas para garantir o funcionamento da Unidade e apresentar uma efetividade satisfatória de manejo, no que se refere a recursos humanos, recursos financeiros, infraestrutura, equipamentos e gerenciamento da área e monitoramento das atividades de manejo do Parque.

6.4.1. Ações Propostas

- Dotar o Parque Natural Municipal Tancredo Neves de Estrutura Administrativa para garantir a implementação deste Plano.
- Capacitar os funcionários que atualmente desenvolvem atividades no Parque sobre Manejo de Áreas Protegidas.
- Adequar os usos atuais do Parque aos objetivos previstos no Sistema

PLANO DE MANEJO: Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Nacional de Áreas Protegidas para a Unidade de Conservação de Proteção Integral, categoria Parque.

- Estabelecer rotinas operacionais de manejo da área e de administração da área.
- Implantar sistema de monitoramento das atividades operacionais
- Avaliar anualmente a Efetividade de Manejo do Parque
- Capacitar anualmente os membros do Conselho Consultivo de Gestão do Parque
- Reunir o Conselho Consultivo de Gestão do Parque pelo menos duas vezes a cada semestre para avaliar a gestão e propor novas medidas de acordo este Plano de Manejo
- Manter atualizado o cadastro do Parque junto a SEMAD/MG, atuando de acordo com os critérios do Fator de Qualidade do ICMS Ecológico, visando aumentar a cada ano a arrecadação do Município, no critério Unidade de Conservação
- Buscar Editais de Financiamento de Projetos Ambientais para investimentos no Parque Natural Municipal Tancredo Neves
- Elaborar Programa de Comunicação da Unidade, visando melhorar a imagem do Parque
- Desenvolver Projetos de implantação de infraestrutura e identificar fontes de financiamento para sua implantação
- Promover a cooperação interinstitucional para a implementação dos Programas de Manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves
- Realizar treinamento e capacitação continuada do pessoal que atuará no Parque para Atendimento ao Público (comunicação e prestação de informações); Manejo de Visitação; Monitoramento do Uso Público; Manutenção da Infraestrutura; Manejo e Manutenção de Trilhas; Monitoramento Ambiental.
- Prover o Parque de materiais de expediente necessários à execução das atividades gerenciais e administrativas.
- Monitorar o estado de conservação das estruturas do Parque como construções, mobiliários e cercamento do Parque.
- Desenvolver Site e Perfil em rede social do Parque, visando disponibilizar informações e promover a interação com a comunidade.
- Elaborar anualmente o Planejamento Orçamentário do Parque.
- Desenvolver marca visual do Parque e confeccionar uniforme para todos os servidores.
- Realizar a cada 05 anos a revisão desse Plano de Manejo.

7. Regulamento do Parque

Proposta de Regulamento do Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Art 1º - Este Regulamento estabelece as normas que define e caracteriza Parque Natural Municipal Tancredo Neves (Passa Cinco), baseado nos conceitos estabelecidos na Lei Federal 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

§ 1º - Para os efeitos deste Regulamento, considera-se Parque Natural Municipal, o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 2º - O Parque Natural Municipal Tancredo Neves destina-se a fins científicos, culturais: educativos e recreativos e, criado e administrado pelo Governo Municipal, constitui bem do Município destinado ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, recuperar, preservar e manter a integridade dos seus recursos naturais.

Art 2º - O Parque Natural Municipal Tancredo Neves, compreendendo terras, valores e benfeitorias, será administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ouvindo o seu Conselho Consultivo de Gestão .

Art 3º - A fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, com a utilização dos benefícios deles advindos, serão mantidos estudos e monitoramento que visem a atualização constante dos Programas de Manejo, estabelecidos no seu Plano de Manejo.

Parágrafo único - Entende-se por Plano de Manejo o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades, chamados Programas de Manejo..

Art 4º - O Plano de Manejo deverá se manter atualizado e revisado a cada 05 anos e indicará detalhadamente o zoneamento de área total do Parque que define, atualmente, as seguintes zonas características:

I - Zona Primitiva - É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir as características de zona de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação.

II - Zona da Uso Intensivo - É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.

III - Zona de Recuperação - É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área.

IV - Zona de Uso Especial - É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque Nacional, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia do Parque Nacional. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do Parque.

V - Zona de Amortecimento - Definida como a faixa ao redor do Parque que tem como objetivo atenuar os impactos do uso do solo no entorno sobre os recursos naturais. E de acordo com o artigo parágrafo único do artigo 49, da Lei Federal 9.985/2000, a zona de amortecimento das unidades de conservação, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana.

Art 5º - São vedadas, dentro da área do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, quaisquer obras de aterros, escavações, contenção de encostas ou atividades de correções, adubações ou recuperação dos solos.

Parágrafo Único - Nas Zonas de Uso Intensivo ou de Uso Especial, poderão, eventualmente, ser autorizadas obras ou serviços, desde que interfiram o mínimo possível com o ambiente natural e se restrinjam ao previsto nos respec-

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

tivos Planos de Manejo.

Art 6º - Não são permitidas, dentro das áreas do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, quaisquer obras de barragens, hidroelétricas, de controle de enchentes, de retificação de leitos, de alteração de margens e outras atividades que possam alterar suas condições hídricas naturais.

Parágrafo Único - Quaisquer projetos para aproveitamento limitado e local dos recursos hídricos do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, devem estar condicionados rigorosamente ao objetivo primordial de evitar alterações ou perturbações no equilíbrio do solo, água, flora, fauna e paisagem, restringindo-se ao indicado no seu Plano de Manejo.

Art 7º - É expressamente proibida a coleta de frutos, sementes, raízes ou outros produtos dentro da área do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

§ 1º - A coleta ou apanha de espécimes vegetais só será permitida para fins estritamente científicos, de acordo com projeto a ser aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ouvido o Conselho Consultivo de Gestão, e quando seja de interesse do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

§ 2º - O pesquisador interessado em coleta científica deverá apresentar projeto de pesquisa detalhado, acompanhado da licença de coleta, expedida pelo SISBIO/MMA, para análise e autorização do Conselho Consultivo de Gestão.

Art. 8º - O abate e o corte, bem como o plantio de árvores, arbustos e demais formas de vegetação só serão admitidos nas Zonas de Uso Intensivo, Uso Especial e de Recuperação, mediante as diretrizes dos respectivos Planos de Manejo.

Parágrafo Único - Nas Zonas de Uso Intensivo e de Uso Especial, os arranjos paisagísticos darão preferência à utilização de espécies das formações naturais dos ecossistemas do próprio Parque Nacional, limitando-se ao mínimo indispensável a utilização de espécies exóticas, sendo totalmente impedida a utilização de espécies com comportamento de invasoras.

Art. 9º - Na Zona Primitiva, não será permitida interferência na sucessão vegetal, salvo em casos de existência de espécies exóticas ao ecossistema local, ou quando cientificamente comprovada a necessidade de restauração.

Parágrafo Único - A necessidade de eliminação de espécies exótica comprovar-se-á por pesquisa científica e comparecer técnico de profissional especializado.

Art. 10º - É expressamente proibida a prática de qualquer ato de perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna do Parque, bem como quaisquer atividades que venham afetar a biodiversidade.

Art. 11º - É vedada a introdução de espécies exóticas aos ecossistemas protegidos do parque

Art. 12º - O controle da população animal ficará entregue aos fatores naturais de equilíbrio, incluindo os predadores naturais.

§ 1º - O controle por manejo será permitido em casos especiais, cientificamente comprovados, desde que realizado sob orientação de pesquisador especializado e mediante fiscalização da gerência do Parque.

2º - É proibido o exercício de caça esportiva ou amadorista no recinto do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, ainda que para efeito de controle da superpopulação animal.

Art. 13º - Os animais domésticos ou domesticados, não poderão ser admitidos no Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

Art. 14º - Os exemplares de espécies exóticas, serão removidos ou eliminados com aplicação de métodos que minimizem perturbações no ecossistema e preservem a primitivismo das áreas, sob a responsabilidade de pessoal qualificado.

Parágrafo único - Se a espécie já estiver integrada no ecossistema, nele vivendo como naturalizada e se, para sua erradicação, for necessário o emprego de métodos excessivamente perturbadores do ambiente, permitir-se-á sua evolução normal.

Art. 15º - Somente será realizado o controle de doenças e pragas, mediante autorização fornecida da Secretaria de Meio Ambiente, ouvido o Conselho Consultivo de Gestão, após apreciação de projeto minucioso, baseado em conhecimentos técnicos, cientificamente aceitos e sob direta supervisão dos técnicos da Secretaria.

Parágrafo único - Não será permitido o uso de herbicidas, agrotóxicos ou praguicidas de qualquer natureza no interior do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

Art. 16º - Toda e qualquer instalação necessária à infraestrutura do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, sujeitar-se-á a estudos de integração paisagística, aprovados pela Secretaria de Meio Ambiente, ouvido o Conselho

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Consultivo de Gestão do Parque.

Art. 17º - É expressamente proibida a instalação ou afixação de placas, tapumes, avisos ou sinais, quaisquer outras formas de comunicação audiovisual ou de publicidade que não tenham relação direta com o programa de Interpretação Ambiental do Parque.

Art. 18º - É vedado o abandono de lixo, detritos ou outros materiais, que maculem a integridade paisagística, sanitária ou cênica do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

Art. 19º - É expressamente proibida a prática de qualquer ato ou atividade que possa provocar a ocorrência de incêndio nas áreas dos Parques Nacionais.

8. Efetividade De Manejo

A metodologia para avaliação da Efetividade de Manejo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves foi a Matriz de Cenários, proposta por LIMA (2003). A partir dos Cenários propostos para as condições de manejo de uma unidade de conservação de proteção integral foram escolhidos aqueles cenários para cada indicador de manejo que mais corresponde ao Parque (ANEXO III).

As respostas foram agrupadas de forma que se pudesse obter informações quanto a efetividade, o grau de implementabilidade e o grau de vulnerabilidade das unidades de conservação.

Deve-se entender por efetividade, como a capacidade da unidade de conservação em cumprir os objetivos para os quais foram criadas; por implementabilidade, como sendo o grau de implantação real da unidade de conservação; e por vulnerabilidade, como sendo o grau de risco a que estão expostas as unidades de conservação.

Para análise dos dados, utilizou-se o seguinte critério para se definir os graus de efetividade, implementabilidade e vulnerabilidade:

Tabela 21 - Critérios para definição dos graus de efetividade, implementabilidade e vulnerabilidade do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

Cenários	Pontuação obtida		
	Efetividade	Implementabilidade	Vulnerabilidade
5	0	0	0
4	2.5	2.5	2.5
3	5.0	5.0	5.0
2	7.5	7.5	7.5
1	10.0	10.0	10.0

Para análise da condição final para os graus de efetividade, implementabilidade e vulnerabilidade das unidades de conservação, utilizou-se os seguintes critérios:

Tabela 22 - Critérios para análise dos graus de efetividade, implementabilidade e vulnerabilidade do Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Pontuação obtida	Resultado por característica		
	Efetividade	Implementabilidade	Vulnerabilidade
< 2.5	Insatisfatória	Precária	Muito vulnerável
2.5-5.0	Pouco satisfatória	Minimamente implementada	
5.0-7.5	Média	Razoavelmente implementada	vulnerável
7.5-10.0	Satisfatória	Satisfatória	Pouco vulnerável

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Utilizou-se a avaliação de parâmetros diferentes para avaliação da situação das unidades de conservação, quanto a efetividade de manejo, implementabilidade e vulnerabilidade, como citado na TABELA 23.

Tabela 23 - Parâmetros utilizados para definição da situação de cada unidade quanto a efetividade de manejo, implementabilidade e vulnerabilidade.

SITUAÇÃO AVALIADA	PARÂMETROS CONSIDERADOS
Implementabilidade	Desapropriação, Recursos Humanos, Infra-estrutura, Recursos Financeiros, Plano de Manejo.
Vulnerabilidade	Recursos Humanos, Relação com o Entorno, Programas de Proteção, Controle de Incêndios, Plano de Manejo
Efetividade de Manejo	Demarcação, Desapropriação, Recursos Humanos, Infra-estrutura, Recursos Financeiros Parcerias, Relação com o entorno, Programas de Proteção e Fiscalização, Controle de Incêndios, Plano de Manejo e Pesquisa.

8.1. Resultados da Análise de Efetividade

A análise da efetividade de manejo, através da Matriz de cenários propostos demonstrou que o Parque Natural Municipal Tancredo Neves apresenta uma Efetividade de Manejo pouco satisfatória, que ela se encontra razoavelmente implementada e vulnerável a danos de diversas naturezas, conforme se vê na Tabela 24.

Tabela 24 - Resultados da análise da efetividade de manejo, de Implementabilidade e de vulnerabilidade do Parque Natural Municipal Tancredo Neves.

Indicador	Nota	Efetividade	Implementabilidade	Vulnerabilidade
Demarcação	10	10	-	x
Desapropriação	10	10	10	-
Recursos Humanos	2.5	2.5	2.5	2.5
Infraestrutura	2.5	2.5	2.5	-
Relação com Entorno	2.5	2.5	-	2.5
Parcerias	5.0	5.0	-	-
Recursos Financeiros	0	0	0	-
Fiscalização	2.5	2.5	-	2.5
Controle de Incêncios	0	0	x	0
Plano de Manejo	7.5	7.5	7.5	7.5
Pesquisa	0	0	-	-
Médias	3.54	3.54	4.5	3.0
Resultado		Pouco satisfatória	Razoavelmente Implementada	Medianamente Vulnerável

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. A. **A vida das aves: introdução à biologia e conservação.** Belo Horizonte: Littera Maciel, 1993. 160p.
- ANTAS, P. T. Z.; ALMEIDA, A. C. **Aves como bioindicadoras de qualidade ambiental: aplicação em áreas de plantio de eucalipto.** Espírito Santo, Gráfica Santonio, 2003. 36p.
- AZEVEDO, M.C.; COSTA, H.G. Métodos para Avaliação da Postura Estratégica. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 08, nº 2, abril/junho. 2001.
- BERNDT, R. A. (1992). **Influência da estrutura da vegetação sobre a avifauna em uma floresta alterada de *Araucaria angustifolia* e em reflorestamentos em Telêmaco Borba-Paraná.** 1992. 120 p. Dissertação (Mestrado). Piracicaba. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.
- BRASIL. Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. **Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.**
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Lei 9.985/2000. Brasília, DF. Editora IBAMA. 37 p.
- CBRO - Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (2014). **Listas das aves do Brasil.** Versão 09/08/2009. Disponível em <<http://www.cbro.org.br>>. Acesso em: 09 de fevereiro 2015.
- CURI, N.; RESENDE, M.; SANTANA, D. P. **Terras para irrigação.** Brasília: PRONUABEAS, 1988. 107 p.
- DEAN, W. (1996). A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Companhia das Letras. São Paulo.
- DEVELEY, P. F. Métodos para Estudos com Aves. PP. 153-168. In: L. Cullen Jr., R. Rudran, C. Valladares-Padua (org.). **Métodos de estudos em Biologia da conservação e Manejo da Vida Silvestre.** Curitiba: Ed. da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2006.
- DRUMMOND, G. M.; MARTINS, C. S.; MACHADO, A. B. M. SEBAIO, F. A. & ANTONINI, Y. (Org.). **Biodiversidade em Minas Gerais: um Atlas para sua conservação.** 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005. 222p.
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** Brasília: EMBRAPA, Produção de Informação; Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 2006. 306 p.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados da Mata Atlântica.** São José dos Campos: Fundação SOS Mata Atlântica: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1993.
- Fundação SOS Mata Atlântica & INPE. (2002). **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica e ecossistemas associados no período de 1995 - 2000.** Relatório Final. São Paulo.
- GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, I.G. **Atlantic forest hotspots status: an overview.** In: Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas. Carlos Galindo-Leal, Ibsen de Gusmão Câmara (Ed.); traduzido por Edma Reis Lamas. Fundação SOS

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

- Mata Atlântica — Belo Horizonte : Conservação Internacional, pp. 3-11. 2005
- IBAMA (2002). **Roteiro Metodológico de Planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica. Edições IBAMA, Brasília.
- IBAMA & GTZ (1996). **Roteiro Metodológico de Planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica. Edições IBAMA, Brasília.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 14 Fev. 2015.
- ICMBio (2014). **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Lista de Espécies Ameaçadas**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/lista-de-especies.html>>. Acesso em: 09 de fev. 2015.
- LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. Nova Odessa: Plantarum, 1992. 352p.
- MANTOVANI, M. **Conservar para viver melhor**. Ponto de Vista. Revista Aquecimento Global. Editora On Line Ltda., São Paulo, ano 1, n. 2, Edições 4 e 5. p. 39, 2009.
- MEC - Ministério da Educação. **Número de brasileiros com graduação cresce 109,83% em 10 anos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17725> Acesso em: 14 Fev. 2015.
- MITTERMEIER, R. A.; GIL, P. R.; HOFFMANN, M.; PILGRIM, J.; BROOKS, J.; MITTERMEIER, C. G., LAMOURUX, J. & FONSECA, G. A. B. (2004). **Hotspots Revisited: Earth's Biologically Richest and Most Endangered Terrestrial Ecoregions**. Cemex & Conservation International. Washington, D.C.
- MMA. **Reserva da Biosfera**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/reserva-da-biosfera>>. Acesso em: 02 fev. 2015a.
- MMA (Org.). **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em: 25 fev. 2015b.
- RIZZINI, C. T. **Tratado de fitogeografia do Brasil**: aspectos sociológicos e florísticos. São Paulo: Hucitec/USP, v. 2, 1979. 374 p.
- SANTANA, C. R. & ANJOS, L. On the association of birds to bamboo stands in southern brazilian Atlantic Forest: **Biota Neotropica**, 10(2), 2010.
- SAYRE, R; ROCCA, E; SEDAGHATKISH, G; YOUNG, B; KEEL, S; ROCA, R & SHEPPARD, S. (2000). **Nature in Focus: Rapid Ecological Assessment**. The Nature Conservancy, Washington
- SCOLFORO, J. R. & CARVALHO, L. M. T. **Mapeamento e inventário da flora nativa e dos reflorestamentos de Minas Gerais**. Lavras. Universidade Federal de Lavras, 288p. 2006.
- SICK, H. **Ornitologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- SILVA, G. B. M. **Estimativas da diversidade da avifauna em fitofisionomias do Bioma Cerrado na Estação de Pesquisa e Desenvolvimento Ambiental (EPDA) Galheiro, Perdizes, MG**. Lavras: UFLA, 2004. 84p. (Dissertação - Mestrado).

PLANO DE MANEJO:
Parque Natural Municipal Tancredo Neves

- SOUZA, D. G. S. **Todas as Aves do Brasil**. Feira de Santana/BA, Ed. DALL, 1998, 258 p.
- UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro; CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Mapa geológico: folha Ponte Nova SF.23-V-D-VI. Escala 1:100.000**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- UFV - Universidade Federal de Viçosa; CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais; UFLA - Universidade Federal de Lavras; FEAM - Fundação Estadual Do Meio Ambiente. **Mapa de solos do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2010.
- VIANA, V. M.; TABANEZ, A. A. J. Biology and conservation of forest fragments in the brazilian Atlantic moist forest. In: SHELLAS, J.; GREENBERG, R. (Ed.). **Forest patches in tropical landscapes**. Washington, DC: Island Press, 1996.
- ZANZINI, A. C. S.; ALEXANDRINO, E. R. **Levantamento, análise e diagnóstico da fauna de aves silvestres em estudos ambientais**. Lavras, UFLA/FAEPE, 2008. 101p.
- WIKIPEDIA (Org.). **Ponte Nova**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte Nova](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_Nova)>. Acesso em: 24 nov.. 2015.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

ANEXO I – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM MORADORES DO ENTORNO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL TANCREDO NEVES, PONTE NOVA-MG



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL
Elaboração do Plano de Manejo do Parque Municipal do Passa Cinco

IDENTIFICAÇÃO:		
Bairro:.....		
Idade: Sexo:.....		
ENTREVISTA:		
	Sim	Não
O senhor(a) já ouviu falar do Parque do Passa Cinco?		
Já visitou o Parque alguma vez? Com que frequência?		
Que atividades você gostaria de fazer nas vistas ao Parque?		
Sabe a quem pertence a área do Parque? A quem?.....		
Sabe qual é o objetivo ou para que foi criado o Parque?		
Em sua avaliação qual é a importância de se preservar o parque do Passa Cinco?		
Quais os principais problemas você identifica no Parque?		
Você já visualizou algum animal na área do parque ou próximo a ele? Quais?		
Que animais você já ouviu falar que existe na área do Parque?		

**ANEXO II - ROI - REGISTRO DE OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS
FLORESTAIS NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL TANCREDO
NEVES, PONTE NOVA-MG**

**PARQUE NATURAL MUNICIPAL TANCREDO NEVES
REGISTRO DE OCORRÊNCIA DE INCÊNDIO**

Número do ROI: _____ Data: _____

Localização do incêndio

Dentro do Parque	☐ Zona Primitiva ☐ Zona de Uso Intensivo	☐ Zona de Recuperação ☐ Zona de Uso Especial
Fora do parque	☐ Zona de Amortecimento	

Dados do Incêndio

Data da Ocorrência:	
Causa Provável:	
Agente detector do incêndio:	
Horário de detecção:	
Horário de Início do combate:	
Número de pessoas envolvidas no combate:	
Equipamentos utilizados no Combate:	
Horário de extinção:	
Danos observados:	
Observações:	

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

ANEXO III - RESULTADOS DA MATRIZ DE CENÁRIOS PARA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DE MANEJO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL TANCREDO NEVES

EFETIVIDADE DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Matriz de Cenários (LIMA, 2003)

Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Ponte Nova – MG

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A. Demarcação da Unidade de Conservação:

- ☐ A UC encontra-se com seu perímetro totalmente demarcado e este é de pleno conhecimento dos confrontantes.
- ☐ A UC encontra-se demarcada, mas há litígio com os confrontantes.
- ☐ A UC possui demarcação parcial de seus limites e não há litígio com os confrontantes.
- ☐ A UC possui demarcação razoável e não há informação satisfatória aos confrontantes.
- ☐ A UC não possui demarcação de seus limites em campo.

B. Desapropriação das Terras Privadas

- ☐ A Unidade encontra-se totalmente desapropriada e/ou com todos os proprietários indenizados.
- ☐ A Unidade encontra-se desapropriada, mas há proprietários não indenizados.
- ☐ Mais de 50% da UC encontra-se desapropriada e indenizada.
- ☐ A UC possui até 50% de sua área desapropriada e indenizada.
- ☐ A UC não possui nenhum hectare regularizado.

EFETIVIDADE DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Matriz de Cenários (LIMA, 2003)
Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Ponte Nova – MG

INFRAESTRUTURA E PESSOAL

Recursos Humanos:

- ☐ A UC possui quantidade satisfatória de funcionário, com profissionais de nível superior e médio e a maioria já passou por algum treinamento ou capacitação, nos últimos 10 anos.
- ☐ A UC possui quantidade satisfatória de funcionários, profissionais de nível superior e intermediário, mas a maioria não passou por treinamento ou capacitação, nos últimos 10 anos.
- ☐ A UC não possui quantidade satisfatória de funcionários, mas alguns já passaram por treinamento ou capacitação, nos últimos 10 anos.
- ☐ A UC não possui quantidade satisfatória de funcionários e estes não passaram por treinamento ou capacitação, nos últimos 10 anos.
- ☐ A UC não possui funcionários.

B. Infraestrutura:

- ☐ A UC possui equipamentos suficientes (veículos, máquinas, ferramentas) e infraestrutura adequada (estradas, construções, aceiros e cercas).
- ☐ A UC possui infraestrutura adequada, mas não possui equipamentos suficientes.
- ☐ A UC possui equipamentos suficientes e não possui infraestrutura adequada.
- ☐ A UC não possui equipamentos suficientes, nem infraestrutura adequada.
- ☐ A UC não possui equipamentos nem infraestrutura.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

EFETIVIDADE DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Matriz de Cenários (LIMA, 2003)

Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Ponte Nova – MG

PARCERIAS

A. Relação com o entorno:

- ☐ A UC tem contribuído significativamente com o desenvolvimento do entorno e conta com sua participação efetiva na gestão da Unidade.
- ☐ A UC tem contribuído com o desenvolvimento do entorno, mas não conta com a participação dos moradores vizinhos na gestão da Unidade.
- ☐ A UC conta com a participação dos moradores do entorno na gestão da área, mas esta não tem contribuído com o seu desenvolvimento.
- ☐ A UC não conta com a participação do entorno na sua gestão e contribui apenas indiretamente no desenvolvimento regional.
- ☐ A UC não conta com a participação e não contribui com o desenvolvimento regional.

B. Parcerias Institucionais

- ☐ A UC possui parceria de co-gestão (Administração) com outra instituição.
- ☐ A UC não possui parceria de co-gestão mas tem parceria permanente (há mais de 05 anos) com outras instituições. Áreas: _____
- ☐ A UC possui parcerias esporádicas para programas específicos.
- ☐ A UC não possui atividades em parceria há mais de 05 anos.
- ☐ A UC nunca possuiu parceria com outras Instituições.

C. Recursos Financeiros

- ☐ A UC recebe recursos suficientes para a sua gestão, além de contar sempre com outros externos (ONG'S, Instituições Financiadoras de Projetos, Iniciativa Privada,...).
- ☐ A UC não recebe recursos governamentais suficientes, mas conta sempre com apoios externos.
- ☐ A UC conta apenas com recursos governamentais, mas que não permitem o manejo adequado da área.
- ☐ Os recursos recebidos são insuficientes para o manejo e administração da área.
- ☐ A UC não recebe nenhum recurso para custeio e capital da unidade.

EFETIVIDADE DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Matriz de Cenários (LIMA, 2003)
Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Ponte Nova – MG

PROTEÇÃO E MANEJO

A. Programas de Proteção e Fiscalização

- ☐ A UC possui Plano de Proteção em cumprimento
- ☐ A UC possui Plano de Proteção mas não encontra-se em cumprimento.
- ☐ A prevenção de danos à Unidade é feita apenas em campanhas.
- ☐ A UC não vem trabalhando a prevenção de danos, mas tem procurado exercer o controle na medida do possível, ou vice-versa.
- ☐ A UC não possui programas de prevenção de danos e por falta de infraestrutura não vem exercendo adequadamente o controle.

B. Controle de Incêndios

- ☐ A UC tem atuado intensivamente na prevenção, possui brigada equipada e treinada e vem reduzindo a média histórica de área queimada e/ou número de focos.
- ☐ A UC tem atuado intensivamente na prevenção, possui brigada equipada e treinada, mas não está conseguindo reduzir a média histórica de área queimada e número de focos.
- ☐ A UC possui equipamentos, mas a brigada não passou por treinamento nos últimos cinco anos.
- ☐ A UC possui equipamentos, mas não possui brigada constituída.
- ☐ A UC não possui equipamentos e não possui brigada constituída.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

EFETIVIDADE DE MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Matriz de Cenários (LIMA, 2003)

Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Ponte Nova - MG

PROTEÇÃO E MANEJO

A. Manejo

- ☐ A UC possui Plano de Manejo atualizado e em cumprimento.
- ☐ A UC está elaborando ou atualizando o Plano de Manejo.
- ☐ A UC possui apenas Plano de Ação Emergencial em cumprimento.
- ☐ A UC possui Plano de Manejo com mais de 10 anos de elaboração.
- ☐ A UC não possui Plano de Manejo ou Plano de Ação Emergencial.

B. Pesquisa Científica

- ☐ A UC possui programa permanente de pesquisas com monitoramento adequado destas, que contribuem significativamente para o Manejo da Unidade.
- ☐ A UC vem monitorando adequadamente as pesquisas, porém os resultados destas não tem contribuído para o manejo da área.
- ☐ A UC acompanha a realização das pesquisas, mas o resultado destas geralmente não retornam à Gerência da Unidade.
- ☐ A UC não tem conseguido exercer adequado controle das pesquisas realizadas.
- ☐ Não há pesquisa sendo desenvolvida na UC há mais de 05 anos.

**ANEXO IV - LEGISLAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA
ALUSIVAS AO PARQUE NATURAL MUNICIPAL TANCREDO
NEVES**

Lei nº 1.272/1982

Autoriza o Poder Executivo a criar o Parque Municipal de Ponte Nova “Passa Cinco” e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Parque Municipal de Ponte Nova, nos termos dos artigos 2º e 5º, alínea “a” e seu parágrafo único, da Lei Federal número 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Parágrafo único. Este Parque, com área de 300 hectares, aproximadamente, situar-se-á em terreno de propriedade da Prefeitura, denominado “Passa Cinco” constante de planta existente no Departamento de Obras da Municipalidade.

Art. 2º - O Parque tem por finalidade:

- resguardar os atributos excepcionais da natureza na região;
- a proteção integral da flora, da fauna e demais recursos naturais, com utilização para objetivos educacionais, científicos, recreativos e turísticos.

Art. 3º Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais, na área do Parque, como também o uso de fogo, nos termos da Lei e Portaria 72/74 do Instituto Estadual de Florestas.

Parágrafo 1º - O solo, as águas, a flora, a fauna e demais recursos naturais do Parque ficam sujeitos ao regime especial de proteção do Código Florestal, da Lei de Proteção à Fauna, do Código de Pesca e demais normas pertinentes ao assunto.

Parágrafo 2º - Compete à Administração do Parque zelar pela fiel execução dessas normas, dentro dos limites de sua competência.

Art. 4º Fica proibida a supressão total ou parcial da área do Parque, nos termos da lei.

Art. 5º Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta lei, deverá ser baixado o regulamento do Parque e apresentado o projeto de zoneamento de suas áreas.

Parágrafo único - Poderá ser celebrado convênio de assistência técnica com o IBDF, IEF, autarquia criada pela Lei nº 2.606, de 05.01.1962, a Universidade

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Federal de Viçosa.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações do orçamento municipal.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Ponte Nova, 07 de dezembro de 1982.

Antônio Bartolomeu – Prefeito Municipal

O Parque Florestal Tancredo Neves, á uma área de 300 ha de terra, pertencentes à Prefeitura Municipal de Ponte Nova, propícia ao lazer e composta de área de preservação (mata nativa secundária), esta em torno de 70% do total.

É privilegiada em termos de potencial hídrico, possuindo várias nascentes próprias que dão origem a 03 represas de médio porte que completam o embelezamento e riqueza do Parque.

Com um viveiro de mudas que em Convênio com o IEF, atende a micro região em essências nativas, (mata ciliar), paisagismo, eucalipto e outras.

Somente no município de Ponte Nova em 1996, foram plantadas 50.000 mudas de essências nativas numa área de 50 ha atendendo a um programa do Governo Estadual/Municipal de implantação de matas ciliares.

O Parque Florestal Tancredo Neves, também possui uma flora e fauna riquíssima e diversificada composta de:

FLORA: garapa, sapucaia, jequitibá, angico, ipê, quaresmeira, canela, bromélias, entre outras.

FAUNA: lontra, capivara, macacos, jaguatirica, gato do mato, paca, veado, tatu, lobo guará, cachorro do mato, irara, preá, ouriço caxeiro, lagarto, inhambu, pombos, jacu, garça, siriema, sabiá, chau baeta, bemtevi, joãodebarro, marrecos e patos selvagens, gaviões, entre outros.

É bom salientar que, o Parque Florestal Tancredo Neves é uma área que vale a pena preservar em função do seu potencial nos aspectos de educação ambiental e de lazer, ou seja,

- garantir a preservação e a intocabilidade dos recursos naturais;
- Possibilitar a realização de estudos, pesquisas e trabalhos de interesses científicos;

Oferecer condições para recreação, turismo e realização de atividades educacionais e de conscientizações ecológicas.

Por outro lado, o referido Parque se encontra próximo 03 bairros

PLANO DE MANEJO:
Parque Natural Municipal Tancredo Neves

carentes (São Pedro, Fátima e Novo Horizonte), e que tem levado a uma depredação de sua FLORA E FAUNA de forma incontrolável devido a falta de recursos visando um trabalho de educação ambiental e uma fiscalização efetiva (Polícia Florestal permanente no Parque e Guardas Municipais).

Finalizando, gostaria de evidenciar que, se basearmos nos aspectos descritos acima (preservação de recursos naturais, educação ambiental, estudos, pesquisas escolares, científicas, lazer e cultura), tranquilamente que estaremos dando a nossa contribuição não só para a população de Ponte Nova, como de toda micro região e do Estado.

Autor(es): Executivo / PL nº 1.159 de 03.12.82

Publicada em: 07/12/1982

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Lei nº 1.358/1986

Cria o Regulamento do Parque Florestal Municipal TANCREDO NEVES, no Passa Cinco em Ponte Nova (MG), e dá outras providências.

(Vide Lei Municipal nº 3.207, de 03 de julho de 2008)

A CÂMARA MUNICIPAL aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Fica aprovado o REGULAMENTO DO “PARQUE FLORESTAL MUNICIPAL TANCREDO NEVES”, NO PASSA CINCO, e dá outras providências.

“REGULAMENTO DO PARQUE MUNICIPAL TANCREDO NEVES”

CAPÍTULO I

Art. 1º O Parque Florestal Municipal do Passa Cinco, doravante denominado PARQUE FLORESTAL MUNICIPAL TANCREDO NEVES, criado pela Lei Municipal nº 1.272 de 07/12/82 e legislação posterior, tem por finalidade resguardar os atributos excepcionais da natureza, conciliando a preservação integral da flora, da fauna, do solo, da água e outros recursos e belezas cênicas naturais, com a sua utilização para objetivos científicos, educacionais, culturais e recreativos.

1º Este parque fica sujeito ao regime especial de proteção previsto no Código Florestal, bem como as florestas e demais formas de vegetação contíguas, de propriedade particular, enquanto indivisas.

2º Fica proibido no parque, qualquer forma de exploração de seus recursos naturais, renováveis ou não.

3º A supressão parcial ou total da área do parque não poderá ser feita nos termos da Lei.

Art. 2º O Parque tem por finalidade:

Conservar a flora, fauna, solo, águas, demais recursos e belezas cênicas naturais com objetivos científicos, educativos, culturais e recreativos;

possibilitar a realização de estudos, pesquisas e trabalhos concernentes às ciências naturais;

oferecer condições para a organização e manutenção de banco de sementes, Museu e Centro de Pesquisas e Treinamento, de acordo com o zoneamento;

possibilitar a recreação, o turismo, bem como atividades de acampamento, nas zonas de Turismo e Administração, de acordo com o zoneamento;

possibilitar realização de atividades de educação e conscientização florestal.

CAPÍTULO II – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º A administração do parque, a elaboração, implantação e avaliação de seus planos diretores e de manejo caberão à Prefeitura, lastreadas em parecer do CODEMA.

Parágrafo Único. A aprovação dos planos diretores caberá ao Prefeito Municipal.

Art. 4º A administração do Parque contará com um técnico habilitado, o qual fará parte do CODEMA.

Art. 5º Caberá ao Administrador do Parque:

zelar pelo fiel cumprimento deste Decreto, do Código Florestal, da Lei de Proteção à Fauna, do Código de Pesca e demais legislações aplicáveis a parques, dentro dos limites de sua competência;

comunicar à autoridade competente para adoção das providências necessárias, quando ocorrer descumprimento das normas mencionadas na alínea anterior, se o assunto não for de sua alçada;

participar do detalhamento do Plano Diretor e do projeto e supervisionar sua implantação;

organizar, coordenar, controlar e orientar as atividades no Parque;

desenvolver atividades de conscientização e educação florestal;

exercer o controle e avaliação dos sistemas de vigilância, conscientização e prevenção e combate a incêndios;

zelar pela adoção das normas técnicas de proteção e segurança do público na área do parque;

apresentar à Prefeitura, através do CODEEMA, orçamento anual de manutenção, pareceres, relatórios, prestações de contas e outras tarefas atinentes à administração do Parque.

Art. 6º Deverão ser colocados em número tecnicamente suficiente, placas, avisos ou marcos indicativos de:

área do parque e separação de suas zonas;

proibição de corte de árvores ou quaisquer de suas partes e do exercício de caça;

proibição de fumar e portar fósforos, isqueiros ou similares e pescar nas zonas de transição e proteção integral;

alerta aos fumantes sobre perigo de incêndio;

outras indicadas pelo “PLANO DIRETOR”.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Art. 7º Um serviço regular de limpeza deverá ser rigorosamente mantido.

1º A coleta, transporte e destinação dos detritos artificiais processar-se-ão de forma que não tragam inconvenientes à preservação do meio ambiente e ao bemestar público.

2º Os despejos e detritos artificiais, se não puderem ser transportados para fora da área do parque, serão tratados e transformados, até que se tornem inócuos ao ambiente e aos seres vivos.

3º Os depósitos para coletas de lixo serão colocados na área de Turismo e Recreação, com AVISOS e recomendações de uso.

Art. 8º Os efluentes das redes de esgoto e outros, somente poderão ser lançados em águas circunvizinhas ao parque quando não ocasionarem alteração de propriedades físicas, químicas e biológicas das águas, que resultem em prejuízo à fauna, flora e demais recursos naturais.

Parágrafo único. Os sanitários deverão situar-se a uma distância mínima de 30 (trinta) metros das nascentes, cursos d'água e lagoas.

Art. 9º Um sistema eficiente de divisas do parque com as áreas limítrofes e entre as zonas internas do parque deverá ser implantado.

Parágrafo único. Ao longo das divisas serão construídos aceiros, com largura mínima de 10 (dez) metros, cercas e tapumes,

CAPÍTULO III – DA PROTEÇÃO CONTRA O FOGO E INCÊNDIOS

Art. 10. O Plano de Prevenção e Controle de Incêndios será elaborado por técnico habilitado e implantado pela Administração do Parque.

Art. 11. Qualquer foco de fogo no parque e área adjacentes, quaisquer que sejam suas causas, deve ser localizado e imediatamente extinto.

Art. 12. Em casos de incêndio que não possa se extinguir com recursos ordinários, cabe ao Administrador do Parque, ou outro servidor florestal, ou ainda, a qualquer autoridade pública requisitar os meios necessários e as pessoas em condições de prestarem auxílio.

Art. 13. A autorização para uso de fogo para práticas agropastoris em áreas limítrofes com o parque só poderá ser concedida pelo IEF, mediante:

comprovação da necessidade da medida;

obediência às normas de precaução e outras para uso do fogo, estabelecidas na Portaria nº 72/74 do IEF, de 1º de outubro de 1.974, quais sejam:

.1 Proteção das áreas adjacentes mediante aceiro estabelecido pelo IEF, variando este entre 2 (dois) e 20 (vinte) metros. (Art. 2º).

2 Acendimento de fogo no sentido da periferia para o centro da área a queimar. (Art. 3º).

Art. 14. As penalidades por uso indevido do fogo serão aplicados conforme determina a legislação própria.

CAPÍTULO IV – DO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Art. 15. O manejo dos recursos naturais do parque visará sempre à preservação dos ecossistemas naturais e abrange as seguintes finalidades e características:

I – salvar a paisagem, solo, a água, a flora, a fauna e outros recursos naturais, como um conjunto integral.

II – aplicar técnicas que permitam a evolução do meio ambiente, de acordo com suas características naturais.

III – adotar um plano diretor e de manejo.

IV – estabelecer o zoneamento do parque.

V – regenerar e reconstruir aspectos da flora e fauna bem como a introdução de espécies animais e vegetais que já tenham existido, dentro da área do parque.

VI – autorizar dentro das necessidades técnicas e ecológicas, a retirada das espécies não nativas da flora e fauna.

VII – controlar as populações de animais silvestres quando necessário ao equilíbrio natural e a segurança pública.

VIII – adotar as técnicas biológicas de controles de pragas e doenças, proibido o uso de agrotóxicos e produtos químicos.

CAPÍTULO V – DO ZONEAMENTO DAS ÁREAS

Art. 16. O zoneamento do parque obedecerá a critérios baseados nos ecossistemas, condicionadas as atividades à divisão do mesmo nas seguintes zonas:

I – Zona de Proteção Integral – ZPI, com finalidades à preservação integral e permanente dos ecossistemas e a servir como reserva genética da flora e fauna. Nessa área o ingresso só é permitido a pesquisadores.

II – Zona de Transição – ZT, compreendendo a área entre a Zona de Proteção Integral e a de Turismo e Recreação, onde a entrada só é permitida com acompanhamento florestal credenciado.

III – Zona de Turismo e Administração – ZTA, que abrange a área destinada ao turismo, administração e às construções, situada em conexão com as rodovias e outras vias de acesso ao parque. O ingresso nesta área é livre, respeitadas as demais disposições deste Regulamento.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

1º Os caminhos das Zonas de Transição deverão ter trilhas com o máximo de 2 (dois) metros de largura.

2º Pequenos mirantes poderão ser instalados na Zona de Transição.

3º As construções deverão ser rústicas, em harmonia com o ambiente natural e de forma a permitir ao público a apreciação dos aspectos paisagísticos dos parques.

4º O uso de residências no parque será permitido exclusivamente para servidores do mesmo e a pesquisadores científicos credenciados.

Art. 17. Os programas para o parque darão ênfase a:

I – manutenção das características do equilíbrio ecológico.

II – realização de pesquisas e estudos ecológicos.

III – realização de inventário ecológico qualitativo e quantitativo da flora, fauna e demais recursos naturais.

IV – zoneamento das áreas internas de acordo com as respectivas especificações.

V – implantação do Centro de Pesquisas e Treinamento.

VI – realização de atividades que objetivem a conscientização e educação florestal e de atividades de turismo e recreação.

CAPÍTULO VI – DA AUTORIZAÇÃO PARA ENTRADA NO PARQUE

Art. 18. A entrada e permanência no parque nas zonas de turismo e arborização dependerão de pagamento de ingresso, cujo preço será fixado pela Prefeitura, de acordo com o orçamento de manutenção.

Parágrafo único. Ficarão isentos ao pagamento de ingresso professores e estudantes quando da realização de atividades escolares, previamente programadas, como também cientistas, autoridades governamentais e visitantes oficiais credenciados pelo Prefeito Municipal e pela administração do PARQUE.

Art. 19. Nas Zonas de Transição, em casos específicos, o imposto para turistas poderá ser autorizado prévia e expressamente, desde que os mesmos sejam acompanhados por guia florestal durante a permanência.

Art. 20. Os pais, responsáveis legais ou acompanhantes serão responsáveis pela conduta dos menores na área do PARQUE.

Art. 21. Mediante licença prévia da Prefeitura, poderá ser permitida a realização de pesquisas e estudos nas Zonas de Proteção Integral, a cientistas pertencentes a instituições oficiais ou oficializadas ou por estas indicados.

1º A execução dos projetos de pesquisas ou planos de estudos ficará condicio-

nada à aprovação prévia da Prefeitura e a não causarem prejuízos ao ecossistema e sem alterarem o aspecto paisagístico das áreas.

2º Esses projetos e planos deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 2 (dois) meses antes do início dos trabalhos para estudo e análise da Prefeitura, ouvido o CODEMA.

3º Poderá ser solicitada a colaboração do Instituto Estadual de Florestas e de outras entidades no assunto para o estudo mencionado no parágrafo anterior.

4º As licenças não poderão ser utilizadas para fins comerciais e industriais, sob as penas que a lei estabelece.

CAPÍTULO VIII – DA VIGILÂNCIA, FISCALIZAÇÃO E POLICIAMENTO

Art. 22. O policiamento é preventivo e repressivo no parque será feito pelo órgão público competente.

Art. 23. Todos os servidores no exercício de vigilância, fiscalização e policiamento, são equiparados aos agentes de segurança pública, nos termos da Lei.

Art. 24. O sistema de vigilância deverá assegurar a sua eficiência com o uso de um sistema de comunicação adequado.

1º A vigilância será permanente nos pontos vulneráveis à invasão.

2º Os serviços de patrulha deverão percorrer, atalhos de trilhas as zonas de transição.

CAPÍTULO VIII – DAS PROIBIÇÕES

Art. 25. Fica expressamente proibido no parque:

retirar ou danificar qualquer material vegetal, animal ou mineral, exceto no caso da autorização especial para pesquisa, nos termos do artigo 21.

introduzir espécies botânicas e zoológicas estranhas à área do parque.

entrar com armas de fogo de qualquer tipo e instrumentos próprios para caça, exploração florestal e outros que possam produzir danos à flora e fauna.

caçar, perseguir, apanhar, utilizar, matar, engaiolar ou enjaular quaisquer espécies animais, em qualquer fase de desenvolvimento, bem como catar ovos e danificar ninhos, abrigos e criadouros naturais.

pescar, exceto mediante autorização própria, oportuna e com anzol, na zona de Turismo e Recreação.

soltar animais ou não tomar as providências adequadas e necessárias, para que o animal de sua propriedade não penetre no parque.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

utilizar produtos do solo, flora, fauna, para execução de obras e outras finalidades.

Receber e/ou transportar madeira, lenha, carvão e outros produtos e subprodutos florestais procedentes do parque, e outros aspectos colocados à disposição no manejo pela administração.

fazer fogo nas áreas não permitidas por qualquer modo.

fabricar, vender ou soltar balões que possam provocar incêndio, principalmente nas áreas ou imediações do parque.

danificar ou destruir as construções e benfeitorias.

banharse nas lagoas e córregos, nas Zonas de Transição e Proteção Integral.

gravar, pintar ou escrever nas árvores, pedras, muros e cercas, exceto no caso de marcas próprias para árvores portasementes nas Zonas de Transição e de Turismo e Administração.

realizar obras de contenção de encostas, trabalhos de recuperação de solos, correção dos mesmos ou adubação, permissíveis apenas nos trechos das estradas e na Zona de Turismo e Administração.

praticar ato ofensivo à moral e aos bons costumes.

o exercício de qualquer ato do comércio, por terceiros, no recinto do parque, salvo as atividades recomendáveis que forem previstas e aprovadas no “PLANO DIRETOR”, e devidos o credenciamento prévio e o pagamento de contribuição ao PARQUE.

Parágrafo único. A abertura de inquérito e aplicação de penalidades processar-se-á de acordo com os dispositivos legais vigentes.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Fica proibida a supressão total ou parcial da área do parque, nos termos da Lei.

Art. 27. Fica a administração do PARQUE autorizada a elaborar o “REGIMENTO INTERNO” de seu funcionamento, com parecer do CODEMA, o qual deverá ser aprovado pelo PREFEITO MUNICIPAL.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, MG, 23 de junho de 1986.

José Sette de Barros

PREFEITO MUNICIPAL

Lei nº 3.106/2007

Dispõe sobre doação de terreno para a construção de Presídio no PassaCinco.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desmembrar uma área de 5ha (cinco hectares) da área degradada do PassaCinco constante da Matrícula nº 18.540, dentro de área total de 81,5ha (oitenta e um vírgula e cinco hectares).

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a doar esta área desmembrada ao Governo do Estado de Minas Gerais, com a finalidade específica de construção de Presídio na cidade de Ponte Nova.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogamse disposições contrárias.

Ponte Nova, 5 de outubro de 2007.

Luiz Eustáquio Linhares

Prefeito Municipal

Maria do Carmo Santos

Secretária Municipal de Governo

Autor(es): Executivo / PL nº 2.650 de 04.10.07

Publicada em: 05/10/2007

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Lei nº 3.207/2008

Dispõe sobre a regularização fundiária do Parque Florestal Municipal Tancredo Neves, altera a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Ponte Nova e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º O Parque Florestal Municipal denominado Parque Natural Municipal Tancredo Neves PNMTN, é unidade integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMAN, cuja área de 255,9254ha (duzentos e cinquenta e cinco vírgula nove mil,duzentos e cinquenta e quatro hectares), área esta que não poderá ser reduzida ou ter sua finalidade alterada, salvopor expressa disposição legal, de domínio da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, localizado na zona rural denominada PassaCinco, composto de áreas verdes,nascentes,lagoas,viveiro de mudas nativas e ornamentais e áreas de lazer. (Redação dada pela Lei Municipal nº 3.596 de 26 de setembro de 2011.

Parágrafo único. O Parque está localizado dentro de área total de 279,2297ha (duzentos e setenta e nove vírgula dois mil, duzentos e noventa e sete hectares), conforme registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Ponte Nova, pertencente ao Município de Ponte Nova.

Art. 2º São objetivos do PNMTN a preservação dos ecossistemas naturais, a recuperação das áreas degradadas, a garantia de lazer à população pela integração das atividades culturais e esportivas, bem como a promoção da educação ambiental.(Redação dada pela Lei Municipal nº 3.596 de 26 de setembro de 2011.

Parágrafo único. O PNMTN destinase a fins científicos, culturais, educativos, recreativos e ao ecoturismo, constituindose em bem do Município destinado ao uso comum da população, cabendo ao Poder Público Municipal fazer cumprir os objetivos de sua criação, observandose:

I a visitação pública esta sujeita às normas estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.

II a pesquisa científica dependerá de autorização prévia do órgão responsável pela administração do Parque.(Redação dada pela Lei Municipal nº 3.596 de 26 de setembro de 2011.

Art. 3º Os limites do Parque Florestal Municipal Florestal Tancredo Neves

são os constantes do memorial descritivo anexo, a saber: Imóvel: PASSA CINCO ÁREA 01 – PRESERVAÇÃO AMBIENTAL Município: PONTE NOVA UF: MG; Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA; Área: 2559254.00 m²/255,9254 ha, perímetro: 10003.682 m²; LIMITES E CONFRONTAÇÕES; Norte: COM ÁREA DESANEXADA, ÂNGELO PIUZANA, JOSÉ RICARDO BRETAS LEITE, PAULO CÉSAR DA SILVA, JOSÉ MARQUES LEAL, SUC. DE GERALDO RIBEIRO DE ASSIS; Leste: COM ÁREA DESANEXADA, DARCI DA SILVA BARROS, ÂNGELO PIUZANA, SUC. DE GERALDO RIBEIRO DE ASSIS; Sul: COM EVARISTO ANTÔNIO MEDINA COSTA, ÁREA DESANEXADA, JOSÉ TADEU SALGADO, ANTÔNIO DE ASSIS RIBEIRO, JOÃO BOSCO PINHO COELHO, DANIEL TADEU GODOY; Oeste: COM PREFEITURA M. DE PONTE NOVA. DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO: Partindose do ponto 362, situado no limite das confrontações de SUC. DE GERALDO RIBEIRO DE ASSIS e PREFEITURA M. DE PONTE NOVA, com Coordenadas Geográficas (LATITUDE LONGITUDE) desconsideradas e Coordenadas Plano Retangulares (ESTE, NORTE) arbitrárias, segue-se VALO E BAMBÚ, confrontando com PREFEITURA M. DE PONTE NOVA com os seguintes azimutes e distâncias: com 222°53'34" e 34.116 metros, com 202°04'16" e 30.061 metros, com 166°18'13" e 111.651 metros, com 147°39'30" e 51.392 metros, com 141°51'01" e 40.534 metros, com 157°27'38" e 49.546 metros, com 163°41'01" e 33.234 metros, com 138°10'13" e 67.528 metros, com 143°38'12" e 74.259 metros, com 148°20'42" e 49.670 metros, com 155°42'18" e 28.468 metros, com 132°00'52" e 78.246 metros, encontrandose o ponto 2015 situado no limite das confrontações de PREFEITURA M. DE PONTE NOVA e EVARISTO ANTÔNIO MEDINA COSTA. Deste, segue-se VALO E BAMBÚ, confrontando com EVARISTO ANTÔNIO MEDINA COSTA com os seguintes azimutes e distâncias: com 135°36'18" e 85.455 metros, com 90°07'24" e 24.549 metros, com 80°31'37" e 106.077 metros, encontrandose o ponto 91, situado nas terras de EVARISTO ANTÔNIO MEDINA COSTA. Deste, segue-se EIXO DA ESTRADA, confrontando com EVARISTO ANTÔNIO MEDINA COSTA com os seguintes azimutes e distâncias: com 184°00'52" e 34.550 metros, com 180°34'44" e 18.003 metros, com 161°38'45" e 38.835 metros, com 133°13'58" e 20.093 metros, com 99°07'53" e 17.289 metros, com 39°52'35" e 33.239 metros, com 15°17'50" e 31.623 metros, com 9°25'19" e 40.886 metros, com 12°32'14" e 46.039 metros, com 9°45'43" e 37.405 metros, com 21°04'11" e 44.805 metros, com 33°53'09" e 67.038 metros, com 43°39'32" e 13.700 metros, com 52°16'12" e 28.581 metros, com 60°59'08" e 51.974 metros, com 75°18'27" e 29.766 metros, com 86°52'11" e 15.591 metros, com 96°04'12" e 24.297 metros, com 101°44'03" e 21.808. Metros, com 108°30'30" e 41.239 metros, com 116°10'54" e 37.532 metros, com 116°44'28" e 30.328 metros, com 122°28'49" e 54.288 metros, encontrandose o ponto um. situado no limite das confrontações de EVARISTO

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

ANTÔNIO MEDINA COSTA e ÁREA DESANEXADA. Deste, segue-se EIXO DA ESTRADA, confrontando com ÁREA DESANEXADA com os seguintes azimutes e distâncias: com 118°23'45" e 35.064 metros, com 124°47'50" e 64.679 metros, com 139°22'40" e 22.433 metros, com 137°42'18" e 60.289 metros, com 156°18'08" e 25.236 metros, com 165°27'16" e 81.081 metros, com 166°31'04" e 109.843 metros, com 146°30'15" e 30.141 metros, com 140°30'23" e 26.793 metros, com 132°44'10" e 20.867 metros, com 109°49'51" e 42.537 metros, com 106°04'08" e 128.498 metros, com 112°19'13" e 41.954 metros, com 116°30'22" e 69.788 metros, com 99°49'11" e 27.446 metros, com 103°29'10" e 26.917 metros, com 111°29'12" e 18.566 metros, com 117°20'49" e 78.745 metros, com 107°02'22" e 56.433 metros, encontrando-se o ponto 20, situado nas terras de ÁREA DESANEXADA. Deste, segue-se EIXO DA ESTRADA, confrontando com ÁREA DESANEXADA com os seguintes azimutes e distâncias: com 208°22'53" e 76.059 metros, com 204°40'32" e 62.496 metros, encontrando-se o ponto 22, situado nas terras de ÁREA DESANEXADA. Deste, segue-se DIVISA SECA, confrontando com ÁREA DESANEXADA com os seguintes azimutes e distâncias: com 266°12'30" e 193.249 metros, com 90°00'00" e 0.000 metros, com 218°56'39" e 39.524 metros, com 280°56'52" e 35.184 metros, com 240°22'36" e 126.079 metros, encontrando-se o ponto 27, situado no limite das confrontações de ÁREA DESANEXADA e JOSÉ TADEU SALGADO. Deste, segue-se CERCA, confrontando com JOSÉ TADEU SALGADO com os seguintes azimutes e distâncias: com 124°36'15" e 62.347 metros, com 127°05'30" e 18.368 metros, com 132°23'01" e 34.735 metros, com 118°48'50" e 82.018 metros, encontrando-se o ponto 225 situado no limite das confrontações de JOSÉ TADEU SALGADO e ANTÔNIO DE ASSIS RIBEIRO. Deste, segue-se CERCA, confrontando com ANTÔNIO DE ASSIS RIBEIRO com os seguintes azimutes e distâncias: com 121°37'55" e 8.541 metros, com 135°29'32" e 14.449 metros, com 154°31'50" e 31.516 metros, com 157°20'13" e 15.951 metros, com 137°18'38" e 33.126 metros, com 125°09'51" e 46.289 metros, com 129°04'28" e 43.080 metros, com 117°19'57" e 37.492 metros, com 110°23'44" e 26.908 metros, com 124°15'48" e 16.094 metros, com 136°17'50" e 37.164 metros, com 120°27'31" e 68.994 metros, com 111°22'56" e 78.727 metros, com 107°31'48" e 40.131 metros, com 103°40'14" e 44.535 metros, encontrando-se o ponto 242 situado no limite das confrontações de ANTÔNIO DE ASSIS RIBEIRO e JOÃO BOSCO PINHO COELHO. Deste, segue-se CERCA, confrontando com JOÃO BOSCO PINHO COELHO com os seguintes azimutes e distâncias: com 64°25'07" e 12.576 metros, com 58°29'21" e 23.168 metros, com 76°06'08" e 46.617 metros, com 102°02'28" e 29.266 metros, com 105°23'09" e 14.306 metros, com 78°05'58" e 48.261 metros, com 86°55'44" e 18.426 metros, com 67°53'56" e 94.877 metros, com 96°13'53" e 18.909 metros, com 99°09'18" e 20.007 metros, com 106°56'02" e 13.502 metros, com 124°36'15" e 76.507 metros, com 121°09'04" e 77.092

metros, com 99°47'24" e 27.452 metros, encontrando-se o ponto 266, situado no limite das confrontações de JOÃO BOSCO PINHO COELHO e DANIEL TADEU GODOY. Deste, segue-se VALO E BAMBÚ, confrontando com DANIEL TADEU GODOY com os seguintes azimutes e distâncias: com 65°10'58" e 221.949 metros, com 69°17'29" e 96.832 metros, com 78°28'48" e 69.881 metros, com 91°11'38" e 56.776 metros, com 73°41'30" e 70.048 metros, com 76°09'05" e 59.964 metros, com 74°14'08" e 64.777 metros, com 74°37'34" e 88.440 metros, com 70°53'37" e 129.063 metros, com 65°58'36" e 136.756 metros, com 69°34'20" e 135.912 metros, com 65°13'57" e 55.623 metros, com 58°33'47" e 48.143 metros, encontrando-se o ponto 291 situado no limite das confrontações de DANIEL TADEU GODOY e DARCI DA SILVA BARROS. Deste, segue-se CERCA E BAMBÚ, confrontando com DARCI DA SILVA BARROS com os seguintes azimutes e distâncias: com 338°24'14" e 234.213 metros, com 314°35'51" e 20.755 metros, com 308°04'29" e 135.622 metros, com 351°41'50" e 166.428 metros, encontrando-se o ponto 297 situado no limite das confrontações de DARCI DA SILVA BARROS e ÂNGELO PIUZANA. Deste, segue-se CERCA, confrontando com ÂNGELO PIUZANA com os seguintes azimutes e distâncias: com 284°14'12" e 52.757 metros, com 295°03'15" e 47.722 metros, com 305°28'59" e 54.078 metros, com 333°40'50" e 43.958 metros, com 346°25'00" e 35.895 metros, com 3°26'40" e 27.588 metros, com 19°46'25" e 78.888 metros, com 336°56'02" e 30.714 metros, com 306°40'09" e 117.505 metros, com 307°48'18" e 13.355 metros, encontrando-se o ponto 311, situado nas terras de ÂNGELO PIUZANA. Deste, segue-se CERCA, confrontando com ÂNGELO PIUZANA, com azimute de 268°51'51" e distância de 439.189 metros até encontrar o ponto 319 situado no limite das confrontações de ÂNGELO PIUZANA e JOSÉ RICARDO BRETAS LEITE. Deste, segue-se VALO, confrontando com JOSÉ RICARDO BRETAS LEITE com os seguintes azimutes e distâncias: com 198°43'51" e 24.730 metros, com 249°12'56" e 138.341 metros, com 284°12'11" e 94.683 metros, com 274°14'04" e 143.187 metros, com 268°57'19" e 26.280 metros, com 254°12'53" e 35.580 metros, com 246°34'15" e 112.617 metros, com 252°22'30" e 117.668 metros, com 272°40'32" e 50.056 metros, com 285°13'56" e 29.763 metros, com 291°27'13" e 58.514 metros, com 292°28'11" e 176.234 metros, com 303°10'58" e 35.393 metros, com 331°15'33" e 128.319 metros, com 322°35'50" e 107.143 metros, com 326°51'06" e 126.480 metros, encontrando-se o ponto 332 situado no limite das confrontações de JOSÉ RICARDO BRETAS LEITE e PAULO CÉSAR DA SILVA. Deste, segue-se VALO E BAMBÚ, Confrontando com PAULO CÉSAR DA SILVA com os seguintes azimutes e distâncias: com 287°37'04" e 68.261 metros, com 265°48'55" e 98.465 metros, com 286°48'18" e 20.265 metros, encontrando-se o ponto 335 situado no limite das confrontações de PAULO CÉSAR DA SILVA e JOSÉ MARQUES LEAL. Deste, segue-se VALO E BAMBÚ, confrontando com JOSÉ MARQUES LEAL com os seguintes

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

azimutes e distâncias: com $238^{\circ}59'14''$ e 66.111 metros, com $239^{\circ}31'34''$ e 65.409 metros, com $254^{\circ}48'42''$ e 27.276 metros, com $271^{\circ}50'41''$ e 190.859 metros, com $272^{\circ}35'50''$ e 72.293 metros, com $272^{\circ}06'33''$ e 90.266 metros, com $279^{\circ}52'20''$ e 57.743 metros, com $306^{\circ}04'43''$ e 90.582 metros, com $303^{\circ}54'45''$ e 27.090 metros, com $304^{\circ}07'27''$ e 25.160 metros, com $290^{\circ}06'46''$ e 115.895 metros, encontrando-se o ponto 352 situado no limite das confrontações de JOSÉ MARQUES LEAL e SUC. DE GERALDO RIBEIRO DE ASSIS. Deste, segue-se CÔRREGO, confrontando com SUC. DE GERALDO RIBEIRO DE ASSIS, com azimute de $203^{\circ}02'32''$ e distância de 73.558 metros até encontrar o ponto 351, situado nas terras de SUC. DE GERALDO RIBEIRO DE ASSIS. Deste, segue-se DIVISA SECA, confrontando com SUC. DE GERALDO RIBEIRO DE ASSIS com os seguintes azimutes e distâncias: com $271^{\circ}37'47''$ e 66.597 metros, com $246^{\circ}25'42''$ e 14.939 metros, com $272^{\circ}28'37''$ e 82.867 metros, com $297^{\circ}13'09''$ e 207.205 metros, encontrando-se o ponto 362, início desta descrição.

Art. 4º A área de 23,3043 ha (vinte e três vírgula três mil, quarenta e três hectares), desanexada por decisão do Codema Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente de Ponte Nova, em 26 de junho de 2005, e referendada pela plenária do mesmo órgão, em 5 de setembro de 2007, será utilizada para implantação de presídio estadual, horta comunitária e outras atividades de interesse da Administração Municipal, resguardada a legislação ambiental.

Art. 5º A Área 2 corresponde à área a ser desanexada com as seguintes delimitações perimétricas constantes deste memorial: MEMORIAL DESCRITIVO Imóvel: PASSA CINCO ÁREA 02DESANEXADA Município: PONTE NOVA UF: MG; Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA. Área: 233043.00 m² / 23,3043 ha Perímetro: 2610.214 m. LIMITES E CONFRONTAÇÕES: Norte: COM ÁREA 01 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, EVARISTO ANTÔNIO MEDINA COSTA Leste: COM ÁREA 01PRESERVAÇÃO AMBIENTAL; Sul: COM ÁREA 01PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, JOSÉ TADEU SALGADO: Oeste: COM JOSÉ TADEU SALGADO, EVARISTO ANTÔNIO MEDINA COSTA. DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO. Partindo-se do ponto 1., situado no limite das confrontações de EVARISTO ANTÔNIO MEDINA COSTA e ÁREA 01PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, com Coordenadas Geográficas (LATITUDE LONGITUDE) desconsideradas e Coordenadas Plano Retangulares (ESTE, NORTE) arbitrárias, segue-se EIXO DA ESTRADA, confrontando com ÁREA 01 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL com os seguintes azimutes e distâncias: com $118^{\circ}23'45''$ e 35.064 metros, com $124^{\circ}47'50''$ e 64.679 metros, com $139^{\circ}22'40''$ e 22.433 metros, com $137^{\circ}42'18''$ e 60.289 metros, com $156^{\circ}18'08''$ e 25.236 metros, com $165^{\circ}27'16''$ e 81.081 metros, com $166^{\circ}31'04''$ e 109.843 metros, com $146^{\circ}30'15''$ e 30.141 metros, com $140^{\circ}30'23''$ e 26.793 metros, com $132^{\circ}44'10''$ e 20.867 metros, com $109^{\circ}49'51''$ e 42.537 metros,

com 106°04'08" e 128.498 metros, com 112°19'13" e 41.954 metros, com 116°30'22" e 69.788 metros, com 99°49'11" e 27.446 metros, com 103°29'10" e 26.917 metros, com 111°29'12" e 18.566 metros, com 117°20'49" e 78.745 metros, com 107°02'22" e 56.433 metros, encontrandose o ponto 20., situado nas terras de ÁREA 01 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL . Deste, seguese EIXO DA ESTRADA, confrontando com ÁREA 01PRESERVAÇÃO AMBIENTAL com os seguintes azimutes e distâncias: com 208°22'53" e 76.059 metros, com 204°40'32" e 62.496 metros, encontrandose o ponto 22., situado nas terras de ÁREA 01PRESERVAÇÃO AMBIENTAL . Deste, seguese DIVISA SECA, confrontando com ÁREA 01PRESERVAÇÃO AMBIENTAL com os seguintes azimutes e distâncias: com 266°12'30" e 193.249 metros, com 90°00'00" e 0.000 metros, com 218°56'39" e 39.524 metros, com 280°56'52" e 35.184 metros, com 240°22'36" e 126.079 metros, encontrandose o ponto 27. situado no limite das confrontações de ÁREA 01PRESERVAÇÃO AMBIENTAL e JOSÉ TADEU SALGADO. Deste, seguese CERCA, confrontando com JOSÉ TADEU SALGADO com os seguintes azimutes e distâncias: com 90°00'00" e 0.000 metros, com 277°54'25" e 96.069 metros, com 269°57'53" e 18.486 metros, encontrandose o ponto 30. situado no limite das confrontações de JOSÉ TADEU SALGADO e JOSÉ TADEU SALGADO. Deste, seguese CERCA E BAMBÚ, confrontando com JOSÉ TADEU SALGADO com os seguintes azimutes e distâncias: com 328°22'23" e 173.031 metros, com 316°00'59" e 44.303 metros, com 325°29'36" e 60.649 metros, com 315°47'35" e 75.289 metros, com 341°07'42" e 76.323 metros, com 357°21'44" e 116.505 metros, encontrandose o ponto 36. situado no limite das confrontações de JOSÉ TADEU SALGADO e EVARISTO ANTÔNIO MEDINA COSTA. Deste, seguese CERCA, confrontando com EVARISTO ANTÔNIO MEDINA COSTA, com azimute de 82°36'38" e distância de 162.399 metros até encontrar o ponto 37., situado nas terras de EVARISTO ANTÔNIO MEDINA COSTA . Deste, seguese EIXO DA ESTRADA, confrontando com EVARISTO ANTÔNIO MEDINA COSTA com os seguintes azimutes e distâncias: com 356°07'39" e 27.948 metros, com 349°53'16" e 40.935 metros, com 355°26'13" e 37.947 metros, com 347°30'23" e 35.400 metros, com 336°39'12" e 36.834 metros, com 330°03'35" e 108.195 metros, encontrandose o ponto 1, início desta descrição.

Art. 6º Fica doada ao Governo do Estado de Minas Gerais área de 5 (cinco) hectares, constante da área desanexada de 23,3043 hectares, para implantação do presídio estadual, vedada a utilização de área do Parque Florestal Municipal Tancredo Neves para a construção ou a ampliação de vias de acesso ao presídio.

Parágrafo único. O presídio citado no caput deste artigo, por estar localizado no entorno do Parque Florestal Municipal Tancredo Neves, terá sua construção e funcionamento, no que se refere aos impactos ambientais, condicionados às exigências do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

CODEMA, atendidos os seguintes requisitos mínimos e sem prejuízo da legislação ambiental pertinente:

I – avaliação dos impactos por técnicos especialistas com registro nos respectivos conselhos profissionais e adoção de medidas mitigadoras e compensatórias para revitalização do Parque Florestal Municipal Tancredo Neves, especialmente no que se refere à recomposição da vegetação nativa, à recuperação dos mananciais e à reinserção ou à ampliação de espécies da fauna nativa;

II – implantação e manutenção de alambrado com cerca viva, na altura de 3 (três) metros, no mínimo, e acero adjacente, nas divisas do Parque Florestal Municipal Tancredo Neves com seus confrontantes, nas distâncias de 1.000 (mil) metros para cada lado, a partir dos pontos extremos da divisa do terreno do presídio com outro confrontante que não o próprio Parque;

III – separação para reciclagem de materiais descartados e tratamento de todos os tipos de dejetos oriundos do presídio, que só poderá entrar em atividade após a implantação de estação de tratamento de esgotos e do acesso independente citado no caput deste artigo.

Art 7º São partes integrantes desta lei a Planta (Mapa) do Levantamento Planialtimétrico do Perímetro e dos confrontantes da Área do PFMTN descrita e os Memoriais Descritivos.

Art. 8º A fim de compatibilizar a preservação com os diversos usos previstos na área, serão elaborados estudos das diretrizes, visando a manejo ecologicamente adequado e que constituirá o Plano de Manejo do PFMTN, a ser contemplado na regulamentação da presente Lei, por decisão da plenária do Codema.

Art. 9º A Prefeitura Municipal de Ponte Nova poderá buscar a colaboração de instituições públicas ou privadas, municipais, estaduais, federais ou internacionais, visando à efetiva implantação e manejo do Parque.

Parágrafo único. Os recursos necessários à implantação do PNMTN serão oriundos de dotação orçamentária própria do Município, podendo receber doações de instituições conveniadas e de entidades públicas ou privadas, através do Fundo Municipal de Meio Ambiente (Redação dada pela Lei Municipal nº 3.596 de 26 de setembro de 2011.

Art. 10. A regulamentação do Parque Natural Municipal Tancredo Neves tomará por base a Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 Código Florestal, a Lei Florestal do Estado de Minas Gerais – nº 14.309, de 19 de junho de 2002, a Resolução da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Estado – SEMAD nº 318, de 15 de fevereiro de 2005, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 2.685, de 15 de setembro de 2003, que instituiu o Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Integrado e

Sustentável do Município de Ponte Nova e dá outras providências, devendo ser apresentada pelo CODEMA ao Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei. (Redação dada pela Lei Municipal nº 3.596 de 26 de setembro de 2011).

“Art. 11 Ficam criados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente os cargos de Chefe de Divisão de Meio Ambiente, 1 (uma) vaga, de recrutamento amplo, e de Coordenador do Viveiro de Mudanças do Parque Florestal Municipal Tancredo Neves, 1 (uma) vaga, de recrutamento restrito.” (Redação dada pela Lei nº 3.284 de 13 de abril de 2009).

Art. 12. O detentor do cargo de Chefe de Seção MII do PNMTN, subordinado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, faz jus à remuneração prevista no Nível N.8 constante do anexo III da Lei Municipal nº 3.503/2010 (Tabela de vencimento de cargos comissionados), exigindo-se escolaridade mínima de nível médio. (Redação dada pela Lei Municipal nº 3.596 de 26 de setembro de 2011).

Parágrafo único. São atribuições do Chefe do PNMTN:

- I dirigir, coordenar, controlar, supervisionar e avaliar as atividades do PNMTN;
- II elaborar programas, projetos e atividades a serem desenvolvidos no PNMTN, referendados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que serão apresentados ao CODEMA para sua aprovação;
- III promover reuniões e contatos com órgãos, entidades públicas e ONG's e outros interessados nas atividades dessa Unidade Conservação UC;
- IV propor e indicar servidores do PNMTN para participar de programas de treinamento;
- V estimular e orientar programas e projetos de educação ambiental, com utilização da Escola Ambiental;
- VI estabelecer metas e orientar a produção de mudas no Viveiro da UC;
- VII estimular e orientar, com apoio de instituições de ensino públicas e particulares, a pesquisa nas áreas de flora, fauna e recursos hídricos;
- VIII executar e colocar em prática o Plano de Manejo da UC. (Redação dada pela Lei Municipal nº 3.596 de 26 de setembro de 2011).

Art. 13. O detentor do cargo de Coordenador do Viveiro de Mudanças do PNMTN faz jus à remuneração prevista no Nível N.2 constante do anexo III da Lei Municipal nº 3.503/2010 (Tabela de vencimento de cargos comissionados), de recrutamento restrito, exigindo-se experiência devidamente comprovada na área. (Redação dada pela Lei Municipal nº 3.596 de 26 de setembro de 2011).

Parágrafo único. São atribuições do Coordenador do Viveiro de Mudanças do

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

PNMTN: (Redação dada pela Lei Municipal nº 3.596 de 26 de setembro de 2011).

I dirigir, coordenar, controlar e supervisionar a produção de mudas nativas e ornamentais no ecoviveiro do PNMTN para arborização de ruas, praças e outros logradouros públicos e para implantação de “cinturões verdes” e corredores ecológicos;

II promover, sob a supervisão do Chefe do PNMTN, a recomposição arbórea das áreas degradadas da Unidade de Conservação UC;

III controlar a entrada de insumos, através de relatórios semanais;

IV controlar a saída de mudas para arborização no Município de Ponte Nova;

V controlar a saída de mudas de nativas para implantação de corredores ecológicos e “cinturões verdes”;

VI Supervisionar e orientar o trabalho dos funcionários do viveiro da UC. (Redação dada pela Lei Municipal nº 3.596 de 26 de setembro de 2011).

Art. 14. Integra a presente Lei o respectivo impacto orçamentário financeiro, constante de Anexo a esta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se disposições contrárias, especialmente a Lei Municipal nº 3.106, de 5 de outubro de 2007.

Ponte Nova, 3 de julho de 2008.

Luiz Eustáquio Linhares

Prefeito Municipal

Sandra Maria Martins Neves

Secretária Municipal de Meio Ambiente

ANEXO I (Lei nº 3.207/2008)
IMPACTO ORÇAMENTÁRIOFINANCEIRO

Em cumprimento ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Federal Complementar – LC nº 101/2000, apresentamos a análise do impacto orçamentáriofinanceiro do Projeto de Lei epigrafado, ressaltando desde já que o mesmo não contém matéria que infrinja tais dispositivos legais, conforme estabelece o art. 16, II, da LC nº 101/2000.

Este Projeto implicará impacto orçamentáriofinanceiro para as contas públicas municipais (junhodezembro) na ordem de R\$ 27.662,92 (vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais, noventa e dois centavos), no exercício de 2008.

Embora haja acréscimo de despesas, não haverá comprometimento do percentual de gastos com pessoal nem se afetarão as metas fixadas para o resultado primário e nominal, atendendose assim as exigências do art. 17 da LRF.

Ponte Nova, 3 de julho de 2008.

Luiz Eustáquio Linhares
Prefeito Municipal

Sandra Maria Martins Neves Secretária Municipal de Meio Ambiente
Maria José Caria Guimarães Pereira Secretária Municipal de Fazenda

Autor(es): Executivo / PL nº 2.732 de 16.06.2008
Publicada em: 03/07/2008

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Lei nº 3.596/2011

Altera a Lei nº 3.207/2008, dá nova denominação ao Parque Florestal Passa Cinco e modifica seus objetivos; altera a Lei nº 3.503/2010 e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 3.207, de 03.07.2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Parque Florestal Municipal denominado Parque Natural Municipal Tancredo Neves – PNMTN, é unidade integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM, cuja área é de 255,9254ha (duzentos e cinquenta e cinco vírgula nove mil, duzentos e cinquenta e quatro hectares), área esta que não poderá ser reduzida ou ter sua finalidade alterada, salvo por expressa disposição legal, de domínio da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, localizado na zona rural denominada PassaCinco, composto de áreas verdes, nascentes, lagoas, viveiro de mudas nativas e ornamentais e áreas de lazer.

Parágrafo único. O Parque está localizado dentro de área total de 279,2297ha (duzentos e setenta e nove vírgula dois mil, duzentos e noventa e sete hectares), conforme registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Ponte Nova, pertencente ao Município de Ponte Nova.”

Art. 2º O art. 2º, caput e parágrafo único, da Lei Municipal nº 3.207, de 03.07.2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º São objetivos do PNMTN a preservação dos ecossistemas naturais, a recuperação das áreas degradadas, a garantia de lazer à população pela integração das atividades culturais e esportivas, bem como a promoção da educação ambiental.

Parágrafo único. O PNMTN destinase a fins científicos, culturais, educativos, recreativos e ao ecoturismo, constituindose em bem do Município destinado ao uso comum da população, cabendo ao Poder Público Municipal fazer cumprir os objetivos de sua criação, observandose:

- I a visitação pública esta sujeita às normas estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração.
- II a pesquisa científica dependerá de autorização prévia do órgão responsável pela administração do Parque.”

Art. 3º O parágrafo único do art. 9º da Lei Municipal nº 3.207, de 03.07.2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º.....

Parágrafo único. Os recursos necessários à implantação do PNMTN serão oriundos de dotação orçamentária própria do Município, podendo receber doações de instituições conveniadas e de entidades públicas ou privadas, através do Fundo Municipal de Meio Ambiente.”

Art. 4º O art. 10 da Lei Municipal nº 3.207, de 03.07.2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. A regulamentação do Parque Natural Municipal Tancredo Neves tomará por base a Lei Federal no 4.771, de 15 de setembro de 1965 Código Florestal, a Lei Florestal do Estado de Minas Gerais – nº 14.309, de 19 de junho de 2002, a Resolução da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Estado – SEMAD nº 318, de 15 de fevereiro de 2005, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal no 2.685, de 15 de setembro de 2003, que instituiu o Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de Ponte Nova e dá outras providências, devendo ser apresentada pelo CODEMA ao Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei.”

Art. 5º Fica criado no Anexo V da Lei Municipal nº 3.503, de 01.12.2010, o cargo de Chefe de Seção MII do PNMTN na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Parágrafo único. Fica incluído o item “12.7” no inciso XII do art. 17 da Lei Municipal nº 3.503, de 01.12.2010, com a seguinte redação:

“Art. 17

XII

12.7 – Seção MII do PMTN – SPMTN”

Art. 6º O caput do art. 12 e o inciso II de seu parágrafo único, da Lei Municipal nº 3.207, de 03.07.2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O detentor do cargo de Chefe de Seção MII do PNMTN, subordinado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, faz jus à remuneração prevista no Nível N.8 constante do anexo III da Lei Municipal nº 3.503/2010 (Tabela de vencimento de cargos comissionados), exigindo-se escolaridade mínima de nível médio.

Parágrafo único. São atribuições do Chefe do PNMTN:

I dirigir, coordenar, controlar, supervisionar e avaliar as atividades do PNMTN;

II elaborar programas, projetos e atividades a serem desenvolvidos no

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

PNMTN, referendados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que serão apresentados ao CODEMA para sua aprovação;"

III promover reuniões e contatos com órgãos, entidades públicas e ONG's e outros interessados nas atividades dessa Unidade Conservação UC;

IV propor e indicar servidores do PNMTN para participar de programas de treinamento;

V estimular e orientar programas e projetos de educação ambiental, com utilização da Escola Ambiental;

VI estabelecer metas e orientar a produção de mudas no Viveiro da UC;

VII estimular e orientar, com apoio de instituições de ensino públicas e particulares, a pesquisa nas áreas de flora, fauna e recursos hídricos;

VIII executar e colocar em prática o Plano de Manejo da UC."

Art. 7º O caput do art. 13 da Lei Municipal nº 3.207, de 03.07.2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. O detentor do cargo de Coordenador do Viveiro de Mudas do PNMTN faz jus à remuneração prevista no Nível N.2 constante do anexo III da Lei Municipal nº 3.503/2010 (Tabela de vencimento de cargos comissionados), de recrutamento restrito, exigindo-se experiência devidamente comprovada na área.

Parágrafo único. São atribuições do Coordenador do Viveiro de Mudas do PNMTN:

I dirigir, coordenar, controlar e supervisionar a produção de mudas nativas e ornamentais no ecoviveiro do PNMTN para arborização de ruas, praças e outros logradouros públicos e para implantação de "cinturões verdes" e corredores ecológicos;

II promover, sob a supervisão do Chefe do PNMTN, a recomposição arbórea das áreas degradadas da Unidade de Conservação UC;

III controlar a entrada de insumos, através de relatórios semanais;

IV controlar a saída de mudas para arborização no Município de Ponte Nova;

V controlar a saída de mudas de nativas para implantação de corredores ecológicos e "cinturões verdes";

VI Supervisionar e orientar o trabalho dos funcionários do viveiro da UC."

Art. 8º Sem prejuízo das alterações determinadas por esta Lei, ficam substituídas em todos os dispositivos da Lei nº 3.207/2008, a expressão "Parque Florestal Municipal Tancredo Neves" e a sigla "PFMTN", pela expressão "Parque Natural Municipal Tancredo Neves", com a sigla "PNMTN".

PLANO DE MANEJO:
Parque Natural Municipal Tancredo Neves

Art. 9º Faz parte integrante desta Lei o anexo I com o demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições contrárias.

Ponte Nova, 26 de setembro de 2011.

João Antônio Vidal de Carvalho

Prefeito Municipal

Marcelo Alves de Magalhães

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Autor(es): Executivo / PL nº 3.056 de 12.09.2011.

Publicada em: 26/09/2011

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 9.434/2014

Designa membros para compor o Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves – PNMTN (Parque Passa-Cinco).

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais e considerando o art. 6º da Lei Municipal nº 3.822, de 23.12.2013,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes representantes para compor o Conselho Gestor do Parque Natural Municipal Tancredo Neves (Parque Passa-Cinco):

I - Representantes de Órgãos Públicos:

- a) Lucas Mattos Martins - Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Titular (T);
- b) Guilherme Rezende Tavares (Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento – DMAES/Suplente (S);
- c) Reinaldo Vitarelli Andrade - Instituto Estadual de Florestas – IEF/T;
- d) Arlindo Ferreira de Faria - Instituto Estadual de Florestas – IEF/S;
- e) Michelle Guimarães – Gabinete do Prefeito/T;
- f) Magna Aparecida Dias - Secretaria Municipal de Educação/T;
- g) Rafael Pacheco da Silva - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude/S;
- h) Luiz Gustavo Santos Cota - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo/T;
- i) Tânia Mara Sasse - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo/S;

II - Representantes dos Bairros do Entorno:

- a) Paulo Sérgio da Silva - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro de Fátima/T;
- b) Eugênio Souza da Silva - Sociedade de São Vicente de Paulo/Conselho Central de Ponte Nova (S);
- c) Marcelo Marques Gonçalves - Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Antônio Girundi e Cidade Nova/T;
- d) Jânio dos Santos Drumond - Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Antônio Girundi e Cidade Nova/S;

III - Representantes de Organizações da Sociedade Civil:

- a) Izabella Ottoni Ferreira - Ong Puro Verde/T;
- b) Efigênia de Castro da Gama Catarino - Grupo Afro Ganga Zumba/S;
- c) Carlos José da Cruz - Instituto Marragol/T;
- d) Thamires Sílvia da Silva Santos - Associação Recreativa e Cultural Zimbabwe/S;

Av. Caetano Marinho, 306 – Centro – Ponte Nova/MG – CEP 35430-001 – Telefãx: (31) 3817-1980

Amunus
Ademir

PLANO DE MANEJO:
Parque Natural Municipal Tancredo Neves



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

IV - Representantes da Iniciativa Privada:

- a) Marcelo Correia Viana - Café Piranga Ltda./T;
- b) Wesley Costa Melo - Percepção Musical/S.

Art. 2º Revogam-se disposições contrárias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 19 de março de 2014.

Paulo Augusto Malta Moreira
Prefeito Municipal

Maria do Carmo Santos
Secretária Municipal de Governo

O presente Decreto foi afixado no Saguão da
Prefeitura em 20/03 /2014.

PLANO DE MANEJO:

Parque Natural Municipal Tancredo Neves

	 Ponte Nova Prefeitura Municipal <i>Você participa, a cidade avança!</i>	
CCPNMTN CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL TANCREDO NEVES – PASSA CINCO PONTE NOVA – M.G.		
TERMO DE POSSE		
Aos 22 dias do mês de março do ano 2014, na Rodoviária Velha, às 10 horas, em reunião solene com a presença de diversas autoridades, a Secretária de Meio Ambiente do Município de Ponte Nova, Alessandra Regina Gomes, empossou os conselheiros do Conselho Consultivo Do Parque Natural Municipal Tancredo Neves – Passa Cinco – CCPNMTN, para o mandato de 22 de março de 2014 até 22 de março de 2016, com o comprometimento destes quanto à observância da Lei 3.822/2013, que dispõe sobre a criação do Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Tancredo Neves, bem como, observar fielmente, após sua elaboração, o Regimento Interno deste Conselho e a colaborar para o seu bom desempenho de maneira a fomentar a participação popular dentro dos preceitos nos quais se embasa a República Federativa do Brasil em seu Regime Democrático de direito.		
Segmento	Nome	Instituição
Poder Executivo Municipal	Lucas Mattos Martins	Secretaria do Meio Ambiente
	Michelle Guimaraes dos Santos	Gabinete
	Kenio Maique Conde Carvalho	Gabinete
	Magna Aparecida Dias	Secretaria de Educação
	Rafael Pacheco da Silva	Secretaria de Esporte
	Luiz Gustavo Santos Cota	Secretaria de Cultura
	Tânia Mara Sasse	Secretaria de Cultura
Órgãos, autarquias, Vinculadas a outras esferas do Governo.	Reinaldo Vitarelli Andrade	Instituto Estadual de Floresta
	Arlindo Ferreira de Faria	Instituto Estadual de Floresta
	Guilherme Resende Tavares	Departamento Municipal de Água e Esgoto
Representantes dos Bairros do Entorno	Paulo Sergio da Silva	Bairro de Fátima
	Eugenio Souza da Silva	Bairro de Palmeiras
	Marcelo Marques Gonçalves	Bairro Cidade Nova
	Jânio dos Santos Drumond	Bairro Cidade Nova
Sociedade Civil	Izabella Ottone Ferreira	Ong. Puro Verde
	Efigênia de Castro da Gama Catarino	Grupo Afro Ganga Zumba
	Carlos José da Cruz	Instituto Marragol
	Thamires Silvia da Silva Santos	Associação Recreativa e Cultural Zimbabwe
Representantes da Iniciativa Privada	Marcelo Correia Viana	Café Piranga
	Wesley Costa Melo	Percepção Musical


Alessandra Regina Gomes
Secretária de Meio Ambiente

Alessandra Regina Gomes
Secretária Municipal
do Meio Ambiente

